FELÍCIO BRUNO MATEUS TELES

A DIPLOMACIA PÚBLICA NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS – O CASO DA CPLP –

Orientadora: Maria Sousa Galito

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais

Lisboa
2013

FELÍCIO BRUNO MATEUS TELES

A DIPLOMACIA PÚBLICA NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS – O CASO DA CPLP –

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Diplomacia e Relações Internacionais, no Curso de Mestrado de Diplomacia e Relações Internacionais, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientadora: Prof.ª Doutora Maria Sousa Galito

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais

Lisboa
2013

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Milagre Bento Teles (falecido)
e Santa Agostinho Mateus, e aos meus filhos Bruno e Nuno Teles.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por iluminar a minha vida;

A minha orientadora, Professora Doutora Maria Sousa Galito, pela dedicação e paciência;

A minha esposa, Sandra Teles, pela compreensão e pela força;

E a minha colega, Dra. Ana Margarida Isidoro, pelo apoio bibliográfico.

RESUMO

O século XXI tem sido marcado pela democratização e pela globalização competitiva dos meios de comunicação, com impacto crescente sobre a opinião pública e sobre os processos de tomada de decisão dos Estados e das Organizações Internacionais.

Na contemporaneidade, a opinião pública tornou-se mais informada e exigente, passou a influenciar significativamente os processos de tomada de decisão em matéria de política externa, num período em que as matérias do exclusivo domínio dos órgãos representativos dos Estados têm diminuído à medida que o papel das organizações internacionais tem aumentado. Neste contexto, tem-se afirmado a chamada Diplomacia Pública (DP), um instrumento de política externa que procura chegar à opinião pública internacional para exercer influência sobre os respetivos governos ou instâncias decisórias.

Este projeto estuda precisamente a DP no quadro das organizações internacionais (OI), em especial no seio da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP).

Palavras-chave: Diplomacia Pública, Organizações Internacionais, CPLP.

ABSTRACT

The twenty first century has been marked by democratization and competitive globalization of media, with growing impact on public opinion and on the of decision making of states and international organizations.

Nowadays, public opinion has become more informed and demanding, influencing significantly the processes of decision-making in foreign policy, in a period in which fields of States exclusiveness have declined and as the role of international organizations has increased. In this context, Public Diplomacy (PD) has been affirming itself as an instrument of foreign policy that seeks to reach international public opinion to influence their governments and decision-makers.

This project studies DP precisely within the framework of international organizations, especially within the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP).

Keywords: Public Diplomacy, International Organizations, CPLP.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 9
1 Diplomacia – Evolução e Conceitos 12
2 Diplomacia Pública 20
2.1 Conceitos de Diplomacia Pública 20
2.1.1 Diplomacia Tradicional versus Diplomacia Pública 30
2.1.2 Diplomacia Pública e *Soft Power* 32
2.1.3 Diplomacia Pública e Propaganda 36
3 Diplomacia Pública e as Organizações Internacionais 39
3.1 Organizações Internacionais 39
3.1.1 Evolução e Conceitos 39
3.2 Classificação das Organizações Internacionais. 46
3.3 Diplomacia Pública nas Organizações Internacionais 50
4 A Comunidade de Países de Língua Portuguesa 55
4.1 CPLP – Evolução e Conceitos 55
4.2 Estrutura Funcional da CPLP 64
4.3 A CPLP e a Lusofonia. 71
5 Diplomacia Pública da CPLP 80
5.1 Atividades e o seu Impacto 80
5.2 Constrangimentos e Potencialidades 106
5.3 Promoção e Desenvolvimento 113
CONCLUSÃO 118
BIBLIOGRAFIA 124
ANEXOS I
ANEXO I: ANTÓNIO ILHARCO II
ANEXO II: FÁTIMA GONZALEZ XVII
ANEXO III: ANTÓNIO TAVARES XXIV
ANEXO IV: FERNANDO KÁ XXVIII
ANEXO V: ANTÓNIO MONTEIRO XXX
ANEXO VI: ARMANDO MARQUES GUEDES XXXIV
ANEXO VII: ISABEL GODINHO XLI

SIGLAS

AIE – Aparelho Ideológico dos Estados.

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático

AULP – Associação de Universidades de Língua Portuguesa

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

BENELUX – União Económica Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo)

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CEP – Comunidades Epistémicas

CNUCED – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

CFME – Centro de Formação Médica Especializada

COE – Conselho da Europa

CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

DI – Direito Internacional

DP – Diplomacia Pública

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

FMI – Fundo Monetário Internacional

HIV/SIDA – Síndrome da imunodeficiência adquirida

IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OCS – Órgãos de Comunicação Social

OEA – Organização dos Estados Unidos

OI – Organizações Internacionais

OIG – Organizações Intergovernamentais

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual

OM – Organizações Militares

OMC – Organização Mundial de Comércio

OMM – Organização Meteorológica Mundial

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

ONG – Organização Não Governamental

ONUDI – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

ONUSIDA – Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

RPFC – Reunião dos Pontos Focais de Cooperação

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SFI – Sociedade Financeira Internacional

UCCLA – União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas

UIT – União Internacional de Telecomunicação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo Internacional das Nações Unidas de Socorro à Infância

UNIDI – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

UPU – União Postal Universal UPU

USIA – Agência de Informação dos EUA

INTRODUÇÃO

A presente dissertação insere-se no âmbito da Ciência Política e Relações Internacionais, estuda a Diplomacia Pública no contexto das Organizações Internacionais e, especificamente, no caso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Para o levar a efeito, o trabalho foi repartido em duas partes: A primeira é conceptual e generalista, na qual se faz a contextualização teórica, e incorpora os capítulos 1. Diplomacia – Evolução e Conceitos, 2. Diplomacia Pública e 3.Diplomacia Pública e Organizações Internacionais. A segunda parte é dedicada ao estudo de caso e abarca os capítulos 4. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa e 5. Diplomacia Pública da CPLP.

Todos os capítulos estão subdivididos em vários pontos, sendo que em cada um deles houve o cuidado de se definir os conceitos centrais de cada temática, fossem eles consensuais ou não na doutrina, de modo a conferir maior clareza ao pensamento desenvolvido e as teorias aportadas.

No primeiro e segundo capítulos da primeira parte, definiu-se os conceitos de Diplomacia e de Diplomacia Pública (DP) e procedeu-se à análise comparativa da última com outros conceitos, tais como: Diplomacia Cultural, Propaganda, *Soft Power*.

No terceiro capítulo, definiu-se o conceito e analisou-se o processo evolutivo das Organizações Internacionais (OI). Apresentaram-se as particularidades da DP exercida pelas mesmas, diferenciando-a da desenvolvida pelos Estados unilateralmente. Na segunda parte procedeu-se a um estudo de caso, o da CPLP, uma organização com um forte pendor cultural na sua génese. Neste ponto, propõe-se a caracterização da Organização (evolução, definição dos principais conceitos a ela associados e estrutura funcional), para de seguida se abordar a atuação da mesma no domínio da DP.

São ainda apresentadas ações relevantes de DP desenvolvidas pela CPLP e o impacto que causaram na opinião pública dos Estados-membros e internacional, bem como junto de governos e OI, os principais constrangimentos existentes no seu exercício, e, ainda, as potencialidades presentes e que podem ser exploradas pela Organização para desenvolver esta vertente da sua política externa.

Como hipóteses de trabalho foram avançadas as seguintes: a CPLP Desenvolve

DP? Como e com que meios? Qual é o impacto da DP da CPLP junto da opinião pública dos Estados-membros e internacional? Quais são os resultados práticos da DP da CPLP no que concerne a materialização dos desígnios da Organização e a melhoria da imagem externa dos Estados-membros?

A investigação abarcou praticamente todo o período de existência da Organização (1996 - 2012). Tal só foi possível porque a DP não parece ter exercido um papel central na política externa da CPLP (principalmente nos primeiros anos da sua existência, de modo que as ações desenvolvidas neste domínio foram limitadas).

Grande parte da bibliografia disponível e consultada, aborda a DP no contexto dos Estados-nação, quando esta não é exclusiva destes atores das relações internacionais[1]. Este défice na bibliografia sobre DP gerou o interesse pelo objecto desta dissertação; para, assim, contribuir para o enriquecimento da abordagem científica em torno da temática no contexto de outros atores das relações internacionais, mais concretamente das OI (procurando-se destacar as particulares da DP exercida pelas OI, contrapondo à que é realizada pelos Estados).

Metodologicamente recorreu-se à análise documental. Consultaram-se obras de autores com abordagens diferentes sobre os temas aportados, tanto na biblioteca da Assembleia da República de Portugal, como na Vítor Sá da Universidade Lusófona de Lisboa, e na João Paulo II da Universidade Católica de Lisboa. Explorou-se igualmente o acervo bibliográfico do Centro de Documentação da CPLP onde foram encontradas várias publicações (livros, revistas e jornais, bem como materiais audiovisuais) que retratam todo o percurso da organização desde a sua fundação até a presente data.

Utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada, adaptando perguntas previamente selecionadas ao perfil dos entrevistados, permitindo assim que os mesmos desenvolvessem o seu raciocínio livremente. O primeiro grupo foi constituído por líderes de associações de emigrantes de países-membros da CPLP em Portugal, tendo em conta as suas condições de representantes de alvos (potenciais ou reais), eles incluídos, da ação de DP da CPLP; o segundo foi composto por políticos e académicos que tiveram um papel ativo no processo de criação da Organização e/ou acompanharam o seu percurso por força das suas atribuições, anteriores ou atuais, e no terceiro foram abordados quadros diplomáticos de Estados-membros da CPLP.

Não foi entrevistado o Secretariado Executivo da CPLP, nem Representantes

[1] Por exemplo, a OTAN dispõe desde 1999 de uma Divisão de DP (Noya, 2007).

Permanentes de Estados-membros junto a Organização porque as edições especiais da Revista da CPLP de 2011 e 2012 trazem depoimentos seus sobre a Organização, em todas suas vertentes, incluindo aquela que interessa a presente dissertação. A exceção foi o Assessor de Imprensa da CPLP, Dr. António Ilharco, tendo em conta a sua participação direta nas ações de DP que a Organização leva a cabo, não só no sentido operacional, mas também concecional.

1 DIPLOMACIA – EVOLUÇÃO E CONCEITOS

A origem etimológica do termo *diplomacia* provém da palavra grega *diploma*[2] (*diplô* = dobrado em dois + sufixo *ma* = objeto). A Diplomacia é uma prática muito antiga, desde tempos imemoriais que os líderes recorrem a intermediários para estabelecer contactos entre si, através de mensageiros e emissários, enviados temporariamente e com objetivos muito concretos, para negociar a paz e acordos comerciais entre cidades, evitando assim, lutas mortíferas.

É na Grécia antiga que encontramos, talvez pela primeira vez, uma extensa documentação que nos informa sobre um estruturado sistema diplomático. Tucídides na sua obra a *Historia da Guerra no Peloponeso* teorizou sobre as práticas diplomáticas das Cidades-Estado da Grécia Antiga. Demóstenes por sua vez clarifica a função dos embaixadores na sua obra *Sur Les Forfaitures de Ambassade*, estas são importantes fontes de informação, designadamente sobre a forma de escolha dos embaixadores, da constituição das embaixadas e do desempenho das respetivas funções. Nos séculos IV e V a.C. era generalizado o envio de embaixadores entre as Cidades-estado gregas ou entre estas e reinos rivais, como a Pérsia, bem como, reconhecido o princípio da inviolabilidade dos enviados (Calvet de Magalhães, 2005b).

Nas épocas romanas e bizantina a palavra *diploma* significava uma autorização para poder utilizar os transportes públicos, uma espécie de passaporte. Mais tarde, o conceito passou a aplicar-se a todos os documentos solenes emitidos pelas chancelarias oficiais, particularmente aqueles que continham acordos entre os soberanos, assim, aqueles que se ocupavam de elaborar tais atos eram chamados diplomatas.

O Renascimento italiano foi o período fundador da moderna prática diplomática, em que foram desenvolvidas questões como a igualdade relativa de poder entre as principais urbes. O objetivo era impedir pretensões hegemónicas, evitar proximidade geográfica entre as cidades, favorecer a comunicação na mesma língua e base cultural, num contexto de semelhante rivalidade pelo poder.

Mais tarde, Leibniz (1693) publicou o *Côdex Juris Gentium Diplomaticus* contendo documentos relativos às relações internacionais, o que dava ao adjetivo *diplomático* o significado «(…) de qualquer coisa relacionada com as relações

[2] CALVET DE MAGALHÃES, V. (2005a). *Manual Diplomático*. (5ª Ed.) Bizâncio: Lisboa; p.90.

internacionais (…)[3]. O exemplo de Leibniz foi seguido pelo Barão Jean C. De Dumont (1725) que publicou em Paris o seu famoso *Corps Universel Diplomatique du Droit dês Gens*[4].

Nos meados do século XVIII usava-se em Viena a expressão *corpo diplomático* para designar o conjunto de pessoal em serviço nas missões estrangeiras. No *Annual Register* (1787), publicado em Londres, o adjetivo *diplomático* era empregue em relação ao pessoal em serviço nas missões no estrangeiro.

Em 1796, Edmund Burke emprega a expressão *Diplomacia* para designar o conjunto de chefes de missão estrangeiros acreditados em Paris[5].

> «Por razões que se prendem com a hierarquia das potências da época e a capacidade de afirmação política internacional, deve-se à França – uma das herdeiras do sistema diplomático do Império Romano e das repúblicas renascentistas italianas – a introdução da palavra *diplomacia* no léxico moderno das línguas europeias. Da mesma forma o termo *diplomate* passou a designar o indivíduo investido de poderes especiais para negociar, internacionalmente, em nome do Estado.»[6]

O termo Diplomacia vai consolidar-se no século XVIII, como referente ao conjunto de atividades e práticas relativas às trocas e negociações entre Estados. Assiste-se a uma mudança – não na atividade em si, mas da conformação desta com regras próprias e estatuto jurídico. Com efeito, apenas no século XVIII se vai efetuar uma reflexão mais sistemática sobre a função, os métodos e o estatuto dos embaixadores. A função já existia antes, a palavra surgiria só nesse século, pois somente nesta altura o conjunto de atividades dos embaixadores começou a ser vista como uma instituição com regras específicas e consolidadas, regida por uma organização similar nas diferentes cortes europeias.

A relação estabelecida entre a origem etimológica do termo *diplomacia* – diploma ou documento – e o significado que este termo detém na atualidade, tem a ver com o produto substantivo da negociação diplomática, ou seja, com o acordo consignado e por sua vez, formalizado num documento específico designado por tratado.

---

[3] Leibniz (1693) *apud* CALVET DE MAGALHÃES, V. (2005b). *A Diplomacia Pura*. Bizâncio: Lisboa; p.90

[4] *Id. Ibid*., p.90

[5] Bataglia, S. (1971) *apud* CALVET DE MAGALHÃES, V. (2005b). *A Diplomacia Pura*. Bizâncio: Lisboa; p.90

[6] MONGIARDIM, M. R. (2007). *Diplomacia*. Coimbra: Almedina; p.25.

Menos consensual é, no entanto, entre os teóricos das relações internacionais, da diplomacia em particular, o conceito de *diplomacia*. A palavra é ainda hoje utilizada com diversos significados, quer relativos à atividade externa, quer mesmo ligados à nossa vida quotidiana.

Entre os autores que se dedicam ao seu estudo, há os que a identificam e consideram sinónimo de política externa, nomeadamente a escola americana, no seguimento de Henry Kissinger (2007)[7], que aborda a diplomacia nesta perspetiva em toda sua célebre obra *Diplomacy,* mas também Hans Morgenthau (1978) e Morton Kaplan (1952).

Para Kaplan (1952) diplomacia é «(…) a formulação de uma estratégia visando a concretização de interesses nacionais no campo internacional, e bem assim a sua execução por diplomatas.»[8] Por sua vez, Morgenthau (1978) define diplomacia «(…) como a formulação e execução da política externa.»[9]

Outra perspetiva sobre o conceito de Diplomacia tem a denominada escola europeia tradicional, considerando-a antes um instrumento ou técnica de política externa. Uma definição que desde logo afasta a recorrente confusão com a própria política externa e é mais ampla do que aquela que a caracteriza apenas como a arte da negociação, conceito redutor que vem de longe (Callièrres, 1917) e que o subsistiu durante séculos.

Mais recentemente, aproximando-se da realidade internacional atual, os conceitos já vão colocando acento tónico na condução pacífica das relações entre entidades políticas, seus dirigentes e agentes acreditados.

Adriano Moreira (2008) define diplomacia como o conjunto de técnicas e processos de conduzir as relações entre Estados, um elemento mais generalizadamente aceite, mas igualmente não consensual, sublinha o carácter pacífico da diplomacia, oposto a qualquer uso de força. Porém, para autores como Raymond Cohen (2000) este é um conceito marcadamente ocidental não existente em outras tradições[10].

Para tanto, recordam a diplomacia da Guerra Fria entre as duas grandes

[7] Cf. KISSINGER, H. (2007). *Diplomacia.* (3ª Ed.). Gradiva: Lisboa.

[8] KAPLAN, M. (1952). *Introduction to Diplomatic Strategic in World Politics*. New York: American Political Science Review; p. 548.

[9] MORGENTHAU, H. (1978). *Politcs Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. New York: Alfred A. Knopf; p. 146.

[10] Cf. COHEN, R. (2000). *Armana Diplomacy*. Baltimore: J. Hopkins University Press.

potências de então, assente em larga medida numa mútua capacidade dissuasora nuclear, bem como, o termo *diplomacia coerciva* para ilustrar o uso de ameaças ou de força limitada para persuadir oponentes a seu favor. Thomas Schelling (1966) escreve a este respeito que "o poder de infligir prejuízos é poder negocial. Explorá-lo é diplomacia detestável, mas é diplomacia"[11].

Na mesma senda, Charles R. Beitz e Theodore Herman (1973) defenderam que a guerra não significa fim da diplomacia, mas a continuidade por outros meios. A ação armada pode ser aqui entendida como uma medida tática, dotada de uma simbologia específica e enquadrada numa estratégia específica, que visa atingir objetivos determinados da política e não, exclusivamente, a derrota ou a eliminação do inimigo, continuando a diplomacia a ser exercida durante o conflito, através, designadamente, da negociação das condições da paz.

Mas se a busca da cooperação pacífica entre os povos é a essência da diplomacia, numa situação de guerra abre-se uma nova fase para o exercício da prática diplomática, tanto para se obter uma trégua ou a paz, como para gerir o pós-guerra.

A fixação do conceito pela teoria ao longo da história mostra algumas vezes as diferenças decorrentes da própria sociedade em que esse trabalho doutrinal era realizado, normalmente sublinhando os elementos essenciais da atividade diplomática e dos seus agentes nesse tempo. Ainda no séc. XIX, os autores continuavam a definir diplomacia identificando as funções diplomáticas principais, designadamente qualificando-a como a arte da negociação.

Após a Primeira Guerra Mundial, a doutrina começa a destacar o relacionamento oficial entre os Estados, podendo assinalar-se pela sua representatividade a definição subjetiva de Ernest Satow (1955): «(…) a diplomacia é a aplicação da inteligência e do tacto na condução das relações oficiais entre os governos de Estados independentes.»[12] . Numa linha evolutiva, Philippe Cahier (1964) considerou como: «(…) a maneira de conduzir os assuntos externos de um sujeito de direito internacional, utilizando meios pacíficos e principalmente a negociação (…)»[13], deste modo, pode-se dizer que a política externa consiste na escolha dos objetivos e das grandes linhas de ação que um Estado adota no relacionamento com outros, ao passo que a diplomacia consiste na

[11] SCHELLING, T. (1966). "Diplomacy of Violence", *War and Strife*, N.º 7, p. 244.

[12] Ernest Satow (1955) *apud* DAS NEVES, J. C. (2011). *Rituais de Entendimento.* Lisboa: Instituto Diplomático; p.67.

[13] Philippe Cahier *apud* DAS NEVES, J. C. (2011), *op. cit*., p.67.

execução dessas diretrizes.

Na doutrina portuguesa, Calvet Magalhães (2005a) considera a diplomacia um instrumento de política externa para o estabelecimento e desenvolvimento de contactos pacíficos entre diferentes Estados com recurso a intermediários (os agentes diplomáticos) mutuamente reconhecidos pelas partes. E faz referência a dois elementos essenciais deste tipo de atividade: a existência de representantes dos Estados devidamente reconhecidos e a sua inviolabilidade. Para este autor, as definições de diplomacia que a identificam como instrumento ou técnica de política externa estão apenas parcialmente certas, pois considera que se é correto que a diplomacia é instrumento da política externa, não é menos exato que não é o único, numa alusão aos outros instrumentos como: a negociação (direta), propaganda, dissuasão, ameaça, guerra, etc.

No que toca as definições de diplomacia como negociação internacional, o autor supramencionado salienta que, embora a negociação tomada no seu sentido mais preciso de preparação, discussão e conclusão de um acordo entre dois ou mais Estados constitua a parte mais importante da atividade diplomática, ela não abrange toda essa atividade. A recolha e a transmissão ao respetivo governo de informações sobre os diversos aspetos da vida do Estado onde o diplomata se acha colocado em posto não podem ser consideradas como negociação.

Na perspetiva de Maria Mongiardim (2007) a diplomacia é definida como a arte de comunicação entre países. Este autor considera que o sistema diplomático está relacionado com o modelo do Estado-Nação e que este tem constituído a trave-mestra das relações interestaduais e das próprias relações internacionais, tal como ainda hoje as podemos observar, apesar dos fatores de perturbação que atingem a comunidade mundial dos Estados. Afirma que a diplomacia tem sido o instrumento de defesa do Estado no cenário internacional, considerando que o núcleo duro do conceito de diplomacia reside no relacionamento entre Estados soberanos ou entre instituições com personalidade jurídica internacional, tendo como corolário o princípio da *razão de Estado*. Logo, não há diplomacia sem a assunção de interesses próprios e supremos a defender; não há diplomacia sem vontade política de independência; não há diplomacia sem projeto político autónomo; não há diplomacia sem capacidade de criar condições *de facto* e de *jure*, que permitam a uma sociedade organizada, ou a uma comunidade nacional, poder afirmar-se e projetar-se no cenário internacional.

A diplomacia tem conseguido uma progressiva autonomização no quadro da

política dos Estados, enquanto prática constante e sistemática ao longo dos séculos, em função do elevado grau de complexidade e universalização atingidos, tornando-se no instrumento de condução de política externa por excelência, de tal forma que, por vezes, assume aspetos que quase a identificam com um fim em si mesmo. É ainda um instrumento de realização da política nacional (a razão de Estado); de execução e concretização da política externa (o interesse do Estado), visando articular, mediante acordos, a identificação de interesses comuns, a conciliação e a cooperação, as políticas nacionais dos Estados interlocutores.

A diplomacia é um modelo de comunicação por excelência, que se desenvolve mediante a ação direta e proactiva de duas ou mais partes. Neste sentido, assume um modelo próprio de intervenção dos seus agentes, seja no plano bilateral ou multilateral, quer mediante códigos convencionais, que veiculam uma mensagem, escrita, oral ou de atitude, dirigida à outra parte, em regra um outro governo. A *linguagem das formas* e as *formas da linguagem* estão, pois, intrinsecamente relacionadas com a prática diplomática e com o próprio conceito de diplomacia, já que lhe são inerentes. Com efeito, o fundamento básico da diplomacia está na comunicação interpessoal, à qual é conferido um estatuto próprio em razão dos agentes envolvidos, e um modelo determinado em função dos instrumentos utilizados e do ambiente em que se desenvolve (Mongiardim, 2007).

Assim, a diplomacia é aqui entendida, em primeira instância, como comunicação, tal como decorre da própria natureza do homem, enquanto ser social. Mas trata-se muitas vezes de uma comunicação em circuito fechado, já que o meio diplomático tem estado tradicionalmente voltado sobre si próprio, com uma áurea de secretismo e mistério, devido à imposição da confidencialidade que decorre, quer da própria razão de Estado, quer de razões de eficácia das negociações, quer ainda de interesses políticos instalados.

A política externa não é sinónima de diplomacia. A política externa é a atividade do Estado no domínio externo, com o objetivo de defender os seus interesses permanentes e essenciais no relacionamento com outros Estados ou OI. Por seu turno, a diplomacia é um instrumento para a execução da política externa de um Estado, previamente formulada pelos seus órgãos constitucionais, através de negociações e contactos pacíficos, realizado por agentes aos quais foi atribuído o poder de representação. Nicholson (1969) sintetiza bem as semelhanças e diferenças entre política externa e diplomacia ao escrever:

> «(…) uma e outra dizem respeito ao ajustamento dos interesses nacionais aos internacionais. A política externa está baseada na necessidade de auto-defesa, das vantagens económicas e estratégicas e da situação da opinião pública, afectada por diversos factores, como preconceitos e simpatias (ideológicas ou humanas), a ambição para o futuro ou o orgulho do passado. Já a diplomacia, não é um fim mas um meio; não é um objectivo, mas um método...para a conciliação e o intercâmbio de interesses, a fim de impedir que surjam conflitos entre Estados.»[14]

No entender de Nicholson (1969) a política externa implica a seleção de propósitos baseados na visão estratégica do relacionamento de determinado Estado em relação a países terceiros. Ao passo que a diplomacia consiste no cumprimento do plano de ação. Neste contexto, convirá ainda sublinhar que a política externa pode ser prosseguida por instrumentos e técnicas de natureza pacífica (tal como a diplomacia) ou violentos (por exemplo, a guerra) e que, naturalmente, nem todos os meios pacíficos para executar uma política externa configuram uma prática diplomática, assim como nem todos os contactos internacionais são diplomacia.

Não o são a propaganda, a espionagem, a penetração ideológica, as pressões económicas, a ação das multinacionais, o desporto.

Entretanto, os conceitos de diplomacia, ainda hoje, são feitos tendo em conta a natureza eminentemente estatal (alguns dizem governamental) da própria diplomacia, que lhe confere responsabilidade, consistência, coerência e continuidade, que tende a aproximá-la de critérios eminentemente objetivos e racionais, que facilitam a identificação de pontos de interesse comum entre Estados e a sua potenciação, bem como a adoção de soluções sobre temas de contencioso, em detrimento de fatores de antagonismo, de fartura e de confrontação.

Todavia, a evolução das tecnologias de informação, durante as últimas décadas, tiveram impacto na diplomacia tradicional, provocando uma alteração substancial em todo o edifício e na própria dinâmica política dos Estados. A combinação dos avanços tecnológicos com as alterações sociais e políticas pôs em causa muito dos pressupostos tradicionais em que assentava a diplomacia, sobretudo a dos Estados modernos (diplomacia governamental).

A diplomacia, na atualidade, tende a se tornar uma diplomacia não-governamental, na medida em que recolhe uma gama variada de agentes não-diplomáticos e uma multiplicidade de métodos por vezes ortodoxos, segundo habitual

[14] H. Nicolson *apud* DAS NEVES, J. C. (2011), *op. cit.*, p.67.

caracterização do agente diplomático tradicional e das suas funções, e que contempla uma intermediação, a todos os níveis e sectores, entre a sociedade nacional e a comunidade internacional.

Em linha com Mongiardim (2007), pode-se afirmar que a definição clássica, fica aquém da realidade e da prática político-diplomática internacionais na atualidade, tendo em conta a crescente diminuição do papel dos embaixadores e dos diplomatas, em geral, e a alteração das funções tradicionais da diplomacia nas relações internacionais. De facto, a diplomacia atualmente não se confina as relações entre Estados, que perderam o monopólio da política externa, nem os seus agentes são únicos interlocutores físicos do cenário internacional, na medida em que existem outras entidades da política mundial, como as OI, governamentais e não-governamentais, as comunidades intraestatais e distintos grupos de interesse, amplamente reconhecidos como novos agentes da política que interferem no campo internacional.

Não corresponde a realidade atual, por exemplo, a exclusão dos ministros dos negócios estrangeiros, mesmo sendo diplomatas de carreira, da prática da atividade diplomática, porque segundo os puristas, esses agentes já não atuam como instrumento de uma determinada política externa, mas como seus formuladores. Ora, este conceito choca com a realidade prática dos nossos dias, em que nomeadamente os Ministros dos Negócios Estrangeiros e até outros governantes intervêm durante as negociações, bilaterais ou multilaterais, não na formulação das políticas externas nacionais mas, ao ponderá-las para avaliação do seu campo de manobra negocial em cada caso concreto, agem afinal como instrumentos daquelas políticas, anteriormente definidas e sufragadas no plano interno nos seus parâmetros essenciais.

No entanto, é importante salientar o que se deve reter no conceito de diplomacia, para evitar atropelos ou confusões com outros conceitos: gestão das relações entre Estados e outras entidades de política mundial, por meios pacíficos, mediante a intervenção de agentes com legitimidade internacional reconhecida.

2 DIPLOMACIA PÚBLICA

2.1 Conceitos de Diplomacia Pública

Os avanços tecnológicos que têm sido introduzidos nas últimas décadas reduziram as noções de espaço e de tempo. Tornaram célere a conquista e o tratamento da informação em tempo quase real, transformando a comunidade mundial numa *aldeia global*, onde os acontecimentos nacionais e internacionais despertam emoções e sentimentos, apelando ao envolvimento dos indivíduos em assuntos que, antes, apenas estavam reservados aos poderes públicos instituídos.

A revolução dos meios de comunicação e a sua privatização contribuíram de modo determinante, para que a opinião pública mundial fosse hoje um fator de influência importante sobre as políticas dos Estados.

Esta circunstância da privatização e da competição, que dá indicações de limitar os antigos efeitos da propaganda oficialmente conduzida com domínio eventual dos meios de comunicação, está a dar origem à definição e exercício de uma nova forma de relacionamento dos Estados com a opinião pública doméstica e estrangeira, e que se convencionou chamar DP (Moreira, 2004).

O marco histórico desta prática repousa no princípio de diplomacia *aberta* (*open covenants*) reclamada pelo Presidente Wilson nos seus famosos *14 pontos* (Mongiardim, 2007), que definiram a ordem internacional subsequente à I Guerra Mundial. Teve impacto substancial no exercício da diplomacia, até então confinada às Chancelarias e aos gabinetes dos responsáveis políticos, condicionando os seus efeitos à competição internacional e aos desígnios de hegemonia das grandes potências mundiais da época.

Não obstante, a diplomacia permanecia afeiçoada aos ditames da ideologia, à superestrutura do Estado que aquela representava oficialmente no cenário mundial, aos contornos específicos da ordem internacional, à competição mundial e aos interesses nacionais em presença, escudada por regras estritas do direito interno e internacional.

Paralelamente à propaganda bélica, ainda muito presente neste período, existiam já sinais vincados de DP, nomeadamente com o surgimento das rádios internacionais. Algumas rádios europeias já possuíam, nos anos vinte e trinta do séc. XX, extensão de sinal noutros continentes, através das emissões de onda curta. «(…) a rádio Moscovo e a

BBC foram nisso pioneiras (…)»[15]

As potências europeias, com a sua influência em distintas zonas do Mundo através das suas colónias, estenderam o seu sinal às suas zonas de influência com dois objetivos: manter laços culturais e linguísticos com seus concidadãos no exterior; e controlar a informação que chegava as colónias. Contudo:

> «(…) com a democratização da política, a intervenção mais ativa e atuante dos órgãos da comunicação social, iria acabar por impor-se o princípio da transparência, sinónimo de veracidade e autenticidade na vida pública, limitando a prática e os efeitos da manipulação da informação, normalmente conduzida pelos sectores dominantes da sociedade, e inviabilizando as tendências propagandísticas, existentes, sobretudo, nos poderes públicos mais carecidos de legitimidade política.»[16]

Por outro lado, é notório que o desenvolvimento da prática tribunícia das diplomacias, num cenário em que se pretendia afirmar e consolidar uma nova ordem mundial, mais justa, equitativa e participativa, trouxe maior transparência e dinamismo a uma diplomacia que queria fazer-se aceitar e ser reconhecida, como instrumento útil e imprescindível, por todos os agentes da sociedade (Flor e Almeida, 2003).

Neste contexto, o multilateralismo institucional parecia impor-se. A sociedade civil afirmava-se e projetava-se em todos os sectores dinâmicos da vida dos países, em que os processos de integração e de cooperação regional tendiam a reduzir os tradicionais poderes dos Estados. Os avanços tecnológicos permitiam a troca de ideias, de experiências e de informações; estimulava o contacto direto entre povos e governos; incutia à formação de novas identidades ou o seu deslocamento horizontal, desvalorizando, em parte, o papel do diplomata. Ou seja, assistia-se, por via da emergência de solidariedades horizontais e das forças transnacionais, a uma diminuição da margem de manobra discricionária dos Estados.

Importava tornear as dificuldades que surgiam de uma competição desenfreada e de uma opinião pública mais atenta a temas internacionais. Neste contexto, surge então um novo conceito, designado DP. A prática diplomática tem História mas também se tem adaptado à atualidade, fazendo face aos novos desafios, conceptualizando e reestruturando o seu modelo. A chamada DP tem, pois, obtido consagração no discurso político dos governantes e beneficiando dos avanços tecnológicos, da chamada *aldeia*

[15] DOS SANTOS, R. (2010). *O Soft Power Soviético. A Rádio Moscou na Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Ibtec.; p. 22.

[16] FLOR E ALMEIDA, M. R. (2003). "A Diplomacia Pública", *Negócios Estrangeiros*, N.º 6, p. 67.

global e de uma opinião pública, mais participante, ativa, atenta e influente nas decisões políticas dos governos.

Hans Tuch (1990)[17] aponta quatro razões históricas para o surgimento de uma nova DP: a crescente relevância da opinião pública na arena internacional devido ao acesso massivo a informação; a proliferação de novos Estados após a segunda guerra mundial com os quais se tinham que estabelecer relações diplomáticas, as disputas ideológicas que obrigaram as democracias a competir em terreno global das ideias; a importância das perceções tanto como a realidade (estereótipo).

Já Marini (2008) entende que:

> «(…) se aquele tivesse sido o verdadeiro nascimento de uma diplomacia transparente a Segunda Guerra não teria tido lugar. Pode-se começar a falar de uma verdadeira diplomacia pública apenas no final das intrigas e da turbulência da Guerra Fria, isto é em 1991. O que houve antes seria uma forma de propaganda política internacional.»[18]

A ideia de que a publicidade nas relações internacionais constituiria um fator de paz foi codificada no preâmbulo do Pacto da extinta Sociedade das Nações, uma espécie de protótipo das Nações Unidas, surgida no final da Primeira Grande Guerra. O repúdio a diplomacia secreta se manifestou no artigo 18º do tratado, que obrigava aos Estados-membros registar na secretária do organismo, para efeitos de publicidade, todos os compromissos internacionais celebrados entre os mesmos[19].

No entanto, o termo DP foi utilizado talvez pela primeira vez nos EUA, em 1965, por Edmund Gullion, Decano da Fletcher School of Law and diplomcy de la Tufs University e, nos anos 70 o termo foi adotado oficialmente pelo Governo dos EUA para se referir aos seus programas dirigidos a influenciar a opinião pública exterior[20].

> «A Diplomacia Pública trata da influência das ações públicas sobre a formação e execução das políticas externas. Para além da diplomacia tradicional, ela incorpora dimensões das relações internacionais; o desenvolvimento/tratamento/promoção da opinião pública pelos Governos junto de outros países; a interação de grupos e interesses privados entre países; a comunicação de temas de natureza externa e o seu impacto na (definição da) política; a comunicação entre aqueles cujo trabalho é comunicar e os diplomatas e correspondentes

[17] Hans Tuch *apud* MARINI, M. (2008). *La Diplomacia Pública. Una Ocasion para Recontar la Argentina a los Italianos*. Roma: Ministério Affari Esteri – Universita per Stranieri de Perugia; p.20.

[18] *Id. Ibid*., p. 21.

[19] OVIAMIONAYI IYAMU, V. (2004). "Diplomacia Pública en la Bibliografia Actual". *Ambitos*, N.º 11-12, p. 218.

[20] NOYA, J. (2007). *Diplomacia Pública para El Siglo XXI*. Barcelona: Ariel; p. 91.

estrangeiros; e o processo de comunicação intercultural.» (Murrow, 2009).[21]

A Agência de Informação dos Estados Unidos *(United States Information Agency)* precisaria de uma alternativa à expressão anódina *informação* e à designação com conotações negativas *propaganda*; sendo que um novo tema como DP poderia construir significados novos e com conotações positivas.

A este propósito Snow (2008) refere-se à DP tradicional como aquilo que fazem os governos quando falam com o público no exterior e incluí os esforços de informar, influenciar e envolver os públicos, em prol dos objetivos nacionais e das políticas externas.

A nova DP é uma forma de diplomacia aberta que tem como objetivo influenciar a opinião pública noutras sociedades com ou sem o consentimento dos seus governos. Visa o cultivo explícito de grupos não-oficiais dentro da esfera doméstica de um Estado alvo, tais como os grupos da sociedade civil, os indivíduos influentes, e outras organizações não-governamentais. (Melissen, 2005). Assim, Utiliza-se a expressão *nova DP* para realçar as características atuais desta prática, distanciando-a das que teve na sua fase inicial, quando era difícil diferenciá-la objetivamente da propaganda e da diplomacia tradicional, as quais estão na sua origem.

Encontramos hoje vários conceitos de DP, não existindo, entretanto, consensos na literatura em relação a essência, características e limites da mesma, sendo que grande parte dos autores aborda a Diplomacia Pública na perspetiva do Estado-nação.

Para a Agência Norte-americana de Informação (USIA), a DP é a atividade que:

> «(…) procura promover o interesse nacional dos EUA compreendendo, influenciando e informando a audiência exterior". É ainda entendida como a soma de todas as atividades de comunicação exterior dirigidas a elites ou líderes de opinião, mas também a opinião pública em geral, que a longo prazo tem como objetivo influenciar de maneira positiva na imagem e na perceção da Alemanha. A curto prazo a DP acompanha e facilita a política interna e externa da Alemanha (Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha)»[22]

A DP também pode significar um conjunto de medidas governamentais que visam influenciar a opinião pública e as elites estrangeiras a favor da política externa nacional. (Mannheim, 1994).

Ou ainda, um instrumento da comunicação do Estado com a opinião pública estrangeira com o propósito de conseguir entendimentos para as ideias e ideais da sua

[21] Murrow *apud* PUC – RIO (2010). Soft Power e Diplomacia Pública, Maxwell, N.º081, p.22.

[22] NOYA, J. (2007). *Diplomacia Pública para El Siglo XXI*. Barcelona: Ariel; p. 92

nação, suas instituições e cultura, assim como para os seus objetivos nacionais e políticas em curso. (Marini, 2008).

Ao mesmo tempo, a DP é definida como «(…) um conjunto de atividades realizadas por um Governo nacional em outro Estado, a nível global, para melhorar a sua imagem internacional.»[23] Por sua vez, Aprígio (2010) define DP como comunicação governamental focada no público estrangeiro para conseguir mudanças nos corações e nas mentes.

Atualmente, a DP não é exercida apenas pelos Estados, mas também por outros atores da cena internacional, com particular realce para as OI. A este propósito, Noya (2007) afirma que existe também a *DP transnacional*[24]. Acresce que uma OI como é a OTAN incorpora uma direção ou subdireção de DP.[25]

Nicholas Cull (2009b) define DP como a intenção ou tentativa de um actor internacional gerir as relações internacionais mediante um compromisso com o público estrangeiro. Para o autor, constituem atores internacionais os Estados, as corporações multinacionais, ONGs, OI e Organizações para Militares fora do âmbito dos Estados.

Na literatura portuguesa encontramos autores que reconhecem a importância da DP em sede das OI, tais como Maria Flor e Almeida (2003), segundo a qual:

> «(…) na diplomacia pública acontece, igualmente, estarem presentes questões de identidade, de hierarquia dos poderes à escala mundial, bem como problemáticas relacionadas com a concorrência e a competição internacional, às quais as tribunas das organizações internacionais conferiram uma experiência rotineira de exposição e avaliação.»[26]

Adriano Moreira (2004), num artigo sobre DP escreve o seguinte:

> «(…) a diplomacia pública, preservada da contaminação da simples propaganda, parece que merece autonomizar-se justamente em função da autonomização da opinião pública, hoje com uma clara dimensão transnacional. Não se trata apenas de que o método diplomático já não está reservado as relações de Estado a Estado, mas porque o Estado em crise de soberania, tem que relacionar-se com as organizações internacionais privilegiadas como a ONU ou a OTAN, e também com a nova realidade das redes legais que parecem assumir uma nova forma de governança do transnacionalismo.»[27]

---

[23] NIETO, A. (2008). "La Diplomacia Pública: Los Medios Informativos y la Cultura como Instrumentos de Política Exterior". *Estudos Políticos. Nºs 13-15, p.149.*

[24] NOYA, J. (2007), *op. cit*., p.339

[25] Id. Ibid., p. 356.

[26] FLOR E ALMEIDA, M. R. (2003), *op. cit*., p 71.

[27] MOREIRA, A. (2004) "A Diplomacia Pública", *Diplomacia e Diplomatas – Retratos, Cerimonias e Práticas*, p.16.

Um dos problemas da DP atual é a conjugação do surgimento de novos atores e o interesse do Estado. Alguns governos nacionais tinham a tendência de ver as ONGs, OI e corporações multinacionais como vozes ativas no estrangeiro, como auxiliares não remunerados nos esforços da DP dos respetivos Estados. Mas estes atores internacionais por direito próprio e das suas diplomacias públicas representam a intenção ou tentativa de gerir as relações internacionais, por via da difusão pública, em seu próprio interesse, mas do que no interesse dos Estados a que estão conectados.

A DP em sede das OI não se deve confundir com *diplomacia em público*, ou seja, com aquela que ocorre nos plenários das OI, designadamente no Conselho de Segurança da ONU autorizado a produzir decisões obrigatórias.

Relativamente ao (s) objetivo (s) da DP não existem grandes diferenças na literatura, sendo que alguns autores são mais profundos nos argumentos que apresentam do que outros. Deste modo, Noya (2007) considera que o objetivo fundamental da DP é sempre influenciar sobre o comportamento de um governo estrangeiro de forma indireta, exercendo influência sobre a atitude dos seus cidadãos.

Para Maria Flor e Almeida (2003) a DP trata de construir e vender uma imagem positiva e aliciante de um novo produto que, neste caso, é o próprio Estado e o que se lhe encontra associado, em ordem a realizar os seus interesses e a influenciar a opinião pública internacional.

Matias Marini (2008) explica que a DP vela pelo interesse nacional «(…) por meio de um entendimento mútuo, informando e gerando influência na opinião pública estrangeira das nações consideradas relevantes para o Estado que comunica.»[28]

De facto a DP visa influenciar a opinião pública internacional, mas não se fica por aí, tem como fim último, em linha com o que afirma Javier Noya (2007), influenciar o centro de decisão dos Estados-alvo, em relação aos interesses do ator internacional que a promove. Uma adequada ação de influência sobre as crenças e atitudes dos cidadãos estrangeiros pode, efetivamente, determinar o sentido as decisões de política externa dos respetivos governos.

Nesta linha de pensamento, Marini (2008) realça o aspeto pertinente de influenciar a opinião pública estrangeira de países considerados relevantes. Pressupõe dizer que na prática a DP terá de definir um grupo de nações-chave que se afiguram como sendo relevantes para sua estratégia de inserção mundial. Não se trata de

[28] MARINI, M. (2008), *op. cit*., p.25.

implementar prolongadas estratégias de comunicação com todas as audiências onde o ator internacional tem representação ou atua.

No plano histórico a DP estabelece o contacto entre um Governo e a população de outro Estado, mas nem sempre isto ocorre de forma direta em relação as massas populares. São eleitas pessoas com referências positivas no seio da população-alvo, que por sua vez influenciam a comunidade em termos mais amplos.

Os agentes desta prática diplomática são bastante variados em função, sobretudo, das particularidades do público-alvo. Podem ser representantes das mais diversas profissões, com prestígio e capacidade intelectual reconhecidos. Aqui incluem-se agentes tais como diplomatas credenciados, assessores de várias áreas, políticos no ativo, ex-políticos, académicos, jornalistas, desportistas, homens de cultura (artistas, cantores, etc.), líderes religiosos, estudantes, dentre outros.

Os agentes desta atividade procuram guiar-se pela isenção aparente das intervenções, mas certamente o seu maior esforço, nem sempre recompensado, tem de incidir sobre a preservação da linha que separa a DP do que antes foi conhecido como propaganda.

Mannheim (1994) refere-se à *DP de pessoas* (ou povos) para pessoas (ou povos), que engloba os intercâmbios culturais e educativos, como o Programa *Fullbright*. E a *diplomacia de Governo* para pessoas (ou povos), que inclui as atividades destinadas a influenciar a opinião pública em geral ou as elites de outra nação para mais facilmente cumprir propósitos de política externa. Posteriormente Leonard (2002) inclui na primeira versão as ONGs e as comunidades transnacionais criadas pelos fluxos migratórios.

A DP direciona-se sobretudo à sociedade civil internacional, com o objetivo de angariar simpatias e adesões a uma determinada causa, uma determinada orientação, um determinado ato ou intervenção.

O sucesso das novas tecnologias e a utilização das mesmas na divulgação da informação junto do público de diversas nacionalidades mudaram radicalmente as velhas práticas diplomáticas. Os Estados e as OI dotaram-se de instrumentos necessários a uma concorrência internacional na matéria e tiveram que abrir mão de certos privilégios, pondo ao serviço dos públicos interessados páginas *web*, jornais eletrónicos, informação *online* de centros de pesquisa, referências bibliográficas e de serviços. Estas medidas garantiram aos seus agentes a respetiva participação em diferentes atividades públicas, ou a mostrarem uma face visível aos meios de

comunicação social, se bem que devidamente assessorados, em regra, pelos gabinetes de imprensa e/ou pelos institutos culturais, económicos e sociais nacionais.

Ao assumir um novo tipo de relacionamento com a sociedade civil, a DP admite o desafio de sujeitar as suas premissas a uma avaliação por parte da sociedade, donde decorre o reconhecimento de uma nova capacidade de agir, em seu nome, como se de uma nova delegação de poderes se tratasse. Admite ainda o desafio de poder aumentar as tensões entre as elites políticas tradicionais e as novas forças transnacionais. Em ambos os casos, a DP situa-se num papel de mediação ativa entre as instâncias tradicionais do Poder, as organizações intergovernamentais e a sociedade civil transnacional. Em qualquer dos casos, a DP responde, sobretudo, a uma dimensão global da política, e menos a uma vertente particular da mesma (Flor e Almeida, 2003).

De assinalar, igualmente, que a DP é um instrumento de promoção e vinculação que, na base da reciprocidade, procura favorecer a compreensão mútua através de uma comunicação bidirecional, contudo, a DP nem sempre visa exclusivamente influenciar a opinião pública estrangeira. Cull (2009b) destaca igualmente o papel da promoção, da diplomacia cultural, da diplomacia de intercâmbio e da radiodifusão.

Por promoção entende-se a comunicação internacional com vista a fomentar ativamente uma política pública ou uma ideia de interesse específico na mente de um público estrangeiro.

A diplomacia cultural é a tentativa de gerir as relações internacionais para que os recursos e os êxitos culturais de um ator internacional sejam conhecidos no estrangeiro e/ou facilitando a transmissão cultural no estrangeiro. Enquanto a diplomacia de intercâmbio (ou simplesmente intercâmbio) implica o envio de cidadãos de um país para o estrangeiro e aceitando, em reciprocidade, os cidadãos estrangeiros para um período de estudo e/ou aculturação.

Por radiodifusão entende-se a utilização das tecnologias de rádio, televisão e Internet para envolver-se com a opinião pública estrangeira. Portanto, as técnicas de DP podem ser variadas de acordo com a criatividade e a avaliação concreta que cada ator internacional fizer do público-alvo. Na atualidade esta prática não é exclusiva das grandes potências como os EUA e França, nem das médias como a Noruega, apesar destas, particularmente os EUA, serem as grandes autoridades mundiais nesta matéria.

De acordo com Marini (2008), a eficiência e a conjugação das faculdades de *Soft Power* por parte dos países mais pequenos ou menos poderosos, dependerão dos equilíbrios geridos no xadrez mundial em que deverão atuar. Um teatro realista, onde a

força é o motor das relações internacionais, reduzirá a margem de manobra para ações no plano comunicacional.

Em princípio, as opiniões, atitudes e comportamentos dos cidadãos de outros países importam aos governos, porque têm um impacto claro na política económica e externa e, consequentemente, nos interesses nacionais. No entender de Fiske y Plumridge (2005), a forma como um ator internacional for percebido pelo público exterior terá efeitos sobre a sua capacidade para actuar diplomática ou militarmente.

Tendo em conta o papel central da opinião pública na DP torna-se imperioso desenvolver este conceito de forma a facilitar também a compreensão da última.

O conceito de opinião pública foi elaborado e desenvolvido na segunda metade do século XX, aliás na linguagem política este conceito apareceu já nos anos trinta do séc. XX, embora sem uma definição precisa, mas a partir dessa época existe a observação contínua deste fenómeno.

Segundo autores como Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1944) e Berelson, Lazarsfeld e Mcphee (1954) a opinião pública existe a partir do momento em que se distinguiu claramente a sociedade civil do Estado. Isto é, desde a introdução de um regime liberal no Estado moderno. Para que haja opinião pública é necessário a existência dos centros da sua formação (tais como jornais e revistas, rádios e televisões, clubes e salões, partidos e associações) livres de opinar.

Note-se que toda uma corrente intelectual se baseou no idealismo moral de Kant, segundo o qual a máxima expressão da opinião pública é o parlamento e, como é evidente, trata-se de um parlamento incorruptível que representa a sociedade civil.

Assim, evidenciou-se um público de indivíduos associados também interessados em controlar a política do governo. A opinião pública foi concebida, por isso, como uma luta contra o *segredo de Estado*, contra a censura e a favor da máxima publicidade dos atos de governo. Na continuação deste pensamento, na década de 60 do séc. XX, apareceram definições que correlacionavam o conceito de opinião pública com o número elevado de pessoas que expressam a sua opinião, contudo, nos estudos mais recentes este fenómeno é ligado ao de democracia representativa.

É preciso sublinhar que a opinião pública é *pública* e é *opinião*. Ser pública indica a qualidade em duplo sentido, na sua formação (a opinião pública não é privada) e no seu objeto (a opinião pública fala sobre uma coisa pública).

A opinião também não é tão exata como é, por exemplo, uma afirmação científica. Que a opinião pública corresponde a uma verdade é sempre discutível, o seu

conteúdo muda com o tempo, permitindo também a discordância, etc. A opinião pública forma-se e fortalece-se através do debate; expressa uma atitude racional, crítica e bem informada, sendo este um fenómeno muito presente e muito importante na sociedade.

No seu trabalho, Figueiredo e Cervillini (1996) propõe uma definição muito pragmática, a opinião pública como um ente social, singular, que expressa um sentimento, um desejo, uma expectativa de uma sociedade. Sendo assim, pública porque alheia, acima de interesses coletivos, particulares ou privados. Ou ainda por ser construída publicamente, em espaços públicos, através do debate.

No entanto, há maior convergência à volta da existência da *trilogia* (da opinião pública), formada pelo *sujeito* (no caso do nosso trabalho trata-se do público mundial), *objeto* (política internacional) e âmbito (sistema político internacional). Na política internacional, os Estados e as OI têm mais meios, processos de tomada de decisão mais bem organizados e objetivos claramente definidos, pelo que são os que têm maior capacidade de influenciar a política internacional e formar a opinião pública.

De acordo com Radenovic (2006) para os realistas os sujeitos da opinião pública mundial só podem ser as opiniões públicas dos Estados separados pelas barreiras políticas, linguísticas, civilizacionais, culturais, religiosas etc., enquanto para os idealistas, está a formar-se um tecido transnacional de interligações entre pessoas e grupos a nível mundial, sendo que este tecido transnacional está a formar a opinião pública mundial.

No presente trabalho, consideram-se ambos os entendimentos. Contudo, quando se fala em opinião pública estrangeira em sede de DP não se faz referência a uma massa uniforme ou indiscriminada de cidadãos expostos à ação dos meios de comunicação, mas a audiências-chave, em particular aquelas com participação pública ativa ou de referência (como é o caso dos líderes de opinião, intelectuais, académicos relevantes, empresários, homens de negócios, dirigentes sociais, jornalistas, líderes religiosos, estudantes de cursos de pós-graduação com possibilidade de influenciar a classe dirigente do país). A atual dimensão transnacional da opinião pública tem, neste contexto, uma dupla acessão. Ao mesmo tempo que serve de substrato à DP, permite que esta a utilize para melhor atingir os seus objetivos.

Neste ponto, importa vincar as diferenças e a relação que a DP estabelece com outros conceitos relativamente aos quais há ainda alguma confusão na literatura, tais como diplomacia tradicional, *Soft Power*, propaganda, marca-país, diplomacia dos *média* e diplomacia virtual.

2.1.1 Diplomacia Tradicional versus Diplomacia Pública.

A DP diferencia-se da diplomacia tradicional pelos meios de comunicação que utiliza, pelos agentes (as vezes convergem), os destinatários e as temáticas que aborda. Ambas têm em comum o objetivo a que se propõem, isto é, influenciar o centro de decisão no exterior no sentido de adotar uma postura favorável aos interesses estratégicos do ator internacional, seja ele um Estado ou uma Organização Internacional.

Wolf e Rosen (2005) explicam que a diplomacia oficial (tradicional) é opaca ou até secreta e dirigida a segmentos muito concretos, em geral as elites políticas e económicas de outro país. Mas que a DP tem como objetivo chegar a opinião pública geral, enquanto a oficial (tradicional) aponta para os governos de outros países. Javier Noya (2007) discorda e afirma que a diplomacia tradicional nunca foi totalmente indiferente a opinião pública, dando como exemplo o ato de apresentação de cartas credenciais a chegada no país, considerando que se converteu num ritual de comunicação desde a idade média, em que o Embaixador era um símbolo do povo e do país representado no país de destino.

Javier Noya (2007) refere como exemplo o carácter de representação dos edifícios das sedes diplomáticas, que classifica como sendo símbolos de *status* que fazem parte da gestão da imagem que se quer passar ao público.

Mais do que se estabelecer uma oposição entre diplomacia tradicional e DP, há que falar em complementaridade. A primeira pode preparar o terreno para a última atuar, e em outros casos serve de amortecedor, pois garante a continuidade de vínculos de comunicação entre os países quando as relações diplomáticas formais entre os mesmos estão a deteriorar-se ou em caso de rutura. É precisamente em momentos de crise das relações bilaterais quando são mais ativas as redes informais.

> «A diplomacia pública é um meio da diplomacia tradicional na medida em que abre oportunidades para os contactos entre pessoas que podem converter-se em vínculos oficiais, mas também é útil quando falta a diplomacia tradicional porque permite que as relações entre os países sigam funcionando quando as negociações formais estão paralisadas ou foram suspensas.»[29]

Neste sentido, a DP não deve ser uma fase final da política externa e da diplomacia. Não deve intervir no final da cadeia diplomática de elaboração de políticas

[29] NOYA, J. (2007). *Diplomacia Pública para El Siglo XXI*. Barcelona: Ariel; p.93.

simplesmente para informar factos consumados, mas sim deve intervir deste o princípio, durante todo o processo de formulação. Como afirma Ed. Murrow (1963): «(…) não deve estar só na aterragem, podendo-se acabar por realizar uma política impopular, mas sim desde a descolagem, desde o momento em que se pensa pela primeira vez.»[30]. O autor aponta a necessidade de assegurar que os políticos estejam conscientes das reações que podem provocar na opinião pública, assessorados sobre as formas de comunicar estas políticas e assegurar que os diplomatas estejam preparados para defender estas políticas antes que sejam públicas.

Apesar de ser um conceito autónomo da diplomacia clássica, a DP não a substitui, pois a primeira é mais abrangente, secreta, possui alvos concretos e é justificada quer por razões de eficácia (dada a necessidade de acautelar e de precaver possíveis riscos e fracassos dos processos de negociação diplomática, segundo uma estratégia de prevenção) quer por considerações de cortesia quer de respeito pela (s) parte (s) contrária (s), sendo que ambas coabitam e deverão continuar a coabitar, como dois instrumentos de execução da política externa dos Estados que se complementam.

A DP, por si só, não garante o êxito da adesão a determinados processos por muito tempo. É necessário que seja suportada por ações concretas por parte dos respetivos Estados, que lhe conferem maior credibilidade e a manutenção dos efeitos para os períodos que se pretendem.

[30] E. Murrow (1963) *apud Id. Ibid*., p.95.

2.1.2 Diplomacia Pública e *Soft Power*

A DP é também uma ferramenta de *Soft Power*. Entretanto, para melhor compreensão desta componente de DP, propõe-se uma abordagem em torno deste conceito.

Joseph Nye popularizou o termo *Soft Power* nas suas obras desde os anos noventa do séc. XX. Argumenta que o conceito é um instrumento positivo que deveria ser utilizado mais pelos Estados e que o *Soft Power* é a capacidade de conseguir que os outros sigam os seus objetivos, ou seja, que é o poder de convencer ao invés de coagir, contrariamente ao *hard power* que ordena ou força os outros. Para Nye (2004) o *Soft Power* de um ator internacional faz gestão de três tipos de recursos, a cultura, em locais onde é atraente para os outros, os valores políticos quando eles são aceitáveis tanto no plano doméstico como no exterior, assim como a política externa, quando é vista como legítima e tem autoridade moral. Portanto, um país tem mais *Soft Power* quanto mais a sua cultura, os seus valores e instituições provocarem admiração e o respeito de outras partes do Mundo. Pelo que se as políticas são consideradas legítimas, o *Soft Power* é reforçado. Uma Nação está exercendo *Soft Power* quando pode convencer os outros a apoiar os seus objetivos sem ter que empregar a força, as sanções económicas ou outros instrumentos coercivos do Estado.

Para além disso, o *Soft Power* pode ser desenvolvido através de relações com os aliados, o apoio económico e os intercâmbios culturais, que, por sua vez, resultaria em uma opinião pública mais favorável. O valor do *Soft Power* surge da capacidade de influenciar os outros discretamente e inconscientemente. Baseia-se na capacidade de influenciar as preferências dos outros e cresce espontaneamente do meio cultural de uma sociedade.

Além disso, *Soft Power* pode ser "*high*", ou seja, dirigido para as elites, ou "*low*", ou seja, dirigidos para o público em geral (Kurlantzick, 2005).

Um exemplo de *hard power* é uma intervenção militar. Um exemplo de *Soft Power* pode ser a capacidade de exportar cultura, tal como os filmes de Hollywood ou os desenhos animados japoneses (McGray, 2002; Snow, 2008). Mas nem sempre é fácil distinguir *hard* e *Soft Power*.

Contudo, pode apresentar-se outro conceito que agrega o *hard* e o *soft* power – *smart power*. Nye (2004) explica que *smart power* é uma forma de combinar o *hard power* e o *Soft Power*, e que tal é fundamental para um país ganhar credibilidade a nível

global. Nos últimos anos a China tem tentado seguir esta linha estratégica na tentativa de conquistar credibilidade e atingir os seus objetivos em política externa (Nye 2004). Uma *Ascensão Pacífica* aliada à prossecução de objetivos no campo cultural, tal como a promoção dos estudos culturais e do idioma chinês no exterior, dirimiram preocupações sobre o crescimento económico massivo da China ou sobre o futuro poder militar da China (Kurlantzick, 2007). Ao comparar o princípio de *Ascensão Pacífica* à ameaça militar chinesa com respeito a Taiwan no passado, este princípio mostrou um uso óbvio de *softpower* por parte da China (Kurlantzick, 2007).

Vyas (2008) sugere que o grau de aceitação dos afetados pelo *Soft Power* pode ser considerado como um indicador de *softness*, quando os povos querem comprar produtos japoneses ou emular o estilo de vida japonês unicamente porque são atraentes, então significa que a influência dos produtos japoneses, na vida de outras pessoas é menos intencional, do que a influência criada por alguma política de governo que demonstra a intenção mais clara de influenciar o público estrangeiro. Portanto, a ascendência dos produtos japoneses traduz-se num elevado nível de *softness*. Noutras palavras, possui alta habilidade de atrair porque ganhou um grau significativo de aceitação.

António Gramsci citado por Marini (2008, p.21), um dos pais do comunismo italiano, identificou os aparelhos ideológicos dos Estados como instituições que exercem uma hegemonia simbólica, intelectual e cultural sobre os cidadãos nas sociedades modernas. Ideia semelhante foi mais tarde retomada por pensadores de tradição marxista como o francês Louis Althusser. Estes aparelhos ideológicos são considerados sistemas institucionais tais como o eclesiástico escolar, tanto o público como o privado, o político-partidário, sindical; o complexo informativo, incluindo todos os tipos de meios de comunicação massiva, o familiar, o jurídico e cultural, que inclui literatura e arte.

O que diferencia os AIE dos aparelhos repressivos dos Estados - o exército, polícia - é a sua faculdade para exercer um poder simbólico sobre a população, uma violência do tipo ideológica e não material. Assim, o Estado compreenderia dois corpos, as instituições que encarnam o seu aparelho repressivo e aquelas que atuam a nível simbólico.

No entender de Batora (2005) : «(…) a diplomacia pública compreende todas as actividades dos actores do Estado e do não-Estado que contribuem para manter ou

aumentar o Soft Power de uma nação (…)»[31]. No entanto, alguns autores, tais como Hocking (2005) não partilham desta visão. Defende que esta visão é no mínimo parcial, visto que a DP é simplesmente uma estratégia (de comunicação) que pode estar ao serviço de qualquer fim da política externa. Acresce que há DP de *Soft Power*, mas também de *hard power*. Para Hocking (2005), poucos Estados possuem os recursos que os EUA gerem, uma carência compensada através da DP.

Javier Noya (2007) afirma que há outro problema na identificação simplista do *Soft Power* com a DP. Para o autor o Poder e o interesse descarnado da realidade geram receios, de modo que se ocultam. Dado que desvelar os interesses gera receio e a exibição de poder duro produz ressentimento ou inveja, os Estados recorrem a apresentação de valores ou interesses gerais, ou pela demonstração de recursos brandos, como a cultura para atrair. Por isso, a DP baseia-se nestes recursos, que são tanto mais quanto maior é a potência. Mesmo assim, os esforços de DP dos EUA fracassaram porque não são credíveis.

> «Uma diplomacia que espera ser atrativa para conquistar o público a favor do seu país deve basear-se no ascendente moral, político e intelectual das populações a que se dirige. Não se pode conquistar a maioria das pessoas, de todo, (…) com a insinuação do poder, por muito que se oculte subliminal ou indiretamente.»[32]

Javier Noya (2007) considera que um país como os EUA, que tem um modelo desenvolvido de *Soft Power*, em circunstância normais não precisa de fazer DP. Em contrapartida, a DP pode comunicar sem recorrer ao *Soft Power*, como acontece na União Europeia que exerce influência sobre os países interessados em pertencer ao referido espaço comunitário.

Mas é possível que a DP funcione como ferramenta de *Soft Power*. É preciso notar que o *Soft Power* se entende como a capacidade de fazer com que os outros façam o que nós queremos através da persuasão, sem recurso a força e outos métodos coercivos. É um conceito abstrato, para a sua real efetivação, ele conta com determinados instrumentos, dos quais se destaca a DP, que por sua vez dispõem várias técnicas que aplica no terreno, tais como a diplomacia cultural e o intercâmbio.

---

[31] BATORA, J. (2005). *Public Diplomatic in Small and Medium-Sized States: Norway and Canada*. Haya: Clindendael.p.4

[32] HENRIKSON, A. (2004). *Niche Diplomacy in the World Public Arena: the Global Corners of Canada and Norway*. *In* MELISSEN, J. (2005). *The New Public Diplomacy – Soft Power in International Relations*. Hampshire: Palgrave Macmillan, p.67.

Nalguns contextos, *Soft Power is culture power* (Snow, 2008) e Joseph Nye (2004). Estes autores admitem que as normas, a ética, os valores, o estilo, as políticas e as instituições podem ser referenciadas pelo termo *cultura*. Neste sentido, semelhante à cultura, o conceito de *Soft Power* pode ser aplicado e ampliado para além das atividades dos governos nacionais e incluir a participação popular nos esforços a reforçar a imagem de uma nação através de intercâmbios culturais, meios de comunicação, internet, turismo e das várias organizações não-governamentais.

Portanto, *Soft Power* é um dos tantos recursos de poder que a diplomacia (no geral) usa, uma estratégia consciente para influenciar outros (Melissen, 2005; Nye, 2004; Snow, 2008).

2.1.3 Diplomacia Pública e Propaganda

Embora em algumas situações os conceitos de DP e propaganda possam ser confundidos, eles possuem, entretanto, diferenças substanciais, não obstante não ser este o entendimento de alguns autores como Mannheim (1994) para quem a DP é uma espécie de prática de propaganda no sentido tradicional do termo, mas ilustrada por meio da investigação sobre a motivação e o comportamento humano.

Michalski (2005), por sua vez, complementa esta ideia ao referir que DP é como um «(…) vinho velho em copos novos (…)»[33], considerando que não se traduz atualmente num novo paradigma. É *Realpolitik* com estratégias mais recentes, conclui.

Entretanto, para esclarecer este equívoco importa definir propaganda. De acordo com Harold Lasswell (1971), a propaganda é «(…) o controlo das atitudes colectivas por via da manipulação de símbolos significativos; se ocupando do controlo das opiniões e das atitudes através da manipulação directa e da sugestão social»[34].

A partir desta definição e por aquilo que temos vindo a abordar pode-se depreender que DP e propaganda não são sinónimos. Como avança Javier Noya (2007), talvez fosse possível no passado manipular a opinião pública, quando os cidadãos não tinham tanta possibilidade de aceder a informação como na atualidade.

Ed Murow, Director da USIA durante a administração Kennedy, expressou uma visão discrepante da hegemónica na DP norte americana de então, que se inclinava para a propaganda, pois, defendia a necessidade de informar sem manipular:

> «As tradições norte-americanas e a ética americana não exigem que sejamos sinceiros, mas a razão mais importante é que a verdade é melhor que a propaganda, e a mentira pior. Para ser convincente tem que se ser credível, para ser credível tem que se ser fiável, e para se ser fiável se deve falar a verdade.»[35]

Nicholas J. Cull (2009a) defende que a DP pode claramente converter-se em propaganda se for usada para um propósito imoral:

> «Num sentido neutral, em que a propaganda é simplesmente persuasão massiva, há uma coincidência parcial obvia. Esta coincidência aumenta quando a propaganda, raras vezes, faz finca-pé na via de dois sentidos (mutualidade), que tem sido parte da DP mais sofisticada ou das

[33] MICHALSKI, A (2005). *The EU as a soft power: the force of persuasion. In* MELISSEN, J. (2005). *The New Public Diplomacy – Soft Power in International Relations*. Hampshire: Palgrave Macmillan, p.126.

[34] Harold Lasswell (1971) *apud* MARINI, M. (2008), *op. cit*., p. 26.

[35] NOYA, J. (2007), *op. cit*., p. 94.

ideias relacionais e de rede que são centrais para a nova DP.»[36]

Para Matias Marini (2008), a propaganda é dirigida à população nacional, enquanto a DP tem como único alvo a opinião pública estrangeira. A DP não nega ao cidadão nacional a possibilidade de estar informado e visa promover o interesse nacional mediante a compreensão, informação e influência das audiências estrangeiras.

Na propaganda o recetor da mensagem assume o papel de objeto, enquanto para DP o cidadão estrangeiro (destinatário) é um sujeito pleno, com um papel ativo na construção recíproca de um vínculo comunicativo. Ao contrário da propaganda, a DP não pretende impor nem manipular condutas, pelo contrário, tenciona criar uma plataforma comum e a explicação dos aspetos positivos. Tão pouco pode controlar a cultura popular, mas apenas promovê-la.

Apesar de ter as suas raízes na propaganda, a DP é um conceito que se autonomizou como resultado da globalização e da evolução tecnológica, do próprio desenvolvimento das sociedades que estabeleceu novos paradigmas de comunicação entre Estados, povos, OI e ONGs. Parafraseando a RMA (Revolution in Military Affairs), a DP*:* «(…) é uma revolução nos assuntos diplomáticos produzida pelas novas tecnologias e pelas mudanças na doutrina e nas organizações militares.»[37]

Alguns conceitos associados à DP, merecem comentário especial. Primeiro, o termo *nation-branding*, ou seja, o esforço de diversos quadrantes da sociedade e do governo para definir um país enquanto marca (*brand*), com vista a promover a imagem do país no estrangeiro. Por exemplo, por uma confluência de imagens ligadas ao turismo, cultura, educação, indústria, comércio, entre outros, acentuando a identidade nacional e as aspirações futuras do país. Remete para a articulação e a projeção de uma determinada imagem da identidade nacional. Ainda que sejam conceitos muito próximos, *nation-branding* difere de DP pelo facto de esta última ter como objetivo principal manter e alimentar relações externas favoráveis com outros países.

Segundo surge com alguma regularidade os conceitos de *Diplomacia dos Media* e *Diplomacia Virtual*. Segundo (Marini, 2008) *Diplomacia dos Media* é uma expressão anglo-americana para definir a ingerência mediática no campo diplomático. Refere-se à faculdade dos *media* introduzirem temas na agenda internacional e em influenciar o

[36] CULL, N. J. (2009a). *Diplomacia Pública: Consideraciones Teoricas*. URL: http://www.apuntesinternacionales.cl/diplomacia-pu%CC%81blica-consideraciones-teo%CC%81ricas/ [acedido em 02 de Julho de 2012]

[37] NOYA, J. (2007), *op. cit.*, p. 105.

timing da ação governamental mediante a pressão exercida pela opinião pública nacional. Sendo assim, os meios de comunicação selecionam os conteúdos a difundir (notícias), enfatizam alguns conflitos internacionais e silenciam outros; depois a opinião pública pressiona para que se tomem medidas imediatas sobre os conflitos que recebem cobertura mediática e estes conflitos passam a fazer parte da agenda política internacional.

O autor acima mencionado, salienta que a DP é um instrumento de ação política «(…) que pode ter uma derivação pragmática, quando se pretende promover mudanças no estrangeiro e aumentar a sua participação comercial; ou idealista quando se pretende estimular valores, pensamentos, pontos de vista e até estilos de vida.»[38]

Gilboa (2001) defende que a diplomacia mediática difere da DP, apesar dos pontos que têm em comum, pelo carácter mais pragmático da primeira, que também leva em consideração a disseminação de conteúdos culturais e valores ideológicos, mas sem perder o foco dos objetivos específicos.

António Correia Mendonça (2009) usa o termo *Diplomacia Virtual* para designar o uso do *Soft Power* ou do poder cultural definido por Nye (2004), exercido através da persuasão, da informação pública, da educação cultural, das comunicações e marketing, tendo em vista a predominância de interesses, valores e políticas.

Como faz notar Alfredo Rodriguez (2011), a DP pode ser vista numa perspetiva tridimensional. A primeira dimensão é a comunicação diária, primária, que consiste em explicar o contexto das decisões políticas, tanto no plano nacional como internacional. Estas ações se fazem em horas, ou quanto muito em dias. A segunda é a comunicação estratégica que desenvolve um conjunto de temas semelhantes aos que se levantam nas campanhas políticas ou nas publicitárias, as quais podem perdurar semanas, meses ou mesmos anos. A terceira dimensão da DP centra-se no desenvolvimento das relações duradoiras, essencialmente com indivíduos, que podem durar muitos anos, as vezes décadas, focalizadas em áreas como a formação - bolsas de estudos e intercâmbios de estudantes.

Importa notar que a proximidade entre a DP e Propaganda, muito patente quando a primeira começou a ser teorizada (na década de 60 do século XX), foi entretanto dirimida e mais estudada pela comunidade científica.

[38] MARINI, M. (2008), *op. cit*., p. 28.

3 DIPLOMACIA PÚBLICA E AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

3.1 Organizações Internacionais

3.1.1 Evolução e Conceitos

A designação ampla de OI abarca duas realidades distintas, que enquadram atores diversos da cena internacional, que inclui as OI e outras forças transnacionais entre as quais avultam as Organizações Não Governamentais (ONG).

Por um lado, as ONG são um conjunto de organizações congéneres de diferentes nacionalidades, cada uma delas dependente da jurisdição do Estado em que se constituiu na conformidade da respectiva lei interna, para realização das mais diversas finalidades. As diversas unidades associadas ou "federadas" no quadro internacional visam objetivos comuns, normalmente definidos em termos coincidentes, e são regidas por um estatuto próprio, de direito nacional – mas formulado de modo a corresponder a um modelo comum que as aproxima e lhes permite uma cooperação harmónica na conformidade de regras aceites por todas e que passam a exprimir-se no acordo que as liga. (Campos, 2010).

Em 1950, o Conselho Económico Social da ONU definiu as ONG como sendo «(…) qualquer organização internacional que não é criada por acordo intergovernamental.»[39], ou como precisa Campos (2010), por um ato jurídico internacional. Algumas dessas ONG, embora revelando o direito nacional do Estado de cuja jurisdição dependem, beneficiam de reconhecimento internacional, o que lhes confere um carácter semioficial *sui-generis*, variável de caso para caso. Possuem estatuto internacional que lhes permite dialogar e estabelecer formas diversas de relacionamento com os Estados e com OI Intergovernamentais, no desempenho de missões que podem considerar-se de interesse público internacional[40]. A este propósito, as ONG atuam no quadro das relações que ultrapassam as suas fronteiras e, somente a esse título, podem ser consideradas internacionais. Contudo, não constituem OI no

[39] CAMPOS, J. M. *et al*. (2010). *Organizações Internacionais.* (4ª Ed.). Coimbra: Coimbra Editora, p. 23.

[40] Alguns exemplos são a Cruz Vermelha Internacional, a Amnistia Internacional e o Comité Internacional dos Juristas, do Comité Olímpico Internacional.

sentido verdadeiro e próprio do termo, expressão reservada às organizações intergovernamentais (Queiroz, 2009). Esta perspetiva é sustentada pelo art. 2º, n.º1, al. i, da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de acordo com a qual a definição de «(…) Organizações Internacionais abarca apenas as Organizações Intergovernamentais.»[41]

Por outro lado, as OI assumem particular importância no quadro das relações internacionais pelo papel que desempenham como instrumento de aproximação pacífica e de cooperação entre os Estados. É neste âmbito que se debruça este trabalho, pelo que se desenvolve este ponto, utilizando o sentido restrito das OI.

A interdependência crescente dos Estados nos mais diversos domínios (económico, humanitário, social, técnico, financeiro e monetário, científico e cultural), a trajetória que as OI vêm trilhando e as mutações associadas que se verificam neste percurso[42] transformaram-nas num instrumento privilegiado da cooperação internacional, e são hoje atores incontornáveis no xadrez mundial.

Mas afinal o que é uma OI? Fernando de Sousa (2005) define uma OI como:

[41] Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados , de 23 de Maio de 1969. (www.fd.uc.pt).

[42] O início do século XIX é o marco histórico principal das Organizações Internacionais (OI) modernas. Existem antecedentes relevantes como a criação, em 1985, da Comissão Central do Reno, considerada a primeira OI dotada de competência e poderes próprios (Queiroz, 2009), a Comissão do Elba (1821), do Escalda (1839), do Danúbio (1856) e do Niger e do Congo, em 1885. A estas juntam-se ainda organizações internacionais de cariz técnico como a União Telegráfica Internacional (1865), transformada em União Internacional das Telecomunicações em 1934 e hoje uma organização integrada no sistema da Organização das Nações Unidas (ONU). Mas também a União Geral dos Correios (1874) e a União Postal Universal (1987). Porém, o grande berço das OI actuais foi a Sociedade das Nações (SN) constituída em 1919, sob proposta do então Presidente americano, Woodron Wilson, que foi o antecedente da ONU. Sobre isto interessa citar o Embaixador José Gregório Faria (2007) quando afirmou que a SN: "(…) foi uma instituição que apareceu no domínio internacional que conhecíamos mal e em que tinham uma origem cada dia mais patente tantos dos dissabores cada vez mais dolorosos e mais destrutivos e ameaçadores com que nos defrontávamos. Tratou-se, no fundo, de uma réplica-resposta performativa que visava, como mínimo, assegurar a criação de espaços comuns de diálogo, uma espécie de entidades para-Parlamentares que dessem voz às unidades constitutivas do espaço internacional maior. Passou-se, num ápice, do internacional para o global, pelo menos no plano dos quadros de referência." (Faria, 2007, pp. 27-42.). No entanto, é no post-1945, ano em que foi criada a ONU, que a associação de Estados no seio das Organizações Internacionais com vista a realização de objectivos comuns adquiriu uma amplitude sem precedentes. No momento presente, abarcam domínios diversificados, assumindo a forma de organizações com estrutura e contornos também eles variados.

«(…) sujeito de Direito Internacional (…), estrutura institucional formal que transcende as fronteiras nacionais, criada por acordo multilateral entre Estados.»[43] Traduz vontade política de cooperação e é dotada de organismos permanentes encarregados da concretização dos objetivos da organização. É estabelecida por tratado, embora seja possível a expansão das suas competências para fazer face a novas situações. Deste modo, embora os Estados retenham autoridade em última instância, as OI constituem um meio para atividades de cooperação e oferecem múltiplos canais de comunicação, que em diferentes níveis ultrapassam as estruturas diplomáticas tradicionais (Sousa, 2005). [44]

As OI são também definidas de forma resumida como associações voluntárias de Estados ou sociedade entre Estados, constituídas através de um Tratado, com a finalidade de buscar interesses comuns através de uma permanente cooperação entre seus membros (Seitenfus, 1997).

Segundo a definição proposta no âmbito dos trabalhos de codificação do direito dos tratados, uma OI é uma "Associação de Estados constituída por tratado, dotada de uma constituição e de órgãos comuns e possuidora de personalidade jurídica distinta da dos Estados-membros"[45].

Por sua vez, Queiroz (2009) coloca acento tónico nas principais características ou elementos constitutivos das OI para as definir como associação de Estados, criada por acordo internacional (entre os Estados), dotada de órgãos permanentes, que atuam de forma independente dos Estados-membros, e que prosseguem interesses comuns.

Campos (2010) realça a natureza jurídica das OI (as quais são um fenómeno que tem na sua génese elementos de ordem política, jurídica e ética), este autor define as OI como uma associação de sujeitos de direito internacional constituída com carácter de permanência por um ato jurídico internacional, com vista à realização de objetivos comuns aos seus membros, prosseguidos através de órgãos próprios habilitados a exprimir, na conformidade das regras pertinentes do acordo constitutivo, a vontade própria (juridicamente distinta da dos seus membros) – das OI.

No que concerne às componentes consensualmente aceites como parte integrante das OI, invoca-se a composição basicamente estatal, o carácter permanente, a

[43] SOUSA, F (2005). *Dicionário de Relações Internacionais.* (2ed) Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento; p. 144.

[44] *Id. Ibid*. p.144.

[45] CAMPOS, J. M. et al. (2010), *op. cit*., p. 37.

constituição formal por via de ato jurídico internacional, a prossecução de objetivos comuns aos membros, órgãos próprios, vontade própria e personalidade jurídica. As OI são constituídas, normalmente, por Estados soberanos. No entanto, podem também ser membros destas organizações outros sujeitos de Direito Internacional (DI)[46]. É ainda concebível que uma OI possa ser membro de outras OI[47].

As OI são constituídas por órgãos próprios no quadro de uma estrutura institucional mais ou menos complexa, estabelecida em sede permanente localizada no território de um Estado (geralmente, mas não necessariamente, de um Estado-membro) e dispondo dos meios de ação indispensáveis a prossecução, numa base de continuidade, das respetivas finalidades estatutárias, o que confere a sua estrutura estabilidade e durabilidade. É essa estabilidade das suas estruturas que representa o grande progresso e que permite diferenciar as OI das conferências diplomáticas do passado (Queiroz, 2009).

São normalmente, instituídas por um acordo internacional, designados frequentemente por tratado ou pacto, mas podem assumir outras denominações, como carta no caso da ONU. Porém, a constituição de uma OI não supõe, necessariamente, a conclusão formal de um tratado. Nada impede, juridicamente, que uma OI seja instituída por decisão de outra OI pré-existente, se esta se achar habilitada pelo respetivo pacto constitutivo a criar, para melhor prossecução dos seus objetivos, essa particular forma de cooperação internacional.[48] (Campos, 2010)

Porém, não é consensual a ideia de que uma OI possa ser criada por outra[49].

---

[46] É o que se verifica em certos países a quem o Direito Internacional (DI) recusa a plenitude das competências e prerrogativas reconhecidas aos Estados, como é o caso da Autoridade Palestiniana que não tendo sido ainda reconhecida como membro de pleno direito da ONU por não se constituir num Estado soberano, foi aceite como membro pleno da UNESCO. O mesmo aplica-se ao Mónaco em relação a esta mesma organização.

[47] Por exemplo, a ONU é membro da UPU (União Postal Universal) e da UIT (União Internacional de Telecomunicações). É com base neste tipo de constatação que não se restringe as OI a uma associação de Estados.

[48] Algumas OI, por exemplo a UNIDI – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, a CNUCED – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, e o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, foram criadas por resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas.

[49] Assim sendo, os exemplos da CNUCED e da ONUDI não seriam pertinentes. Reconhecendo embora que a sua instituição foi operada por resolução da Assembleia Geral da ONU, na realidade estaríamos em

Consequentemente, na ausência de disposição de DI que reserve aos Estados competência para criar OIG, estas podem ser criadas por outra ou outras. Não exigindo o DI que a constituição se faça por tratado, nada impede que se opere por ato unilateral adequado da Organização Internacional que toma a iniciativa dessa criação. (Campos, 2010)

O processo seguido para elaboração do tratado constitutivo de uma OI é, em geral, o aplicável à adoção de tratados multilaterais, no quadro de uma conferência diplomática. A iniciativa de convocar esta conferência pode ser tomada por um grupo de Estados nisso interessado, por um único Estado ou por uma OI pré-existente. Por isso, admite-se a constituição das OI por via de um ato jurídico internacional apropriado, que pode não ser um tratado de tipo clássico. (Campos, 2010)

A maioria das OI são constituídas por Estados-membros que visam prosseguir finalidades ou interesses mútuos. Afinal, a OI tem como missão prosseguir objetivos que, isoladamente, os Estados-membros não poderiam ou só poderiam com mais dificuldade realizar. Mas os países integram as OI sem perder de vista o princípio tradicional da reciprocidade, que está em consonância com o da igualdade dos Estados. Ou seja, um país colabora na OI concedendo vantagens aos seus pares na medida em que beneficia das correspondentes contrapartidas.

A carta da ONU consagra igualdade jurídica dos Estados, mas tal opõe-se à desigualdade real entre países (quanto à dimensão demográfica, territorial e económica dos mesmos mas, sobretudo, no que concerne aos níveis de desenvolvimento político, económico, social, científico e tecnológico). A ideia de objetivos comuns pode não ter igual conteúdo, sentido ou alcance para todos os Estados cooperantes nas OI. Embora não sejam desinteressados, os fins dos prestadores de assistência são de natureza muito diversa (em geral são de natureza política) da finalidade visada pelos benificiários da ação da OI incumbida da angariação e distribuição da ajuda.

A estrutura institucional, mais ou menos complexa, difere de organização para organização, tal como acusa diferenças consideráveis o quadro jurídico (ordem jurídica interna) em que os órgãos da OI atuam. Tais órgãos são normalmente constituídos por

presença de meros órgãos subsidiários e não de novas OI. Esta concepção seria a seu ver confortada pelo caso da ONUDI, cuja transformação em instituição especializada da ONU exigiu adopção, em 1979, de um tratado multilateral que deve ser considerado como o seu pacto constitutivo. No caso da Agência Internacional de Energia, a Agência foi criada por decisão do Conselho da OME de 15.11.1974, mas estabelecida no quadro da organização, isto é, da OCDE. (Campos, 2010)

representantes dos Governos dos Estados-membros. Nas OI mais elaboradas, a par de tais órgãos intergovernamentais, existem por vezes alguns dotados de poderes consideráveis, constituídos por personalidades independentes dos Estados[50].

Ao agir nos domínios em que desenvolve a sua ação, a OI exprime uma vontade própria, distinta da de cada um dos seus membros, que se manifesta quer nas relações internas (relações com os seus Estados-membros), quer no relacionamento da Instituição com terceiros Estados ou com outras OI.

No plano político é por vezes difícil distinguir a *vontade* da OI da *vontade* dos seus Estados-membros, designadamente quando as decisões devem ser tomadas por unanimidade. Seja como for, é às OI, e não aos Estados-membros, que são imputáveis as decisões, ou resoluções aprovadas na conformidade dos seus estatutos. A distinção entre a vontade dos Estados-membros e a vontade das OI suscita menos dúvidas quando estatutariamente a OI possa deliberar por maioria (simples ou qualificada)[51].

De facto, a vontade da OI pode ser, em certos casos é, profundamente influenciada pela vontade de algum ou de alguns dos seus membros mais poderosos. Contudo, juridicamente, a vontade que a OI exprime é uma escolha formada no seio dos seus órgãos próprios, na conformidade dos processos de decisão, estatutariamente estabelecidos e que é expressa pelo órgão individual ou colegial para tal competente.

A personalidade jurídica é essencial à OI para que no seu seio se forme e exprima uma vontade própria que lhe permita agir (quer em relação aos Estados-membros quer em relação a terceiros Estados ou outras OI quer, mesmo, em relação a particulares que com ela entram em contacto) como uma entidade autónoma distinta dos Estados que a compõem. A personalidade jurídica interna (que se manifesta em face dos seus membros) é sempre amplamente reconhecida a OI.

A personalidade jurídica internacional, só existe na medida em que a OI dela careça no quadro das relações externas que o pacto lhe permite criar e manter. (Campos,

[50] Tal é o caso, por exemplo, dos secretariados das mais importantes OI – e designadamente do Secretariado da ONU – Tribunal Internacional de Justiça, da Comissão das CE, Tribunal de Justiça das CE, do Parlamento Europeu, da Assembleia Consultiva do Conselho da Europa e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Porém, também vamos encontrar estes órgãos em OI de menor dimensão, como é o caso da CPLP que possui um Secretariado Executivo.

[51] Como frequentemente acontece no âmbito das Comunidades Europeias onde são tomadas importantes decisões à margem dos representantes dos Estados e eventualmente contra a vontade expressa destes – embora vinculativa para todos eles.

2010). Esta personalidade apresenta-se, não como uma qualidade inerente à existência da OI, mas como um atributo instrumental cuja amplitude pode variar de caso para caso.

A expressão multilateralismo é muito associada às OI. Porém, ambos não se significam a mesma coisa, sendo que o segundo é mais amplo que o primeiro. O multilateralismo é um método diplomático que corresponde a institucionalização progressiva da cooperação internacional, assente em formas coletivas de tomada de decisão, envolvendo representantes de três ou mais Estados, através de conferências, reuniões ou OI (Das Neves, 2011).

No que concerne às funções das OI. Não só Max Gounelle (1996), mas também Olive Archer (1992)[52] reportam-se as funções que demonstram bem o interesse das OI para os Estados integrantes. Primeiro, contribuem para uma institucionalização da cooperação entre os Estados e favorecem desse modo, a consolidação da estrutura intraestatal existente. Ao mesmo tempo, participam no emergir de novas solidariedades internacionais que implicam a ultrapassagem do papel tradicional do Estado.

Segundo, as OI possuem uma função de legitimação coletiva no seio do sistema político internacional; exercem um controlo internacional, de amplitude variável, sobre determinadas atividades dos seus Estados-membros, e procuram, ainda, assegurar a gestão de atividades e a procura de soluções para questões que se põem a uma escala mundial ou regional.

Terceiro, as OI têm um papel informativo e difusor, na medida em que constituem um fórum de diálogo e debate, produzindo estudos e análises. Contribuem para a tomada de consciência, a identificação e a formulação de problemas coletivos aos diversos níveis de intervenção, facilitando a negociação e soluções concertadas.

Quarto, têm uma função de unificação do sistema internacional, na medida em que participam na definição e unificação institucional de alguns valores fundamentais, tais como os direitos humanos, o direito ao desenvolvimento, entre outros. Estes aspetos conjugados representam aquele que é o papel reservado as OI no panorama internacional, cuja importância neste domínio é hoje inquestionável.

[52] Max Gounelle (1996) e Olive Archer (1992) *apud* IMPERIAL, J. A. (2006). "A CPLP e a Cooperação para o Desenvolvimento: em que medida a CPLP pode contribuir para o desenvolvimento dos Estados-membros. Um exemplo: Angola", Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade Técnica de Lisboa. Tese de Mestrado (Orientação: Adelino Torres); p. 12. URL: http://www.adelinotorres.com/ [acedido em 23 de Agosto de 2012]

3.2 Classificação das Organizações Internacionais.

Na atualidade as OI assumiram as mais diversas formas, modo de funcionamento, objeto, objetivos ou fins, o que levou os estudiosos das relações internacionais e do Direito Internacional a agrupá-las em tipos de acordo com as características comuns que apresentam, facilitando deste modo o estudo das mesmas.

Eis que hoje são apresentadas várias classificações das OI, no presente trabalho elegeu-se aquelas que nos parecem mais consensuais e consentâneas com os propósitos da investigação. Assim sendo, para classificação das IO, foram adotados os critérios da territorialidade, objeto ou fins, estrutura jurídica, condições de admissão, competências e poderes.

No que concerne a territorialidade, que se pode observar como classificação das IO segundo o âmbito geográfico em que atuam, estas organizações distinguem-se em universais (alguns autores utilizam a expressão quase-universal) e regionais.

Assim sendo, observa-se que as OI Universais, pelos seus objetivos e facilidades de ingresso, têm vocação para associar todos os Estados. Entre as OI universais contam-se a ONU e as suas agências especializadas, tais como: o FMI (Fundo Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio), OMS (Organização Mundial da Saúde), UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Desporto), UNICEF (Fundo Internacional das Nações Unidas de Socorro à Infância), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), dentre outras.

Quanto a classificação das OI como regionais, congregam os Estados de uma dada região. O que pode ser todo um continente, como são os casos da União Africana (UA) e Organização dos Estados Americanos (OEA), ou apenas parte dele, fazem parte deste tipo de OI o Conselho da Europa (COE), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), entre outras organizações. Não obstante o acima referido, as organizações regionais incluem também entidades que agregam alguns Estados dispersos nos vários continentes, fazem parte deste critério a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Contudo, recorre-se ainda à proposta apresentada pelo ex-Secretário-Geral das Nações Unidas – Broutos Ghaly, sendo assim definida como OI regionais, aquelas:

> «(…) que numa dada região agrupam dois ou mais Estados e que em virtude da sua vizinhança, da sua comunidade de interesses ou de afinidades culturais, linguísticas, históricas ou ideológicas, se associam na prossecução de objectivos comuns, resolução de diferendos, manutenção da paz e da segurança na região, desenvolvimento económico ou cultural (…)»[53]

As OI Regionais declaram-se, em geral, tributárias das finalidades da ONU, propondo-se coordenar ou mesmo subordinar a sua ação à da Organização Universal e agir no quadro regional em consonância com algumas das suas finalidades.

Por um lado, as OI Universais respondem a necessidades de coexistência comum, num mundo com laços crescentes entre as comunidades, sem requerer a uma coesão política, ideológica ou cultural; têm como função, em muitos casos, a de ultrapassar as diferenças existentes entre os Estados-membros. Por outro lado, nas OI regionais, pelo contrário, a pura necessidade de coexistência é substituída, com frequência, pela aspiração de integração (Queiroz, 2009).

Quanto ao objeto, as OI podem assumir fins gerais ou específicos. Aquelas que visam atingir fins gerais têm o seu foco bem definido no respetivo pacto constitutivo, abarcam o conjunto das relações pacíficas entre os seus membros e a resolução de conflitos internacionais[54]. Numa perspetiva restrita, as organizações têm uma finalidade circunscrita a algum ou alguns sectores particulares da cooperação internacional, na conformidade do respetivo pacto constitutivo[55].

Quanto à finalidade última, competências e estrutura jurídica, atende, por um

[53] CAMPOS, J. M. *et. al.* (2010), *op. cit*., p. 47.

[54] Tal foi o caso da SDN, como é atualmente o caso da ONU, da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da União Africana (UA). Destas destaca-se a ONU, que apesar de ter sido instituída com a finalidade primacial de manter a paz e a segurança internacionais, tem também a finalidade de promover a cooperação nos domínios económico, financeiro, social, humanitário, cultural, dos transportes e telecomunicações, etc., o que é acentuado pelo facto de ter, como seus membros, praticamente todos os Estados do Planeta. Isto sem prejuízo de poder eventualmente estender a sua ação, designadamente no que concerne à manutenção da paz e da segurança internacionais, a Estados que dela não fazem parte.

[55] Deparamos com grande número destas OI no quadro regional. Mas, para prosseguir os objetivos gerais a seu cargo, a ONU foi criando ou integrando no seu sistema diversas organizações que, não obstante a sua personalidade jurídica própria e objetivos específicos, coordenam a sua ação em função das finalidades das Nações Unidas. Estas OI, em função dos respetivos objetivos ou fins em concreto, subdividem-se em: carácter económico (OPEP, FAO, FIDA, MERCOSUL, SADC); financeiro (FMI, SFI (Sociedade Financeira Internacional), BAD, BIRD); social (OIT, UNICEF, OMS); humanitário (UNICEF, HCR), cultural (CPLP, UNESCO, OMPI (Organização Mundial de Propriedade Intelectual), político (UA, OEA, LIGA ARÁBE), militar (OTAN), técnico (UPU, OMM, UIT), entre outras.

lado, à maior ou menor complexidade do sistema institucional de cada OI, bem como, à natureza das atribuições dos respetivos órgãos. Por outro lado, ao próprio objeto de cada organização e às competências de que foi dotada para realizá-lo, o que se reflete na extensão das limitações de soberania, de transparência e de competências nacionais que os Estados-membros consentem a favor da organização em que participam.

Neste contexto, é pertinente falar em organizações de cooperação (simples) e em organizações de integração, mas com a prevenção de que a distinção entre umas e outras não é inteiramente clara, porque qualquer OI pode assegurar funções de cooperação e funções de integração. Deste modo, será através de uma ponderação entre as duas funções que uma dada OI será inserida ou classificada numa dada categoria. Apesar de tudo, vale a pena tentar apontar os respetivos traços dominantes (Campos, 2010).

As OI de Cooperação distinguem-se pela atribuição, pelos Estados-membros, de competências muito limitadas, na estrita conformidade do princípio da especialidade. A sua estrutura institucional é singela, as decisões por consenso ou unanimidade no seio dos órgãos intergovernamentais cujos membros representam os interesses nacionais e exprimem a vontade dos respetivos governos, agindo no quadro das instruções que recebem. As deliberações tomadas são dirigidas exclusivamente aos Estados, não se repercutindo diretamente na ordem jurídica interna ao nível dos particulares.

Embora a maioria das OI corresponda ao modelo de cooperação, o sistema jurídico a que cada uma obedece, expresso no respetivo pacto constitutivo, permite desvios às características básicas apontadas: por vezes os órgãos da Instituição (ou algum ou alguns deles) podem deliberar por maioria simples ou qualificada. Por vezes existe um ou mais órgãos independentes dos Estados; também por vezes a OI está autorizada a tomar decisões vinculativas que afetam diretamente os indivíduos. Isto é, o pacto constitutivo da organização pode fazer concessões mais ou menos acentuadas a um modelo de organização supranacional ou de integração.

O modelo atual mais elaborado de OI é o de integração, organização supranacional. Esse modelo possui uma estrutura institucional complexa que comporta, a par de um ou mais órgãos intergovernamentais, outros órgãos deles independentes, aptos no quadro das respetivas competências, a exprimir a vontade da organização.

Nas OI de integração, o exercício de um poder normativo que se repercute na ordem jurídica interna é, pois, vinculativo para os Estados nas suas relações com os particulares, como para estes nas suas relações recíprocas. Implica o exercício, pelos órgãos competentes da OI, do poder executivo e de todas as atividades administrativas

inerentes, quer a gestão interna da organização quer à prossecução dos seus objetivos. Pressupõe também o exercício de um poder jurisdicional obrigatório, confiando nos tribunais independentes, instituídos no seio da própria organização, a missão de assegurar a salvaguarda da ordem jurídica que as rege.

Note-se que o exercício da função de integração implica que uma entidade não estatal exerça paralela ou concorrencialmente com os Estados-membros, atividades que tradicionalmente constituíam um exclusivo dos Estados, que incluem funções legislativa, executiva e jurisdicional, tendo em vista, mediante o exercício dos correspondentes poderes, submeter a uma gestão comum a cargo de órgãos próprios da OI, determinados domínios de ação que antes dependiam apenas de cada um dos Estados-membros[56].

Finalmente, em função da facilidade de ingresso na Organização distinguem-se as OI abertas e fechadas. Nas OI abertas, os Estados que preencham certas condições objetivas, têm assegurado o seu direito de participação nas suas atividades. São os casos da ONU e das suas organizações especializadas. Segundo o artigo 4º, N.º 1º, da Carta das Nações Unidas podem ser membros daquela organização, os Estados pacíficos que aceitem as obrigações da Carta e que segundo o julgamento da Organização, têm capacidade para as cumprirem e estão dispostos a fazê-lo.

Por seu turno são consideradas OI fechadas aquelas que segundo o carácter, objetivos e âmbito geográfico, limitam a possibilidade de adesão aos Estados que não satisfaçam certos requisitos considerados essenciais. Por exemplo, a CPLP só pode aceitar como membros de pleno direito, Estados que adotem a língua portuguesa como a língua ou uma das línguas oficiais, tal como só podem aderir a União Europeia, como membro pleno, Estados localizados geograficamente no continente europeu.

[56] Atualmente, a OI que melhor responde a este modelo é a ONU, quer em razão da sua estrutura institucional, quer porque ao nível de certos órgãos e em certas matérias as deliberações podem ser tomadas por maioria, quer ainda porque pode impor o cumprimento das suas decisões aos Estados-membros violadores da legalidade internacional no que concerne à salvaguarda da paz e da segurança internacional, mas não é a única. Outras organizações, com maior ou menor correspondência, também se encaixam nesta tipologia de OI, são os casos da CPLP, MERCOSUL, BENELUX, etc.

3.3 Diplomacia Pública nas Organizações Internacionais

Nas OI a DP é bidimensional, por um lado, é dirigida a audiência interna dos cidadãos dos países-membros, e por outro, a audiência externa dos países não membros (Noya, 2007).

As OI estão sob pressão crescente da opinião pública, visto que ao não representarem os interesses de um Estado em particular, apesar de terem legitimidade, ficam expostas a críticas permanentes à medida que emergem consequências negativas da globalização.

Este aspeto leva a que se questione se haverá ou não um défice de legitimidade no seio das OI. Por um lado, porque são vistas como entidades que escapam ao controlo democrático dos cidadãos e, por outro, estão sob a influência das grandes potências. Acresce que, muito do *Soft Power* das OI resulta do jogo de influências das chamadas Comunidades Epistémicas (Cep) ou comunidades científicas de peritos com ideias afins (Nye, 2004), sendo que parte considerável da legitimidade das OI provém exatamente do controlo tecnocrático exercido por especialistas através de Cep transnacionais.

Para se perceber melhor a importância das Cep neste domínio recorre-se por analogia a teoria da redução dos custos de transacção de North (1990) citado por Keohane (1999), na qual o autor salienta que a ideologia, visões do mundo, critérios normativos e atribuições causais, reduzem os custos de transação. Acresce que o mecanismo causal ideológico explica que as sociedades educam os seus jovens a aceitar a legitimidade das regras e normas e, assim, reduzem os custos do controlo e reforço das instituições.

Keohane (1999) salienta que numa economia internacional cada vez mais independente, na qual se multiplicam os custos de transação, as ideias e as perceções subjetivas comuns são necessárias para reduzir esta complexidade e facilitar a cooperação. Mas não existe um sistema educacional abrangente capaz de divulgar e inculcar uma ideologia que promove normas cosmopolitas de regimes internacionais.

Este lugar é ocupado pelas redes transnacionais de especialistas que são movidas por padrões de profissionalismo. A maximização do prestígio e da reputação é o princípio que as mantém ativas, a extensão crescente da sua esfera de influência em instituições internacionais mostra que essas redes são o substituto da ideologia de North (1990), que reduz os "custos de transação" em matéria de cooperação internacional.

O enfoque das Cep está precisamente nos processos mediante os quais os

especialistas exercem influência sobre os políticos na formação de esquemas de cooperação internacional.

De acordo com Haas (1992), comunidades epistémicas são:

> «(…) rede (s) de profissionais, cuja autoridade e competência é reconhecida em uma determinada área e que tem uma política de aplicar o conhecimento em um domínio particular. Os seus membros partilham visões de coisas, formas de conhecer os padrões, raciocínio, um projeto político baseado em atribuições comuns de causalidade, uso de práticas discursivas e têm um compromisso com a produção e aplicação do conhecimento.»[57]

No entanto, para que estas *redes* sejam comunidades epistémicas, é necessário cumprir quatro critérios a mencionar: um conjunto comum de crenças e princípios orientadores numa lógica baseada em valores para a ação social dos membros da comunidade; fundamentos comuns, derivados das suas análises ou práticas que tenham produzido ou ajudado a produzir um conjunto básico de questões em seus respetivos campos, e fornecer uma base para elucidar as múltiplas conexões entre uma série de ações políticas e resultados desejados; noções comuns de validade, isto é, critérios definidos internamente, intersubjetivamente, para pesar e validar o conhecimento em sua área de especialização, e uma iniciativa de política comum, ou seja, um conjunto de práticas comuns associadas com um conjunto de problemas para os quais são dirigidas as suas competências profissionais. (Noya, 2007).

A componente da comunicação é essencial para uma efetiva materialização do papel destas comunidades no exercício da DP das OI. Neste sentido, as teorias e descobertas cruzam as fronteiras dos países, assumem um carácter marcadamente transnacional. Na medida em que se vai gerando consensos, o conhecimento adquirido pode tornar-se relevante para a ação política ou outra da Organização a nível mundial, num mundo cada vez mais globalizado. A este propósito, numa abordagem sobre a CPLP, Castilho (2005) argumenta que:

> «(…) passando o Mundo a estar organizado em vários blocos, as políticas linguísticas deixaram de ser discutidas apenas a nível interno para passarem a ser analisadas nas organizações ou organismos multilaterais. Será dentro de blocos que serão tomadas as decisões relativas "ao problema da tradução de instruções sobre produtos, a fixação de uma termologia científica e tecnológica compartilhada, os direitos linguísticos da cidadania, etc.»[58]

São três os fatores, que podem levar os políticos dentro das OI a recorrerem ao uso de Cep para realizar a coordenação política e a promoção internacional,

[57] Haas (1992) *apud* NOYA, J. (2007), *op. cit*., p. 341.

[58] Castilho (2005) *apud* PINTO, F. (2009). *Estratégias da ou Para Lusofonia.* Prefácio: Lisboa; p. 166.

nomeadamente a incerteza; interpretação e institucionalização.

Primeiro, o carácter complexo e técnico dos desafios globais exige assessoria de especialistas. Em circunstâncias normais, os decisores seguindo a inércia institucional, não recorrem a essas fontes externas de conhecimento. Mas uma crise que ponha em causa as rotinas ou hábitos adquiridos pode incentivar ao contacto com as Cep.

Segundo, as Cep oferecem mínimos de consenso, pelo que podem ser fontes de informação e conhecimento que ajudem a antecipar algumas das consequências que as medidas governamentais não podem completamente antecipar.

Terceiro, as Cep podem exercer influência nas negociações internacionais, ao serem institucionalizadas em agências e unidades próprias, reconhecidas como tal. Além disso, se a Cep já estiver consolidada, pode ter um grau de poder político, porque faz parte de um aparato burocrático maior.

A Cep pode também exercer influência no processo de formulação de políticas a quatro níveis - inovação, divulgação, seleção e persistência. Em primeiro lugar, as Cep podem conseguir circunscrever o debate em torno de uma série de questões. As negociações subsequentes serão condicionadas pela informação que dá a comunidade nesse momento inicial. Esta função de demarcação dos problemas pode ajudar as OI a definir os seus próprios interesses em um determinado assunto;

Segundo, os especialistas podem comunicar ideias e inovações políticas com base nos laços que têm com membros de outros países, os quais, por sua vez, podem influenciar as políticas de seu país;

Por fim, a influência sobre a escolha e pertinência das políticas dependerá do grau de institucionalização e de consenso que haver no seio da comunidade epistémica.

De salientar que as Cep têm desempenhado um papel importante em organizações funcionais, mas também em intergovernamentais como a UE, o que levou mesmo a se falar de *tecnocracia* como sua forma de governo. No entanto, parece abusivo sugerir que as comunidades de peritos podem substituir os governos nacionais. A crítica geral a partir do realismo e intergovernamentalismo tem sido de que: «(…) no processo de construção europeia, por exemplo, os incentivos económicos estruturais criaram ideias económicas, e não o contrário.»[59]

Outra particularidade da DP das OI é o papel relevante de alguns organismos intermediários. O multilateralismo já não se baseia apenas em acordos entre os governos

[59] Moravcski (1999) *apud* NOYA, J. (2007), *op. cit*., p. 343.

como anteriormente. De supracionalização passou-se para a transnacionalização. Criou-se uma vasta rede de relações transnacionais entre órgãos legislativos, executivos e judiciais, exigindo uma maior legitimação dos cidadãos. Tal atribuiu um papel-chave as organizações transnacionais, muitas delas ONG, desde às humanitárias, passando pelos sindicatos e empregadores. Somente com a conivência destes organismos intermediários se podem implementar muitos dos acordos que interessam às OI.

A perceção de externalidades ou consequências negativas da interdependência, pode propiciar o surgimento de posições mais defensivas e nacionalistas dos Estados mais desfavorecidos, levando ao aparecimento das tendências internas apologistas do nascimento de *Estados de bem-estar nacional* virados para dentro e pouco sensíveis a cooperação internacional. Neste contexto, as políticas sociais transnacionais como a cooperação e desenvolvimento, a salvaguarda da paz e da segurança, entre outras, nos países em vias de desenvolvimento serve para influenciar a opinião pública local a ter uma posição favorável em relação às OI.

A investigação sobre a perceção da opinião pública, em relação às OI não é abundante, mas estão identificadas algumas problemáticas neste domínio. Em primeiro lugar, a legitimidade das OI centra-se em torno das suas características. Everts (1995) chama a esta opção de *federalista* e questiona-se:

> «(…) há correspondência na avaliação que se faz as acções dos Governos unilateralmente com o grau da sua internacionalização, ou seja, ao grau em que a autoridade é transferida para as instituições internacionais, ou, pelo contrario, as atitudes e observações são multidimensionais, dependendo da natureza das questões envolvidas.»[60]

Os defensores desta linha admitem que a opinião pública sobre as instituições de governança internacional está estruturada numa única escala nacionalismo-internacionalismo, de acordo com o objeto de cada instituição. Quanto maior for o âmbito de atuação do organismo maior será a pontuação nesta escala. Para os analistas que defendem a visão denominada por Everts (1995) como *funcionalista* não há continuidade nacionalismo-internacionalismo. Neste caso, os cidadãos oferecem o seu apoio às instituições, podendo ser pela internacionalização em uma área e não noutra. «As atitudes para com as OI são multidimensionais. Simplesmente não pode ser alinhado num contínuo nacionalismo-federalismo, mas a respostas extraordinariamente dependentes de perguntas específicas.»[61]

[60] Everts (1995) *apud* NOYA, J. (2007), *op. cit*., p.345.

[61] *Id. Ibid*.,p. 427.

No estudo de Everts (1995), com base na opinião pública europeia, indicou que havia três conjuntos de atitudes, dependendo do âmbito de atuação da organização: atitudes para a integração, cooperação militar e atitudes para a ONU. Pelo que o autor concluía que na opinião pública: «(…) o que prevalece são os fins antes dos meios da cooperação internacional e, portanto, a visão funcionalista, antes da federalista.»[62]. Embora, antes do neofuncionalismo de análise da integração supranacional deve ser observado que na opinião pública dos diferentes países não se produz um efeito cascata (*spill over*) de legitimidade das OI. Num país pode haver mais apoio e noutro menos.

Note-se ainda que independentemente do seu alcance geográfico, cada OI é um mundo com suas próprias fontes de legitimação ou deslegitimação. Os cidadãos com valores tradicionais que defendem a soberania do Estado-Nação rejeitam um modelo vertical de OI independente, em que os seus poderes são maiores que os dos Estados. Pelo contrário, entre os grupos que se alimentam de novos valores, há uma maior consciência cosmopolita, admitindo a transferência da soberania para a OI.

[62] Everts (1995) *apud* NOYA, J. (2007), *op. cit*., p. 346.

4 A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

4.1 CPLP – Evolução e Conceitos

A ideia que se materializaria em 1996 na criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) surgiu de considerações de natureza linguística e histórico-cultural. Por considerações de natureza linguística entendem-se as referentes à importância e a valorização da língua. A conceção nasce da perceção desses elementos de união, entre os quais avulta, o suporte de um idioma comum (Dos Santos, 2005).

O espírito comunitário que preside à CPLP e que inspirou a génese da respetiva criação precedeu, em mais de um século, a fase constitutiva que caracteriza o resultado da vontade política expressa de oito Estados diferentes (na altura da constituição eram apenas sete). O relacionamento informal estabelecido, ao longo de vários séculos, entre os povos que utilizam a língua portuguesa como vetor comunicacional, constitui o embrião a partir do qual se desenvolveu o fenómeno de institucionalização progressiva, que adquire a expressão de Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Já em 1902, o brasileiro Sílvio Romero tinha proposto a criação de uma Federação Luso-brasileira, um bloco linguístico envolvendo o Brasil e Portugal e as suas colónias, como forma de resistir aos intentos "recolonizadores" das grandes potências promotoras da Conferência de Berlim (CPLP, 2006c).

O Poeta luso Fernando Pessoa atualizou e modernizou o mito do *Quinto Império* na sua *Mensagem (1978)* e no *Livro do Desassossego (1990).* A frase a "minha Pátria é a Língua Portuguesa", que Pessoa coloca na boca no seu heterónimo Bernardo Soares iria converter-se numa espécie de divisa da Lusofonia e deste novo "império", não material, mas cultural.

Também o Filósofo luso Agostinho da Silva (2003), que foi em toda a sua vida e obra um ativo propagandista deste *Quinto Império,* salientou que não haveria quinto imperador e o poder do Espírito Santo sopraria em todas as partes onde se falava português.

O Escritor brasileiro Gilberto Freire (1963) era defensor do *luso-tropicalismo,* que decorria da experiência portuguesa nos trópicos. Esta teoria teve grande projeção internacional, chamou a atenção sobre a gestão de antagonismos que constitui na sua

opinião a marca original da colonização portuguesa nos Trópicos e da formação da identidade brasileira.

Ao longo deste processo foram significativas as propostas de Adriano Moreira (Ministro português do Ultramar 1961-63), sobre a criação da Universidade Internacional Luís de Camões, de estrutura federativa. O objetivo era congregar as várias entidades já existentes, mas sobretudo a sua proposta de organização de um Instituto Internacional de Língua Portuguesa, posteriormente "rebuscada" e "reinventada" por outros arquitetos do edifício lusófono (Dos Santos, 2005).

Após a sua saída do Governo, Adriano Moreira fundou o *Movimento da União das Comunidades de Cultura Portuguesa*, com o objetivo de formar e mobilizar a opinião pública, de criar um clima de unidade e autenticidade para concretização prática da comunidade Luso-Brasileira, por si proposta no início dos anos 60, tendo presidido a dois Congressos das Comunidades, em Lisboa, em 1964, e em Maputo, na altura Lourenço Marques, em 1966 (CPLP, 2006c).

Em 1961 José Aparecido de Oliveira, cidadão brasileiro, homem de cultura e Diplomata, idealizou a criação de uma comunidade fraterna de países de língua portuguesa baseada na luta pela liberdade, democracia, autodeterminação dos povos e a independência das colónias, contra o racismo e todas as formas de discriminação. Encontrou um aliado na pessoa do Presidente Jânio Quadros que o tomou Chefe do seu gabinete. Jânio Quadros deixou a Presidência antes de ter cumprido o primeiro ano do seu mandato, mas dotou o Brasil de uma nova política externa mais independente e baseada na procura do diálogo e da amizade entre os povos.

Se podem encontrar outros antecedentes da CPLP a nível dos movimentos de libertação das antigas colónias portuguesas em África. As guerrilhas foram escolas onde se ensinou a falar, escrever e ler em português. Agostinho Neto escreveu em português, Amílcar Cabral dizia que: «(…) o português (língua) é uma das melhores coisas que os *tugas* nos deixaram.» [63]

Samora Machel tomou como lema *um só povo, uma só língua*. Estas opções políticas deram origem a criação, no dia 20 de Abril de 1961, em Casablanca (Marrocos), da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) que agrupava o Movimento Popular de Libertação de Angola, a União

[63] LARANJEIRA, P. (1995). Amílcar Cabral sobre a Língua Portuguesa. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa, Universidade Aberta, p 405*.

Nacional dos Trabalhadores de Angola, o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, e a União Democrática Nacional de Moçambique (mais tarde Frente Nacional de Libertação de Moçambique), constituindo-se na primeira organização multinacional de língua portuguesa (CPLP, 2006c).

Conseguidas as independências, os fundadores da CONCP, no poder nos cinco jovens Estados africanos, resolveram dar continuidade a cooperação e solidariedade forjadas durante a luta comum contra o colonialismo português, criando, em 1979, o Grupo dos cinco Países de língua Oficial Portuguesa (PALOP), primeira organização intergovernamental de língua portuguesa.

Ao assumirem a herança linguística e cultural comum facilitou a rápida retoma do diálogo e da cooperação bilateral com Portugal, superando traumas da guerra e da descolonização com o apoio do Brasil – que foi dos primeiros países a estabelecer relações com os PALOP – apesar das diferenças políticas e ideológicas, entre a ditadura militar brasileira e os regimes marxistas instaurados nos países africanos lusófonos.

Ainda no que toca aos antecedentes da CPLP, importa assinalar que em 1983, no decurso de uma visita oficial a Cabo verde, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, estimava que:

> «(…) o processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo transcontinental dos sete países da língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estados ou Governo, promover encontros anuais de Ministros dos Negócios Estrangeiros, efectivar consultas políticas frequentes entre directores políticos e encontros regulares de representantes da ONU ou em organizações internacionais, bem como avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Parlamentar.»[64]

Porém, foi José Aparecido de Oliveira, nesta altura Ministro da Cultura do Brasil, do Governo do Presidente José Sarney, que relançou junto dos dirigentes do regime brasileiro, o interesse pela criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Os obstáculos eram muitos, o Brasil, recém-saído da ditadura, estava a braços com uma gravíssima crise política, social e económica. Os novos países africanos

[64] COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2006b). "Estatutos da Comunidade dos Países de Língua portuguesa (com revisões de São Tomé/2001, Brasilia/2002, Luanda/2005 e Bissau/2006)". *CPLP Organização*, Estatutos, p. 34 URL: www.cplp.org [acedido em 23 de Agosto de 2012]

independentes tinham optado por regimes de partidos únicos de inspiração marxistas e estavam, mais ou menos, dependentes dos países comunistas do Leste europeu e da China. Angola e Moçambique eram palcos de guerras enquadradas na lógica de Guerra-fria e Portugal estava voltado para o êxito da integração europeia, que via como garantia da sua estabilidade democrática e de desenvolvimento que culminaria com a adesão a Comunidade Europeia em 1986.

No entanto, em 1989, José Aparecido de Oliveira visita os países de língua portuguesa convocando-os para uma reunião ao mais alto nível. A 1 de Novembro, o Presidente do Brasil, José Sarney, recebe em São Luís do Maranhão, a primeira Cimeira dos sete em que participaram os Presidentes Aristides Pereira, de Cabo Verde, João Bernardo Vieira, da Guiné-Bissau, Joaquim Chissano, de Moçambique, Mário Soares, de Portugal, e Manuel Pinto da Costa, de São Tomé e Príncipe. O Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, fez-se representar pelo Primeiro-ministro, Lopo do Nascimento.

Foi acordada a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), mas o projeto comunitário ainda teria de amadurecer. As mudanças no contexto internacional e as evoluções internas de cada país foram determinantes.

Com o fim da guerra-fria e do mundo bipolar a que dera lugar, a paz e desenvolvimento passam a ocupar o primeiro lugar nas prioridades da maioria dos países em desenvolvimento, não anulando mas esbatendo diferenças ideológicas e políticas.

Os PALOP não fogem à regra e encetam processos de reformas políticas e económicas. Deixa de haver dois modelos antagónicos de sociedade, o que revaloriza os conceitos de solidariedade e abre a via para outro tipo de cooperação, quer ao nível da integração regional, quer no plano internacional, baseada na comum aspiração ao bem-estar, ao progresso e direitos humanos.

As mudanças de regime político em Cabo Verde e São Tomé, os acordos de paz para Angola (1991) e para Moçambique (1992) abrem novas perspetivas. Em 1993, realizam-se duas mesas-redondas Afro-Luso-Brasileira, uma no Rio de Janeiro, outra em Lisboa e uma terceira em Luanda, em 1994, congregando escritores, académicos e outras personalidades.

Os Ministros dos negócios estrangeiros e das relações exteriores dos Sete reunidos em Brasília, em Fevereiro de 1994, recomendaram a realização de uma cimeira dos Chefes de Estado e de Governo para aprovar a constituição da Comunidade.

Foi criado um Comité de Concertação Permanente, em Lisboa, integrado por um alto representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal (o Diretor-geral de Política Externa) e pelos embaixadores dos países de língua portuguesa acreditados em Lisboa.

O Comité encarregou-se de elaborar os projetos de Declaração Constitutiva e os Estatutos da Comunidade. Os seus trabalhos contaram com a participação de Aparecido de Oliveira, então Embaixador do Brasil em Lisboa.

A cimeira, prevista para Junho de 1994, foi adiada duas vezes. A primeira, por indisponibilidade do Presidente brasileiro Itamar Franco, a segunda devido a um incidente diplomático entre Portugal e Angola (CPLP, 2006c).

Em Junho de 1995, os chefes da diplomacia dos Sete chegaram a um acordo e marcaram uma nova data para a cimeira fundadora, que será ainda antecedida por uma última reunião ministerial em Maputo, em Abril de 1996.

A cimeira realizou-se a 17 de Julho de 1996, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa. Ao assinar a Declaração Constitutiva, os Chefes de Estado declararam que o fazem: «(…) num ato de fidelidade à vocação e à vontade dos seus povos e no respeito pela igualdade soberana dos Estados.»[65] A CPLP nasce assim para «(…) consolidar a realidade nacional e plurinacional que confere identidade própria aos países de língua portuguesa, refletindo o relacionamento especial existente entre eles (…)»[66]. É fixado como objetivo «(…) aprofundar a progressiva afirmação internacional de países de língua portuguesa que constituem um espaço descontínuo (os países fundadores estão situados entre três continentes: África, América e Europa).»[67]

A língua portuguesa é definida como:

> «(…) um vínculo histórico e um património comum resultante de uma convivência multissecular que deve ser valorizada" e "um meio privilegiado de difusão da criação cultural dos povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspetiva aberta e universalista.»[68]

A CPLP é um foro multilateral, privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros. (Estatutos da CPLP, Art. 1º).

[65] COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2006b), *op. cit.*, p.37.

[66] *Id. Ibid.*

[67] *Id. Ibid*., p.38

[68] *Id. Ibid*.

Antes mesmo de se analisar a definição estatutária, afigura-se como sendo pertinente levantar uma questão em torno da própria designação da organização. Porquê uma comunidade? Os países de língua portuguesa constituem, de facto, uma comunidade? A resposta a estas questões passa necessariamente por definir comunidade. O conceito não é unívoco e tem sido aplicado a conjuntos bastante diferentes.

Ferdinand Tonnies (1887)[69] foi um dos primeiros teóricos a definir comunidade em oposição a sociedade. Tonnies criou um conceito de comunidade pura, ideal e ligada à aldeia, oposto ao conceito de sociedade resultante da vida moderna. Para Tonnies a comunidade tinha um carácter natural e uma carga afetiva, pois representava o passado, a aldeia e a família. Na comunidade as normas e o controle davam-se através da união, do hábito, do costume e da religião, enquanto a sociedade, resultado da modernidade, representava a frieza e o egoísmo, em que as normas e o controle eram ditados pela lei e pela opinião pública.

Para Ferdinand Tonnies (1887), enquanto a comunidade representava o estado ideal dos grupos humanos, a sociedade era vista como corrupta. Na mesma linha, Cruz (1999) considera que: «(…) a própria comunidade deve ser compreendida como um organismo vivo e a sociedade como um agregado mecânico e um artefacto.»[70] Mas a ideia de comunidade, fruto da industrialização e do desenvolvimento, começou a afastar-se do conceito de comunidade em Tonnies, não tanto por se apoiar em novos elementos, mas pela tónica colocada: mais explícita, inter-relacionada e racionalizada.

Porém, o conceito de comunidade continuava a ser identificado pela coesão social, a base territorial, as relações de conflito, as solidariedades e a colaboração para um fim comum. Mas, em termos espaciais e relacionais, era mais ambicioso que o conceito inicial, assente exclusivamente na relação familiar da *gemeinshaft tönnesiana*. Por exemplo Carlos Lopes (2003) afirma que:

> «(…) a noção de comunidade implica (…) uma realidade grupal, da qual se faz parte por natureza, à qual se pertence mais por inevitabilidade, do que por escolha ou decisão própria. Rege-se mais pelo afecto e pelo sentimento de pertença, pela informalidade das normas, das práticas e dos costumes, pelos laços que interligam os indivíduos de uma geração e as sucessivas gerações entre si. Mas a noção implica também a realização de um conjunto de interesses próprios e comuns que, em última análise, a definem.»[71]

[69] Ferdinand Tonnies (1887) *apud* PINTO, F. (2004). *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades.* Covilhã: Biblioteca Diplomática; p.285.

[70] Cruz (1989) *apud* PINTO, F. (2004), *op. cit.*, p. 285.

[71] Carlos Lopes (2003) *apud* DOS SANTOS, V. M. (2004). In Nação e Defesa. *Lusofonia e Projeção*

Este conceito parece estar mais próximo da ideia de comunidade que esteve subjacente à criação da CPLP. Ou seja, um conceito que agrega aspetos culturais e afetivos, com a necessidade de realizar interesses comuns, os quais podem ser de natureza económica, política e de segurança.

Assim, de um conceito que envolvia « (…) a noção de área social e a ideia de uma ligação natural ou espontânea entre pessoas, de uma relação social assente no sentimento de participação de uma unidade coletiva bem diferenciada»,[72] passou-se para uma noção muito mais abrangente, institucionalizada e formal, que já não é possível de ser totalmente reduzida à pequena comunidade de Tonnies.

Outra definição é a de que o termo comunidade tem origem no étimo latino *communitas,* apresenta treze significados de acordo com diferentes contextos, sendo que um deles se refere ao conjunto de países que têm em comum a língua. Da análise dos vários significados ressalta:

> «(…) a qualidade daquilo que pertence a muitos ou a todos (…) que têm em comum uma nacionalidade, uma língua e um passado histórico e cultural", situação que aponta para uma comunhão de interesses e uma acção baseada na cooperação. Neste sentido, não parece abusivo concluir que a CPLP é efetivamente uma comunidade.»[73]

Importa assinalar que Max Weber (1983) foi pioneiro na referência a comunidade de linguagem, considerando que «(…) a orientação pelas normas da linguagem comum constitui, de modo primário, só um meio para um entendimento mútuo, mas não um "conteúdo de sentido" das relações sociais.»[74]

No entanto, o aparecimento consciente de diferenças relativamente a terceiros podia originar que os detentores de um mesmo idioma desenvolvessem um sentimento de comunidade e formas de socialização – sociedade – cujo fundamento consciente da sua existência forma a comunidade linguística.

Voltando à definição de CPLP constante nos seus estatutos, importa fazer uma breve análise aos elementos que a compõem. Parte-se da distinção das noções de foro ou fórum e comunidade, que não se apresentam como sinónimas no que respeita as OI.

O termo latino *fórum* é integrado na língua portuguesa na grafia original e na grafia aportuguesada (foro). Entre os romanos fórum assumia o significado de praça

Estratégica. Portugal e a CPLP. Lisboa: IDN; pp. 123-151.

[72] Barata (1976) *apud* PINTO, F. (2004), *op. cit*., p. 287.

[73] *Id. Ibid*., p. 288.

[74] *Id. Ibid*., p. 286.

pública onde se realizavam mercados e ou assembleias populares, designadamente, onde se reuniam magistrados encarregados de julgar causas (Pinto, 2004).

Na língua portuguesa fórum conserva o mesmo sentido dado pelos romanos, embora atualmente seja mais usado no sentido de debate entre especialistas de determinada matéria, colóquio, seminário ou congresso. Um destes sentidos para a palavra fórum é o de debate entre especialistas sobre determinada matéria, definição que aponta para uma certa temporalidade ou intermitência na ação.

Parece, no entanto, que o significado de foro que melhor se adapta a CPLP é um dos que nos é dado pelo Dicionário de Língua Portuguesa contemporânea, ou seja, um «(…) centro de múltiplas actividades, ou sede ou local próprio para consecução dos objectivos que a organização pretende atingir.»[75]

No mesmo Dicionário, a palavra *foro* tem duas entradas. Uma delas, quando fonema é aberto, pode ser sinónimo de fórum mas, se formar o plural *foros*, significa categoria de um espaço urbano ou condição ou importância, Se o fonema for fechado, significa a quantia ou pensão paga pelo uso de um bem (Pinto, 2004). Mas há também outros significados, como jurisdição, foro civil, foro comercial, foro privado e foro íntimo, no entanto, parece que nenhum destes significados se revela muito adequado ao sentido atribuído nos Estatutos da CPLP.

Posição um pouco diferente é defendida por Carlos Lopes (2006):

> «(…) um foro é normalmente uma ligação ténue, não necessariamente institucionalizada de forma rígida. É um espaço que pode servir para intercâmbios e trocas de opinião e experiência, mas não implica necessariamente uma dimensão política e regimental firme.»[76]

Acresce que no caso da CPLP, ao ser considerado privilegiado (foro): «(…) espera-se algo mais, que pode ser traduzido apenas num desejo não corroborado com nenhum arranjo pré-concebido.»[77]

Relativamente à ideia de "aprofundamento da amizade mútua", Carlos Lopes (2006) afirma que aprofundar amizade é algo um pouco mais emotivo do que racional. Amizade entre países é uma formulação diplomática desprovida de qualquer especificidade. É o que se coloca em qualquer documento ou comunicado, até com países com os quais se mantêm um intercâmbio cada dez anos.

---

[75] PINTO, F. (2004), *op. cit.*, p. 288.

[76] LOPES, C. (2006). "A CPLP: Paradoxo Certo ou Futuro Incerto". *Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa*, 10 Anos da CPLP, pp. 139.

[77] *Id. Ibid.*

Filipe Pinto considera que na CPLP: «(…) continua presente o desejo de aprofundar a amizade (….) entre os povos, mas do que entre os países, ligados pela língua e por um passado com muitos elementos (…) em comum.»[78]

Para Carlos Lopes (2006) a concertação político-diplomática da CPLP:

> «(…) é algo técnico e preciso, que na realidade pode ser feito por qualquer grupo de países com interesses comuns. O mesmo autor salienta que "parece ser certo que a CPLP conseguiu esta concertação em momentos importantes para os seus Membros, embora também seja verdade que a descontinuidade geográfica da comunidade tem sido um factor mais centrípeto que centrífugo.»[79]

Não obstante as posições antagónicas, legitimamente levantadas, sobre a génese, funcionamento e os objetivos da CPLP, a observação da vida política internacional demonstra que apesar de modesta, a Organização tem-se afirmado lentamente e se tornou já numa realidade a ter em conta.

[78] PINTO, F. (2004), *op. cit.*, p. 290.

[79] LOPES, C. (2006). *op. cit.*.

4.2 Estrutura Funcional da CPLP

A CPLP tem sede em Lisboa e é composta por oito Estados-membros de pleno direito, ou seja, Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

A CPLP abrange espaço descontínuo numa área total de 10 742 000 km2, o que corresponde a 7,2 por cento da terra do planeta (148 939 063 km2)[80], espalhado por quatro continentes (Europa, América, África, Ásia). Abraça realidades tão diversas como a do Brasil (quinto país do mundo em superfície) e a do pequeno arquipélago de São Tomé e Príncipe (Estado mais pequeno, em área, de África).

Tal como acontece com outras OI atuais, abordadas atrás, a CPLP goza de personalidade jurídica. É dotada de órgãos próprios e de autonomia política, administrativa e financeira em relação aos Estados-membros e outras organizações.

A CPLP tem como objetivos a concertação político-diplomática entre os seus membros, em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos *fora* internacionais; a cooperação, particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico, da educação, saúde, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; bem como, a materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa.

Na prática, toda a atividade da CPLP é orientada pelos seus Estados-membros que concertam posições, pelo menos uma vez por mês, nas reuniões ordinárias do Comité de Concertação Permanente.

A concertação político-diplomática assume-se como um dos vetores de atuação da CPLP com maior dinamismo, apesar de muitas das medidas e posições comuns adotadas, não serem divulgadas por causa das suas características de relações e negócios estrangeiros. Entre estas ações sublinha-se a componente de observação eleitoral, que tem assumindo um papel cada vez mais relevante ao nível internacional e a assinatura de diversos Protocolos de Cooperação com OI e Entidades da Sociedade Civil.

Quase todas as iniciativas em matérias de Cooperação em todos os domínios e de promoção da Língua Portuguesa são concertadas diplomaticamente.

No entanto, tal como acontece nas outras OI, também a nível da CPLP, a

[80] COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2006a). "A CPLP: O Que é e o Que Representa para o Mundo". *Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa*, 10 Anos da CPLP, pp. 1.

cooperação é desequilibrada, no sentido de que uns dão mais a organização, e aos Estados-membros individualmente, do que outros. Conforme refere Lopes (2006), «(…) o índice de desenvolvimento de Portugal e o tamanho do Brasil são factores de monta para que os dois ofereçam muito mais do que os demais países reunidos.»[81]

Atualmente, importa também referir a preponderância e o contributo de Angola na organização, que decorre, fundamentalmente, do seu potencial económico e no domínio de defesa e segurança.

Neste domínio, da cooperação, a VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Bissau, adotou dois documentos de referência, Estratégia Geral de Cooperação da CPLP e a Declaração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

Por sua vez, o XIV Conselho de Ministros, realizado na Cidade da Praia, em Julho de 2009, adotou o outro documento designado: Cooperação na CPLP: uma visão estratégica após Cimeira de Bissau.

Após a aprovação destes instrumentos, as atividades da Direção de Cooperação foram desenvolvidas com vista corresponder as orientações destes documentos.

De acordo com os seus Estatutos, a CPLP é regida pelos princípios da igualdade soberana dos Estados-membros; não ingerência nos assuntos internos de cada Estado; respeito pela sua identidade nacional; reciprocidade de tratamento; primado da paz; da democracia; do Estado de direito; dos direitos humanos e da justiça social; respeito pela integridade territorial; promoção do desenvolvimento e da cooperação mutuamente vantajosa.

Para além dos membros fundadores, qualquer Estado, desde que use o português como língua oficial (não necessariamente a única), poderá tornar-se membro da CPLP, mediante a adesão sem reservas aos seus Estatutos.

No ato da criação da Organização foram estabelecidos os seguintes órgãos: A Conferência de Chefes de Estado e de Governo; o Conselho de Ministros; Comité de Concertação Permanente e o Secretariado Executivo. Aquando da revisão dos Estatutos, na IV Cimeira de Chefes de Estado (Brasília, 2002), foram acrescentados as Reuniões Ministeriais Sectoriais e a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação. O Xº Conselho de Ministros, realizado em Luanda em 2005, integrou ainda o Instituto Internacional de Língua Portuguesa. Desde 2007, foi ainda estabelecida a Assembleia Parlamentar.

A Conferência de Chefes de Estado e de Governo reúne-se ordinariamente de

[81] LOPES, C. (2006). *op. cit.*.

dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por 2/3 dos Estados membros. Este órgão, integrado pelas autoridades máximas dos oito países, é a instância deliberativa superior da Organização. Como é regra em todas as instâncias deliberativas da CPLP, as suas decisões são sempre tomadas por consenso (unanimidade).

O Conselho de Ministros é constituído pelos Ministros dos negócios estrangeiros e das relações exteriores dos oito países-membros e reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e extraordinariamente quando solicitado por 2/3 dos Estados membros. O Conselho de Ministros responde perante a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, a quem deve apresentar os respetivos relatórios. O Conselho de Ministros elege, entre os seus membros, um presidente de forma rotativa, por mandato de um ano.

Tanto a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, quanto o Conselho de Ministros são hospedados, em carácter rotativo, por um dos Estados membros, que organiza os respetivos eventos em cidade de destaque, no mês de Julho, o mês da criação da CPLP.

A Assembleia Parlamentar é o órgão que reúne as representações de todos os Parlamentos da Comunidade, constituídas na base dos resultados eleitorais das eleições legislativas dos respetivos países. A Assembleia Parlamentar da CPLP foi instituída pelo XII Conselho de Ministros, em Novembro de 2007.

O Comité de Concertação Permanente reúne-se, ordinariamente, em Lisboa, na sede da CPLP, uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que necessário. O Comité é coordenado pelo representante do país que detém a presidência do Conselho de Ministros.

As Reuniões Ministeriais Sectoriais são constituídas pelos Ministros e Secretários de Estado dos diferentes sectores governamentais, de todos os Estados membros. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, ao nível ministerial ou equivalente, as ações de concertação e cooperação nos respetivos sectores governamentais.

A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação congrega as unidades responsáveis, nos Estados membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP. É coordenada pelo representante do país que detém a Presidência do Conselho de Ministros. Compete-lhe assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade. Os Pontos Focais da Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por 2/3 dos Estados membros.

Os fundos do Secretariado Executivo da CPLP são provenientes das contribuições dos Estados membros, mediante quotas fixadas pelo Conselho de Ministros. A CPLP dispõe também de um Fundo Especial, dedicado exclusivamente ao apoio financeiro das ações concretas efetuadas no quadro da Organização. Este Fundo é alimentado por contribuições voluntárias de entidades públicas e privadas e está submetido a Regimento próprio.

No caso das ações aprovadas no âmbito das Reuniões Ministeriais, estas são financiadas por fontes identificadas por esses órgãos. O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem a competência de implementar as decisões da Conferência de Chefes de Estado e de Governo, do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e do Comité de Concertação Permanente; planificar e assegurar a execução dos programas da CPLP; organizar e participar nas reuniões dos vários órgãos da CPLP; acompanhar a execução das decisões das Reuniões Ministeriais e demais iniciativas no âmbito da CPLP.

O Secretariado Executivo é dirigido pelo Secretário Executivo, eleito para um mandato de dois anos, mediante candidatura apresentada rotativamente pelos Estados-membros, por ordem alfabética crescente. No final do mandato, o Estado-membro cujo representante nacional ocupa o cargo de Secretário Executivo, tem a possibilidade de apresentar a sua recandidatura, por mais um mandato de dois anos.

Os Estatutos, revistos várias vezes (revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005 e Bissau/2006) fixam, desde a Cimeira de Bissau, a existência de um Diretor-geral, sendo que o cargo de Secretário Executivo Adjunto cessou com a sua nomeação.

O Diretor-geral é recrutado entre os cidadãos nacionais dos Estados-membros, mediante concurso público, pelo prazo de 3 anos, renovável por igual período. O Diretor-geral é o responsável, sob a orientação do Secretário Executivo, pela gestão corrente, planeamento e execução financeira, preparação, coordenação e orientação das reuniões e projetos ativados pelo Secretariado.

Na IIª Cimeira de Chefes de Estado e do Governo, na Cidade da Praia em Julho de 1998, foi criado o Estatuto de Observador. Em 2005, no Conselho de Ministros da CPLP reunido em Luanda, foram estabelecidas as categorias de Observador Associado e de Observador Consultivo.

A criação do estatuto de Observador Associado abriu uma janela de oportunidade para o eventual ingresso de Estados ou regiões lusófonos que pertencem a

Estados terceiros, mediante acordo com os Estados-membros.

Os Estados que pretendam adquirir o Estatuto de Observador Associado, terão de partilhar os respetivos princípios orientadores, designadamente no que se refere à promoção das práticas democráticas, à boa governação e ao respeito dos direitos humanos, assim como, prosseguir através dos seus programas de governo objetivos idênticos aos da Organização, mesmo que à partida, não reúnam as condições necessárias para serem membros de pleno direito da CPLP.

As candidaturas devem ser devidamente fundamentadas, de modo a demonstrar um interesse real pelos princípios e objetivos da CPLP. São apresentadas ao Secretariado Executivo que, após apreciação pelo Comité de Concertação Permanente, as encaminha para o Conselho de Ministros, o qual recomenda a decisão final a ser tomada pela Cimeira de Chefes de Estado e de Governo.

Os Observadores Associados beneficiarão dessa qualidade a título permanente e poderão participar, sem direito a voto, nas Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo, bem como, no Conselho de Ministros, sendo-lhes facultado o acesso à correspondente documentação não confidencial, podendo ainda apresentar comunicações desde que devidamente autorizados. Poderão ser ainda convidados para reuniões de caráter técnico.

Qualquer Estado-membro poderá, caso o julgue oportuno, solicitar que uma Reunião tenha lugar sem a participação de Observadores. A qualidade de Observador Associado ou Consultivo poderá ser retirada, temporária ou definitivamente, sempre que se verifiquem alterações às condições que recomendaram a sua concessão.

A decisão final caberá ao órgão que decidiu a respetiva admissão, com base em proposta do Secretariado Executivo e após apreciação pelo Comité de Concertação Permanente.

No XIº Conselho de Ministros, reunido em Bissau, em Julho de 2006, foi recomendada a atribuição do Estatuto de Observador Associado à República da Guiné-Equatorial e à República das Ilha Maurícia, passando estes a gozar dos respetivos direitos enumerados no artigo 7º dos Estatutos. O Senegal recebeu esse mesmo estatuto durante a Conferência de Chefes de Estado e de Governo que se realizou a 25 de Julho de 2008, em Lisboa.

A categoria de Observador Consultivo pode ser atribuída as organizações da sociedade civil empenhadas nos objetivos prosseguidos pela CPLP, designadamente através do respetivo envolvimento em iniciativas relacionadas com ações específicas no

âmbito da Organização. A concessão da categoria de Observador Consultivo da CPLP está limitada ao máximo de cinco por ano.

A colaboração entre a CPLP e os Observadores Consultivos compreende o domínio da promoção e difusão da Língua Portuguesa, assim como todas as áreas de cooperação nas quais a CPLP desenvolve ações específicas, sendo que o desenvolvimento da parceria entre a CPLP e os Observadores Consultivos é orientado pelos seguintes instrumentos da Organização: A Estratégia Geral de Cooperação da CPLP; Plano Indicativo de Cooperação e o Acordo Geral de Cooperação da CPLP; os Planos e Programas sectoriais de cooperação; as resoluções e outros instrumentos de orientação adotados pela Organização.

A cooperação entre a CPLP e os Observadores Consultivos pode revestir as seguintes formas: troca de informações, parceria na implementação de projetos no âmbito da CPLP, cofinanciamento de programas, projetos e ações, comparticipação financeira da CPLP, através do Fundo Especial, em projetos de Observadores Consultivos, quando apresentados à reunião dos Pontos Focais de Cooperação pelos Pontos Focais dos respetivos Estados membros e aprovados por aquele órgão, e comparticipação financeira dos Observadores Consultivos em iniciativas da CPLP.

As responsabilidades financeiras resultantes da Cooperação entre a CPLP e os Observadores Consultivos são objeto de Protocolo celebrado entre o Secretariado Executivo e as entidades executoras. O Protocolo acima mencionado deve conter, obrigatoriamente, os seguintes elementos: objetivos da atividade, o plano de trabalho, o orçamento e o cronograma desse desembolso.

Na Cimeira de 2006, em Bissau, foi atribuído o estatuto de Observador Consultivo da CPLP a várias entidades da Sociedade Civil. Em 2009, o XIV Conselho de Ministros aprovou um regulamento para potenciais candidatos a esta categoria, estabelecendo as condições de acesso e os termos do relacionamento no âmbito deste laço institucional.

A Cidadania e a Circulação, apesar de serem áreas com avanços substanciais na Comunidade ainda têm um longo caminho a percorrer. As dificuldades em conceder direitos políticos, económicos e sociais, cuja aplicação esteja em consonância com os atuais respetivos ordenamentos jurídicos, são enormes. Isto porque, cada um dos Estados-membros da CPLP também está integrado noutras organizações regionais e sub-regionais que impõe regras mais estritas.

O tema da Cidadania está relacionado com os objetivos fundamentais

enunciados na Declaração Constitutiva da CPLP, tendo sido vários os apelos feitos pela organização aos Estados-membros no sentido de adotarem medidas que respondam aos anseios repetidamente expressos pelas organizações representativas da sociedade civil e por diversas individualidades dos países lusófonos, para que se dê um conteúdo mais consistente à condição de cidadão no espaço da CPLP.

4.3 A CPLP e a Lusofonia.

O conceito de Lusofonia repousa sobre o significado de dois elementos que formam a palavra que o exprime: *Luso* equivalente a lusitano (ou português). A fonia reporta-se ao idioma (Cristóvão, 2005). Portanto, Lusofonia reporta-se aos falantes de língua portuguesa.

O conceito de lusofonia é porém, em relação ao seu uso, mais amplo e mais denso do que o simples conceito linguístico, além de mais adequado do que outros que com ele pretendem concorrer.

Assim há quem considere importante a Lusotopia, para referir os lugares onde efetivamente se fala português. Lusofilia circunscreve-se ao amor pelas coisas portuguesas. O que é diferente da Lusofonia, que considera e promove o português, por ser a língua comum, mas também por querer valorizar e promover as outras línguas e realidades dos chamados países lusófonos.

Quanto a Lusografia, há uma pertinência no uso deste termo, na medida em que, se considera relevante a língua escrita, cujo uso não é inteiramente coincidente com a língua falada, mas com o inconveniente de agregar a si um conceito demasiado redutor do âmbito e alcance da Lusofonia como esfera cultural e política de decisões. (Cristóvão, 2005).

Também há quem utilize a sigla PALOP (Países Africanos de Língua Portuguesa), mas esta restringe-se apenas aos países africanos de expressão portuguesa.

No dicionário de língua francesa, o adjetivo Lusófono designava aquele que falava português:

> «No entanto, também podia ter um sentido geográfico que cobre o conjunto de países e de povos, cuja língua – quer seja materna, corrente ou oficial – é o português, e um sentido institucional quando designasse as organizações envolvidas na promoção ou desenvolvimento da língua portuguesa, da cultura e dos espaços geográficos ligados a língua. Finalmente, designava a expressão de uma alma, de um princípio espiritual, refletindo o sentimento de possuir em comum um legado de recordações e o desejo de viver em conjunto.»[82].

Porque a etimologia não é tudo. O uso semântico da palavra deu nome aos laços existentes, uns fortes, outros débeis, entre a antiga Metrópole e os novos países independentes e regiões, que falam ou falaram a língua comum exprimindo tradições e valores que também foram comuns durante séculos. A matriz cultural foi, assim,

[82] Leonard (1999) *apud* PINTO, F. (2004), *op. cit.*, p. 291.

estudada e aprofundada por alguns sociólogos e etnólogos, como Gilberto Freire (1963), na teoria do Luso-tropicalismo, e Jorge Dias (1961), em reflexão aprofundada sobre *áreas culturais*.

A língua portuguesa, apelidada, etimológica e mitologicamente, como a língua do luso, do português, e encontra na palavra Lusofonia a sua maior expressão. Usar a palavra Luso, em vez de português, é já uma forma de ultrapassar o nacionalismo e entrar no domínio do mítico e do simbólico. Contudo, a etimologia da palavra Lusofonia e a relevância dos seus usos positivos têm prevalecido sobre dúvidas e suspeições. Quer se considere ou não uma designação (Lusofonia) correta veiculada por uma palavra, não se pode, no entanto, negar que ela traduz uma realidade concreta.

A Lusofonia é, pois, uma realidade em crescimento todos os dias, a partir daquilo que, em qualquer fonia, é básico e essencial, a comunicação e o diálogo, que aproximam as pessoas e as instituições.

Se é verdade que a palavra e algumas organizações se criaram analogicamente, como a francofonia, também não é menos verdade que é noutras raízes culturais que mergulham o seu ideário.

Não é demais lembrar que a língua oficial assim foi definida pela UNESCO em 1989 e registada nas suas *Notes sebastiques*, de Julho de 1992, ao debruçar-se sobre o número de falantes das principais línguas do mundo: «(…) é a língua utilizada no quadro das diversas atividades oficiais: legislativas, executivas e judiciais.»[83]

A língua comum é a fundamentação e o instrumento de ligação entre os oito países considerados lusófonos. O entendimento sobre o que é (ou pode ser) essa Lusofonia ou pátria da língua, não é consensual. Até porque misturando na lusofonia a Utopia com a Realidade, tal como aconteceu no passado, uns entendem-na e preferem-na como sonho inatingível, outros como mito e ideal fecundante a encaminhar permanentemente a realidade para o objetivo pretendido.

Eduardo Lourenço (1999), explica que a pátria da língua e a Lusofonia são mais parte de um sonho que da realidade, constituindo a Lusofonia não mais que um conceito ou ideia mágica:

> «(…) a lusofonia não é nenhum reino mesmo encantadamente folclórico. É só – e não é pouco nem simples – aquela esfera de comunicação e de compreensão determinada pelo uso da

[83] CRISTÓVÃO, F. *et. al.* (2005). *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores, p.654.

> língua portuguesa (….) um continente imaterial disperso pelos vários continentes.»[84]

Menos espiritualista é a caracterização feita por Alfredo Margarido (2000), pois tal como o Acordo Ortográfico, o discurso atual da Lusofonia:

> «(…) limita-se a procurar dissimular, mas não eliminar, os traços brutais do passado. O que se procura de facto é recuperar pelo menos uma fração da antiga hegemonia portuguesa, de maneira a manter o domínio colonial (…) pretende-se manter o colonialismo, fingindo abolir o colonialista, graças à maneira como o colonizado é convidado a alienar a sua própria autonomia para servir os interesses portugueses.»[85]

Para Tabucchi (2000), o termo Lusofonia é suspeito pelo facto de o país, tendo perdido o seu império e as suas colónias, encontrar nela, sendo um: «*(…) terreno fértil para uma invenção meta-histórica como esta, que funciona no sucedâneo, no imaginário coletivo.»*[86]

Mas a realidade dos nossos dias vai dando razão àqueles que entendem a Lusofonia como uma realidade cultural herdada do universalismo português, que se pretende dar continuidade, sem quaisquer ambições neocolonialistas ou de dominação política ou cultural. A Lusofonia não se esgota no comum uso da língua, mas de tudo o que o diálogo por ela possibilitado e facilitado proporciona na aproximação dos países, na economia, na religião, na ciência, no desporto, em todos os alinhamentos, também políticos. (Cristóvão, 2005). Pelo facto destas aproximações e parcerias serem facilitadas pela língua, ela assume uma importância basilar e prévia a quaisquer entendimentos. Daí que as primeiras preocupações da Lusofonia se voltem para as questões da língua, do seu enriquecimento, defesa, difusão e ensino.

Nesta senda, Cristóvão (2005) propõe uma conceção da Lusofonia como conjunto de três círculos concêntricos de valores, reunidos pela língua comum.

Ao primeiro círculo de lusofonia pertencem os oito países que têm o português como sua língua materna, oficial ou de património (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) e regiões que pertencem a outros países e culturas, mas com as quais se partilha a Língua e a História.

Em situações diversas e em inúmeros lugares da diáspora, falam ou falaram português, suas variantes ou crioulos, a Galiza, Casamansa (no Senegal), Ilha de Ano Bom, Ajuda (no Benim), Goa, Damão, Diu, Mangalor, Mahé, Fort Cochim, Tellicherry,

[84] Lourenço (1999) *apud* Cristóvão (2005), p.654. .

[85] Alfredo Margarido (2000) *apud Id. Ibid*., p.654.

[86] Tabucchi (2000) *apud Id. Ibid*., p. 654.

Chaul, Korlai, Coromandel. A estes juntam-se os crioulos de Malaca, Valpim, Batticaloa e Puttalan, no Sri Lanka. Na Oceânia, os de Bali, Java (Brestagi e Tugu), de Kuala-Lumpur, Penang, Jehove, Taiping. E os de Curacau, Áruba e Bonaire, além dos de Suriname na Guiana Holandesa. O tempo vai enfraquecendo ou apagando alguns destes crioulos, mas nem por isso desapareceu a memória cultural que eles veiculam ou veicularam.

É dentro deste círculo, no núcleo duro dos oito países independentes, que se joga o futuro da língua portuguesa e da solidariedade das nações que a falam, pois, neste *Império* ou *República*, as razões e as forças de cada um dos membros são reforçadas pela coesão do grupo. É neste círculo que também se processam as estruturas e as dinâmicas que possibilitam e realizam a ação externa dos lusófonos, especialmente junto das OI.

A primeira dessas estruturas, criada pelos Chefes de Estado dos países lusófonos, em 1 de Novembro de 1989, na cidade brasileira de São Luís do Maranhão, foi o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP). Tendo como objetivo fundamental a defesa, ilustração e difusão da língua comum.

Como estrutura de suporte político dos oito países lusófonos, foi criada em 17 de Julho de 1996, em Lisboa, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), destinada à concertação político-diplomática, em matéria de relações internacionais, cooperação, especialmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico, para pôr em prática os projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

São ainda pilares da lusofonia a União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA) e a Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP). A UCCLA foi fundada em 1985, com sede em Lisboa. Tem como objetivo principal, fomentar o entendimento e a cooperação entre os seus membros, pelo intercâmbio cultural, científico e tecnológico e, ainda, por realizações várias conducentes ao progresso desses mesmos municípios.

A Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP) é uma organização não-governamental, criada em 1986, na cidade da Praia, em Cabo Verde, e congrega as Universidades dos países lusófonos, alguns institutos e centros de formação de professores e outras instituições de objetivos afins. Tem como finalidade, além de salvaguardar e promover a língua portuguesa, incrementar o intercâmbio de professores, investigadores, estudantes e técnicos e a reflexão sobre o papel do ensino superior.

O segundo círculo concêntrico, que envolve o primeiro, é constituído pelas

outras línguas e culturas de cada um dos oito países e das regiões lusófonas, que se encontram em contacto entre si e com a língua comum. Contacto esse que, através do diálogo e do intercâmbio, promove e enriquece cada uma dessas línguas e culturas, tornando-as conhecidas e estudadas em âmbito mais vasto que o regional ou sectorial. A mesma coerência de grupo, a razão lusófona leva à valorização e intercâmbio dessas línguas e culturas, preservando-as e ajudando a sua fixação através, sobretudo, da pesquisa, da escolarização e da atividade editorial.

O terceiro círculo concêntrico, ainda mais amplo, é formado pelas instituições, grupos e pessoas não pertencentes a países e regiões lusófonas, mas que mantêm com a língua comum e as línguas e culturas dos oito países um diálogo de erudição, amizade, simpatia e interesses vários. É integrado, sobretudo, por investigadores, professores e alunos dos vários graus de ensino em países não lusófonos espalhados pelo mundo, por familiares e amigos dos emigrantes, empresários, religiosos, eruditos, técnicos, de países não lusófonos. São grupos, instituições e pessoas de uma qualificação especial, de outros interesses e culturas, que se interessam pelos lusófonos.

Passado em revista os diferentes aspetos que envolvem a Lusofonia, entramos agora numa abordagem mais concreta sobre a relação existente entre este conceito (Lusofonia) e o da CPLP, que tem sido ainda alvo de alguma confusão e controvérsia, embora, de forma implícita, já fomos tocando em elementos que distinguem um do outro. A CPLP afirma-se como:

> «(…) uma comunidade plural, enriquecida pela diversidade, unida em torno do factor linguístico comum, funcionando como um fórum de encontro e de cruzamento das culturas da lusofonia. Ao mesmo tempo, a CPLP constitui a expressão institucionalizada do mundo lusófono, convencionalmente formalizada pelos respectivos Estados-membros, através dos quais se articula, também, com as numerosas comunidades de luso-falantes espalhadas pelo mundo.»[87]

As realidades socioculturais espacialmente dispersas desenvolvem-se indiferentes às fronteiras territoriais que a cartografia reproduz, inequivocamente ligadas pelo idioma comum, irmanadas por tradições, usos e costumes integrados em expressões culturais próprias e diferenciadas, aproximadas por afetos, lealdades e sentimentos de pertença, que a geografia ignora, mas que se inscrevem na alma dos povos e na *gramática das civilizações* (Dos Santos, 2005).

Esta dimensão social e humana da realidade geocultural lusófona adquire

[87] DOS SANTOS, V. M. (2005). "Portugal, a CPLP e a Lusofonia. Reflexões sobre a Dimensão Cultural da Política Externa", *Negócios Estrangeiros*, N.º 8, p.74.

expressão em termos de uma projeção extensa e diversificada, que se reconhecem nas áreas:

> «(…) onde se aceita o português como língua de referência, quer por ser a língua de todos, quer por ser a língua oficial, quer por ser a língua da localidade de origem de linhagem, a da escola ou a do culto ou a que a família usa em casa, ou ainda por ser aquela que se sente ser a base da comunhão num longo percurso histórico com Portugal (…)»[88]

Esta realidade geocultural lusófona espalha-se pelo mundo, abrange muitas terras que estiveram sob o controlo político português, outras em que o cristianismo ou o conhecimento da Europa e da sua civilização chegaram por intermédio dos portugueses, outras ainda em que o português entrou como língua de imigrantes.

A Declaração Constitutiva da CPLP, assinada em Lisboa, a 17 de Julho de 1996, reconhece explicitamente a importância matricial da língua portuguesa, referindo o "relacionamento especial" e a experiência acumulada em anos de "profícua" concertação e cooperação, com realidades legitimadoras da vontade política comum. Os Estados signatários propõem-se conjugar iniciativas para a «(…) promoção do desenvolvimento económico e social dos seus Povos e para a afirmação e divulgação cada vez maior da língua portuguesa (…)»[89]

Na Declaração de 1996, aponta-se para a necessidade de defender a língua portuguesa, considerada como "vínculo histórico" e "património comum", como "instrumento de comunicação e de trabalho", como "meio privilegiado" de difusão e criação cultural entre os povos que falam português e de projeção internacional dos seus valores culturais, bem como fundamento de uma atuação conjunta. Os Estados-membros admitem como objetivos:

> «(…) incentivar a difusão e o enriquecimento da Língua Portuguesa potenciando as instituições já criadas ou a criar com esse propósito, nomeadamente o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP)", para além de "envidar esforços no sentido do estabelecimento (…) de formas de cooperação entre a Língua Portuguesa e outras línguas nacionais nos domínios da investigação e da sua valorização.»[90]

Na mesma Declaração, inserindo-se num movimento de formação tendencial de grandes espaços, a CPLP "institucionaliza e alarga" o conteúdo operacional do conceito de lusofonia. Por um lado, a organização baseia-se nos fatores linguístico e histórico-culturais comuns, enquanto elementos fundamentais potenciadores da coesão da matriz

[88] Barata (2005) *apud Id. Ibid*., p. 74.

[89] DOS SANTOS, V. M. (2005), *op. cit*., p.75.

[90] *Id. Ibid*, p.75.

aglutinadora, dos princípios da coerência da ação e das dinâmicas internas da organização (Dos Santos, 2005).

Mas, ao mesmo tempo, a CPLP institui-se como fórum de defesa da lusofonia, não só pelo reconhecimento dos argumentos referidos, mas porque se verifica um processo de consciencialização entre os vários sectores da sociedade civil, designadamente, dos representantes do tecido económico-empresarial, dos responsáveis da educação, da formação universitária e politécnica especializada e das ONG, sobre o argumento de que a lusofonia constitui um instrumento de projeção estratégica, de afirmação e defesa de interesses incomparavelmente mais vastos e diversificados, do que aqueles que adquirem conteúdo nos conceitos operatórios estritos de política cultural externa ou de defesa nacional. A lusofonia constitui-se ainda como:

> «(…) parte integrante da defesa nacional de todos os Estados signatários da CPLP, porque faz parte do seu património cultural e linguístico, definindo-se como fator identitário e de coesão interna e, ao mesmo tempo, como vector de projecção estratégica, no plano das respectivas políticas externas, facto este, que é reconhecido no próprio acto fundador da organização dos Estados lusófonos.»[91]

Note-se, entretanto, que a Lusofonia é também um projeto, um meio para a produção de desígnios comuns, numa plataforma de estruturação de programas de cooperação e de modernização de projeção de Poder.

No entanto, conforme salienta Dos Santos (2005):

> «Compete aos cidadãos dos países de língua portuguesa estabelecer o conteúdo e adquirir consciência da Lusofonia e também conferir-lhe densidade político-ideológica nas diferentes sociedades nacionais. Essa dupla tarefa assegura a vertente multidimensional do conteúdo conceptual da Lusofonia e da expressão política da CPLP. O processo deverá ser concebido e concretizado, prioritariamente com base na língua e na cultura, no comércio e no investimento, no Poder e na riqueza.»[92]

Neves (2010) salienta que a Lusofonia, para além de ser uma questão da língua portuguesa:

> «(…) É, também e sobretudo, um decisivo projeto ou uma decisiva "questão de estratégia comum de Desenvolvimento Humano Sustentável e de Espaço Geopolítico Próprio no globalizado mundo contemporâneo". O que também é válido para a CPLP, que deveria adotar o nome mais restritivo de Comunidade Lusófona.»[93]

---

[91] DOS SANTOS, V. M. (2005), *op. cit*., p.78

[92] *Id. Ibid.*

[93] NEVES, F. S. (2010). Teses sobre a Lusofonia. *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*, p. 2. URL: www.ciberdúvidas.com/lusofonias [acedido em 08 de Abril de 2012]

A Língua Portuguesa poderá e deverá tornar-se uma das grandes (se não a maior das) riquezas de todos os Países e Povos da CPLP e todo o investimento na sua cultura e difusão aparece como um investimento inteligente e rentável. Neves (2003) afirma que:

> «(…) sem prejuízo do insubstituível lugar e papel dos outros `Países e Povos Lusófonos, Portugal, Brasil e os Países Africanos têm de ser (…) os primeiros grandes motores da Lusofonia e serão os grandes responsáveis históricos do seu possível êxito ou do seu não impossível fracasso.»[94]

Neves (2003) sublinha que em relação a Portugal é a lusofonia que lhe confere «(…) grande e especifico peso na balança da Europa e do Mundo (…)»[95]. Relativamente ao Brasil, afirma que a Lusofonia constitui a oportunidade deste país poder vir a ser alguém no concerto das grandes potências do século XXI «(…) sem o Brasil não haverá Lusofonia, mas também sem Lusofonia não haverá Brasil, que valha a pena. A Lusofonia ou será brasileira ou nunca será.»[96]

O Brasil tem, entretanto, a dupla missão de ser o indispensável motor da Lusofonia pela sua dimensão, pujança económica e posicionamento geoestratégico e de, simultaneamente, ser reequilibrador, a nível universal, juntamente com outras grandes potências como a Europa, a Rússia, a China e a Índia.

Quanto aos países africanos lusófonos, Neves (2003) faz uma abordagem genérica, salientando que a Lusofonia pretende ser uma nova via democrática dos Direitos Humanos e desenvolvimento de todos eles. O autor sublinha que só uma Lusofonia linguística, e assim geoestratégica e geopolítica, poderá tornar-se a via real, senão única, de desenvolvimento humano sustentável e de legítima afirmação internacional de todos os Países e Povos de Língua Portuguesa.

Perante a crise estrutural portuguesa, a expansão do Brasil e de Angola, a afirmação de Cabo Verde, de S. Tomé e Príncipe e de Moçambique, a consolidação de Timor e a perturbação na Guiné-Bissau, a

> «Lusofonia pode e deve estruturar-se institucionalmente como uma plataforma superior que expresse a síntese das diferenças, de modo a formular uma posição estratégica conjunta, independente das alterações conjunturais de cada Estado, aproveitando e concretizando o potencial da CPLP para ser um actor económico global. Acresce que a Lusofonia, institucionalizada na CPLP, possui três activos fundamentais (…): a língua, as pessoas e o

[94] IDEM (2003). "Uma Questão de Estratégia Geopolítica". *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*, p. 5. URL: www.ciberdúvidas.com/lusofonias [acedido em 08 de Abril de 2012]

[95] NEVES, F. S. (2003), op. cit., p. 5

[96] *Id. Ibid.*

mar.»[97]

De acordo com Fernando Cristóvão (2008), as oito nações lusófonas só têm a ganhar em pertencerem a esta *República* ou *Império*, quer pelos diversos tipos de diálogos e iniciativas que estabelecem entre elas, quer por melhor puderem resistir às invasões de outros grupos linguísticos de ambições hegemónicas, que agora são, sobretudo, de carácter comercial e cultural, mas poderão voltar a transformar-se em projetos de dominância territorial. Tal não significa, entretanto, que a Lusofonia ou a CPLP deve isolar-se.

Como refere Ida Rebelo (2005), a lusofonia deve ser vista como «(…) um contributo para que possa haver mais diálogo, mais colaboração e, de maneira nenhuma mais isolacionismo ou mais provincianismo.»[98]. Acresce que as integrações regionais dos países lusófonos (em África, Ásia, América e Europa), além de inevitáveis, devem ser favorecidas e em nada se opõem à Lusofonia, dando como exemplo a integração de Portugal na União Europeia, na medida em que é enquanto lusófono que Portugal interessa a Europa, e é enquanto Europeu que Portugal interessa a Lusofonia.

[97] SOCIEDADE DE AVALIAÇÃO DE EMPRESA E RISCO (2011). "A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental para Portugal". *In* Espaços Económicos e Geopolítica *SAER*, Vol.11, N.º1, p.31.

[98] REBELO, I. (2005). "Sobre a lusofonia, a CPLP e a Língua Portuguesa". Excerto da Entrevista prestada pelo Reitor da Universidade Lusófona Fernando Santos Neves, em Lisboa, a 23 de Março de 2005, para tese de doutoramento em Sociologia do Dr. José Pinto. In www.ciberdúvidas.com/lusofonias. [Acedido em 08 de Abril de 2012].

5 DIPLOMACIA PÚBLICA DA CPLP

5.1 Atividades e o seu Impacto

A necessidade de a CPLP desenvolver ações de DP como uma das vias para atingir os desígnios institucionais – nomeadamente o reforço da sua presença nos *fora* internacionais, o estreitamento da cooperação intracomunitária nos vários domínios e a promoção, difusão e internacionalização da língua portuguesa – foi percebida a montante pelas sucessivas direções, as quais esteve entregue a condução executiva dos destinos da Comunidade.

Compete à CPLP incentivar à participação dos cidadãos nas suas atividades e que estes se sintam beneficiários dos resultados alcançados. Se for estimulada a participação da sociedade no robustecimento das bases comunitárias, será possível convertê-la num espaço de cidadania, de partilha e reconhecimento identitário.

Esta consciencialização da necessidade de desenvolver ações de DP com vista a cumprir objetivos institucionais, e a aproximar a organização da opinião pública internacional e dos Estados-membros, tem-se traduzido, ao longo dos anos e de modo progressivo, nalgumas ações concretas no desenho de projetos com este fim. Apesar da CPLP não desenvolver uma estratégia bem definida no que concerne a DP, esta apresenta uma intervenção diplomática e de *Soft Power* em três eixos de atuação a mencionar: concertação político-diplomática, cooperação e promoção e difusão da língua portuguesa.

No domínio da concertação político-diplomática destaca-se a criação da Assembleia Parlamentar, órgão que acrescenta uma dimensão importante a CPLP. Esta poderá envolver mais a organização dos cidadãos dos Estados-membros, bem como permitir que os seus integrantes possam, no âmbito da sua ação parlamentar nacional, intervir a favor das medidas e ações que promovam a consolidação da Comunidade. Outra iniciativa importante neste domínio foi a institucionalização dos grupos da CPLP nas capitais de outros Estados não-membros e sedes de OI, decisão saída da X reunião do Conselho de Ministros da Organização, realizada em Luanda, em Junho de 2005.

De acordo com a referida deliberação, os Grupos da CPLP[99] são constituídos por

[99] Decorridos 7 anos deste a sua criação, os grupos estão presente em várias capitais mundiais: (Adis Abeba, Argel, Berlim, Bruxelas, Buenos Aires, Budapeste, Cairo, Dacar, Dili, Roma, Genebra, Haia,

um mínimo de três representantes dos países da Comunidade junto a Governos ou OI. Estes grupos visam garantir a coordenação de posições relativamente aos interesses comuns, assegurar a representação da CPLP em conferências, seminários e reuniões internacionais (mediante solicitação do Secretariado Executivo), efetuar diligências conjuntas, quando aplicável, intercambiar informações sobre a realidade política e governamental do país onde se encontra, apoiar a realização de eventos organizados no âmbito da CPLP e divulgar as atividades e realizações da Comunidade[100].

Os Grupos da CPLP promovem também eventos de cariz cultural, como apresentações culturais, desportivas e literárias, mostras de cinema e de fotografia, feiras de livros e conferências sobre aspetos da realidade dos países lusófonos, com alguma repercussão positiva junto às sociedades locais[101].

Neste contexto, importa assinalar que a CPLP, apesar de ter o estatuto de Observador junto a ONU desde 1999 (Resolução 54/10 de 26 de Outubro de 1999) (CPLP, 2011c, p.31), interveio pela primeira vez diretamente no âmbito de uma reunião magna do Conselho de Segurança no dia 20 de Fevereiro de 2004, no caso sobre o Relatório Especial do Secretário-Geral sobre a Missão das Nações Unidas de Apoio a Timor-Leste. Este acontecimento não só representou um marco para a CPLP, como

---

Harare, Havana, Jacarta, Londres, Luanda, Madrid, Maputo, Moscovo, Nairobi, Otava, Praia, Rabat, República Democrática do Congo, São Tomé, Telavive, Tóquio, Varsóvia, Viena, dentre outras), totalizando mais de 40. Desenvolvem, embora ainda timidamente, actividades de carácter multiforme, algumas das quais com impacto assinável e dignas de registo (www.cplp.org, consultado dia 16.11.12).

[100] No âmbito das ações específicas, destacam-se as angariação de apoios na ONU a favor dos países-membros, acompanhamento de programas da UNESCO para proteção do património cultural dos países lusófonos, sensibilização das agências da FAO com relação a programas alimentares nos PALOP, solicitação de apoios junto à União Europeia para a implementação de projetos de ajuda ao desenvolvimento nos países-membros africanos e em Timor-Leste, bem como a promoção da utilização do português no mundo e como língua de trabalho nas organizações internacionais.

[101] Exemplo de um esforço bem conseguido nesta matéria foi a comemoração do Dia da Língua Portuguesa na UNESCO, em Paris, no dia 23 de Junho de 2008. O Grupo CPLP junto àquela organização realizou, à data, pelo terceiro ano consecutivo, a comemoração do Dia da Língua Portuguesa, desta feita em cerimónia aberta ao público, que contou com a presença de vários responsáveis da época, nomeadamente o Director Geral da UNESCO, Embaixador Koichiro Matsuura, o Presidente da Conferencia Geral, Embaixador George Anastassopoulos, o Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Luís Fonseca, e ainda o Presidente do Conselho Executivo da UNESCO, Embaixador Yai, tendo o evento sido animado com manifestações culturais dos Estados-membros, com realce para a presença do músico angolano Bonga.

impulsionou as suas relações com a ONU.

Esta constitui uma referência obrigatória para a ação dos grupos, de modo que hoje a CPLP participa como convidado noutros organismos da ONU, desenvolve ações concertadas e projetos com organizações congéneres, como o caso da criação do Grupo de Contacto para a Guiné-Bissau, com vista a mobilizar apoios internacionais para ajudar a estabilização desse país, numa iniciativa conjunta com a CEDEAO.

Realça-se ainda a assinatura do memorando de entendimento entre a CPLP e a Comissão Europeia que estabelece as bases de uma cooperação política e de apoio ao desenvolvimento entre as duas organizações.

Outra ação da DP a referenciar, no domínio da concertação político-diplomática, é a criação da figura de *Observador Consultivo* (a par dos Observadores Associados que são os Estados) para organizações da sociedade civil dos Estados-membros que partilham os ideais da CPLP. Esta questão tem servido para aproximar os cidadãos pertencentes a determinadas corporações, através da criação e promoção de espaços de diálogo e interação entre estas organizações, patrocinados pela CPLP por via deste estatuto que a Organização lhes confere.

Para facilitar a atuação conjugada dos observadores e a sua participação ativa nas iniciativas da CPLP, foi instituída uma reunião anual com o Secretariado Executivo a preceder os Conselhos de Ministros, a fim de que as suas opiniões possam ser canalizadas a este órgão. Entretanto, é cada vez maior o número de organizações da sociedade civil dos Estados-membros, interessadas em obter o estatuto de Observador Consultivo da CPLP, facto que ficou bem evidenciado na reunião do Conselho de Ministros em 2012. De acordo com o Regulamento dos Observadores Consultivos da CPLP, apenas podem ser admitidas cinco candidaturas a Observador Consultivo por ano, no entanto, em 2012, registaram-se sete candidaturas tendo a organização sido forçada a abdicar de duas.

Conforme salienta a Chefe de Divisão da CPLP do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Fátima Gonzalez (2012):

> «(…) a constituição de observadores consultivos aproximou efetivamente a CPLP da sociedade civil de todos os sectores e de todos os países da CPLP, que manifestam interesse em trabalhar com a CPLP. O que a CPLP tem solicitado quando se tratam de pedidos para observadores consultivos de organizações que existem em vários países, como por exemplo Associação de Contabilistas Portugueses, é: Se existir também associação de contabilistas brasileiros, angolanos, etc., que eles se juntem primeiro e só depois apresentarem um pedido único de observador consultivo, é uma riqueza maior. Isto é uma vitória da CPLP que não é

visível.»[102]

O grande testemunho deste amplo movimento foi a realização do I Fórum da Sociedade Civil da CPLP[103] em 2011, no Brasil, com representantes das mulheres, dos sindicatos, de sectores como a infância, juventude, agricultura, entre outros. Os resultados deste evento deveriam ser apresentados na Cimeira de Maputo de 2012 mas não se concretizou, porém, está já agendado a realização do II Fórum, o que no mínimo revela que a iniciativa valeu a pena.

A CPLP criou depois o estatuto de Embaixador de Boa Vontade em 2006. Segundo o regulamento aprovado, devem ser personalidades de mérito reconhecido que se distinguiram na promoção dos valores defendidos pela CPLP, designados para um mandato de dois anos renováveis por iguais períodos sucessivos, sendo esta outra ação relevante da Organização no capítulo em abordagem[104].

No geral, não é notória a ação dos Embaixadores de Boa Vontade. Mas é de destacar a iniciativa do Embaixador Jorge Sampaio que em 2008 promoveu o Fórum da Sociedade Civil da CPLP sobre Saúde Pública a margem da VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo em Lisboa, com o intuído de reafirmar o interesse em aprofundar a concertação político-diplomática, com vista a conferir maior expressão aos interesses e necessidades comuns dos Estados-membros no seio da Comunidade e destacar a importância da promoção da cooperação no domínio da Saúde.

Este Fórum reuniu um vasto leque de representantes da sociedade civil dos países de língua portuguesa, vocacionados para a área da saúde pública, pertencentes a organizações não-governamentais (ONG), grupos de ativistas, organizações de mulheres e de jovens, organizações religiosas, associações profissionais, sindicatos, movimentos sociais, associações empresariais e empresas, bem como fundações, universidades, institutos académicos e de investigação que integram a rede de observadores consultivos da CPLP. Foram de igual modo convidados a participar representantes oficiais e membros dos Governos dos países da CPLP, do Secretariado Executivo da CPLP, assim

[102] Cf. Anexo II, p. XXII.

[103] geral, visto que antes foram realizados fóruns sectoriais como o da saúde

[104] Na lista dos Embaixadores de Boa Vontade da CPLP figuram três antigos Chefes de Estado, nomeadamente Jorge Sampaio (Portugal), José Sarney (Brasil); um ex-primeiro-ministro e um ex-ministro, França van-dúnem (Angola) e Albertina Bragança (S. Tomé e Príncipe) respetivamente; ainda o Músico Martinho da Vila (Brasil) e Gustavo Vaz da Conceição, ex-Presidente da Federação Angolana de Basquetebol e do Comité Olímpico de Angola.

como da União Africana, da OMS, do Fundo Global para o HIV, TB e Malária, da UNTAID, da ONUSIDA e da STOP TB *Partnership*.

No entanto, a CPLP não se pode queixar da pouca ação dos Embaixadores de Boa Vontade porque a própria organização não capitaliza as suas influências. Não coloca à disposição destes ferramentas para que possam desenvolver convenientemente o seu trabalho, depende (CPLP) um pouco das iniciativas dos próprios.

Outras ações relevantes da CPLP no domínio da concertação político-diplomática, capaz de transmitir uma imagem positiva com impacto junto da opinião pública, são as iniciativas institucionais no campo da prevenção e resolução de conflitos e reforço da democracia em alguns dos países que fazem parte da Comunidade.

O marco inicial destas ações da CPLP foi a *Declaração da Praia*, primeiro documento oficialmente emitido pela CPLP, para além da Declaração Constitutiva, saída da reunião magna de Chefes de Estado e de Governo, que congregou as decisões tomadas ao nível do Conselho de Concertação Permanente, aprovada na Reunião do Conselho de Ministros da CPLP da Cidade da Praia (Cabo Verde) e firmada na 2ª Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em 17 de Julho de 1998. Nesta reunião e face às convulsões internas na Guiné-Bissau, Os Chefes de Estado resolveram oficializar o apoio da Comunidade a este Estado-membro, bem como realizar algumas iniciativas diplomáticas, tendentes a contribuir para a resolução do conflito por meios pacíficos e negociais.

Nesse sentido, criou-se, para o efeito, um *Grupo de Contato*, a nível dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, com a finalidade de explorar as adequadas vias diplomáticas para pôr termo ao conflito interno que assolava o país (Bernardino, 2008b), e apesar dos esforços da Organização não terem produzido resultados significativos, ou atingido plena satisfação dos objetivos traçados, o certo é que a partir desta altura a prevenção e resolução de conflitos passou a ser uma das principais bandeiras da política externa e da diplomacia da CPLP, fundamentalmente no interior do espaço comunitário.

Seguiram-se outras ações neste domínio, algumas das quais bem conseguidas. No campo das ações que visam o reforço da democracia, salientam-se as múltiplas missões de observação eleitoral em África, e não só, em que a CPLP assumiu particular protagonismo, tornando-se já uma referência nesta esfera[105]. (CPLP, 2012d)

[105] São disto exemplo as missões de observação ao referendo para a autodeterminação, as eleições para a

A observação eleitoral da CPLP é feita com base em boas práticas internacionais. O Observador é entendido como testemunha do processo eleitoral, tendo por função presenciar, anotar e sugerir. Não pode interferir diretamente, nem mesmo como mediador. Os agentes assistem ao processo eleitoral, ao escrutínio e ao apuramento dos resultados, competindo à missão emitir parecer sobre a credibilidade do processo eleitoral, em função de critérios relativos à transparência, ao carácter democrático da eleição, à aplicação da lei eleitoral e aos procedimentos exigíveis. Durante este processo, estabelecem-se contatos junto das instituições encarregues da realização das eleições, de organizações da sociedade civil, com pessoas e organismos das diversas esferas do país, e com representantes de outros Estados e OI.

As Missões de Observação da CPLP integram um representante do Secretariado Executivo e representantes dos Estados-membros, à exceção do país onde se realizam as eleições, procurando-se fazer com que a sua composição seja heterogénea, incluindo parlamentares, diplomatas, peritos em eleições, juristas e outros profissionais, de modo a permitir um conhecimento alargado sobre os diferentes tipos de escrutínio e sobre mecanismos eleitorais. (CPLP, 2008, p.52)

Estas missões contribuem para uma maior internacionalização da CPLP e para o reforço das relações com a ONU (mormente com as suas agências especializadas) e com outras organizações regionais em que os seus Estados-membros estejam inseridos (nomeadamente em África, tais como, a UA, CEDEAO e SADC), abrindo caminho a criação de parcerias de geometria variável com estes atores africanos em vários domínios, de acordo com os objetivos do milénio definidos pela ONU.

A visibilidade internacional derivada desta dinâmica da CPLP originou o surgimento, pela primeira vez, de um convite oriundo de um país extracomunitário, o Zimbabué, que convidou a organização a enviar uma Missão de Observação Eleitoral às

Assembleia Constituinte e as presidenciais em Timor-Leste (Agosto de 1999, Agosto de 2001, Abril de 2002), eleições autárquicas, legislativas e presidenciais em Moçambique (Novembro 2003 e Dezembro 2004), eleições legislativas e presidenciais na Guiné Bissau (Março de 2004 e Julho de 2005), eleições legislativas e presidenciais em São Tomé e Príncipe (Março-Abril e Junho de 2006), eleições presidenciais em Timor-Leste (Abril e Maio de 2007), 1ª e 2ª volta das eleições legislativas em Timor Leste (Junho 2007), as eleições presidências na Guiné-Bissau (1ª e 2ª volta, em Julho de 2010), às presidenciais, legislativas e para as Assembleias Provinciais de Moçambique (2009), as eleições legislativas (Agosto 2010) e presidenciais (Julho de 2011) em S. Tomé e Príncipe, as eleições presidenciais de Timor-Leste (primeira volta, em Março, e segunda volta em Abril de 2012), e as eleições gerais em Angola (Agosto 2012).

eleições gerais de 29 de Março de 2008 naquele país. Entretanto, não foi atendido porque o Secretariado Executivo não reunia condições para preparar atempadamente a Missão, questão que foi minimizada com a presença de Angola e Moçambique no âmbito da SADC.

Outra ação meritória de destaque, prende-se com o impulsionamento e as ações de influência desenvolvidas pela CPLP, para a constituição do *Grupo Internacional de Contacto sobre a Guiné-Bissau*[106]; cuja sessão inaugural se realizou em Nova Iorque, a 21 de Setembro de 2006, à margem da 61ª Sessão da Assembleia-Geral da ONU. O surgimento do Grupo justificava-se pela urgência de criação de um quadro internacional de acompanhamento as ações e iniciativas ativadas pelas autoridades da Guiné-Bissau, com vista a promover, encorajar e apoiar as melhores práticas de boa governação e o financiamento de programas de desenvolvimento, tendo servido para a projeção internacional da CPLP.

Entre Setembro de 2006 e Junho de 2008 verificou-se que a ajuda ao Estado guineense intensificou-se. O objetivo era a consolidação das instituições, a intensificação do grau de cumprimento do estabelecido no plano traçado e no domínio diplomático conseguir a inclusão da Guiné-Bissau no grupo de países a apoiar pela Comissão da ONU para a Consolidação da Paz, tendo-se atingido as metas estabelecidas.

Outra ação realizada recentemente foi a institucionalização, em 2011, do cargo de Diretor para Ação Cultural da CPLP. Este cargo foi ocupado pelo angolano Luís Kandjimbo, que já exerceu as funções de Vice-ministro da Cultura no seu país. Nele foi depositada a responsabilidade de coordenar a ação cultural e a comunicação da Organização, um sinal de que se pretende dar outra dinâmica a estes sectores, produzindo ações mais integradas, permanentes e consequentes nestes domínios.

O impacto visível destas ações da CPLP nas direções políticas dos Estados-membros é a indicação pela maioria dos países de Representantes Permanentes junto a Organização. Uma medida iniciada pelo Brasil e que se estendeu por outros Estados-

[106] Participaram na reunião do Grupo representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Espanha, Gambia, Gana, Guiné, Níger, Nigéria, Portugal, Nações Unidas, União Europeia, Banco Mundial e os Secretários Executivos da CPLP e da CEDEAO. A sessão foi co-presidida pela Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e da Integração Africana do Níger e pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, sendo que todos os Estados da CPLP participam nos trabalhos da CCP para a Guiné-Bissau.

membros. Atualmente apenas Cabo Verde e S. Tomé não nomearam os seus representantes. No caso da Guiné Bissau, após indicação do seu representante permanente, por razões de ordem política e económica, o Estado voltou a ser representado pelo Embaixador da Missão Bilateral em Portugal.

Estes gestos dos Estados-membros são um sinal de que o prestígio da organização, embora de forma ainda tímida, tem crescido no espaço intracomunitário, pelo menos junto das elites políticas e dos governos.
Outro impacto notório dessas ações da CPLP é o número cada vez maior de organizações da sociedade civil, muitas delas surgidas quase que espontaneamente, que se acoplam à Organização ou que assumem mesmo a identidade ou a marca CPLP. É o caso, por exemplo, da Comunidade Sindical da CPLP, ou do VI Encontro de Museus de Países de Língua Portuguesa (Museu do Oriente, 26-27 de setembro 2011). O mesmo acontece com as reuniões de diversas categorias de profissionais dos oito países, como juízes, procuradores, bancários, e outros, que assumem a "identidade" CPLP.

De assinalar que muitas destas iniciativas são promovidas independentemente da CPLP, algumas ocorrem fora do calendário anual das reuniões da Organização. Não menos importante é o reforço do prestígio internacional da Organização, junto de algumas OI, tais como a ONU e algumas das suas agências, como a FAO, FIDA, OIT, etc., mas também junto da UE, UA, que permitiu a negociação e conclusão de alguns acordos.

Aqui é mister referir também, o papel importante que a concertação entre os Estados-membros da CPLP desempenhou para a eleição de Portugal a membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU em 2010.

No entanto, conforme sublinha Steve Bloomfield (2012), editor da revista britânica Monocle, a ideia fundamental é que se criem laços mais profundos e uma maior proximidade entre os países falantes da língua portuguesa, e que daí surjam oportunidades de crescimento mútuo. Acresce que é necessário crescer e tomar decisões em conjunto. Maior proximidade e posições concertadas na altura de tomar a palavra junto de organismos internacionais como as Nações Unidas (Bloomfield, 2012).

Ainda em relação a concertação política e diplomática, importa fazer menção a iniciativa de se criar o estatuto de cidadão da CPLP. Para o efeito, foi constituído um Grupo de Trabalho que tem desenvolvido ações neste sentido, mas que tem encontrado obstáculos de vária ordem para cumprir as suas tarefas, que passam pelo posicionamento dos Estados-membros nesta matéria, no que concerne a concessão de

direitos políticos, económicos e sociais que estejam em consonância com os respetivos ordenamentos jurídicos, a posição política e económica de cada um no plano regional e mundial, e os respetivos interesses.

Assim, face a esta conjuntura a Organização limita-se a apresentar os seus argumentos aos Estados-membros no sentido de convencer as instâncias decisoras respetivas sobre a necessidade de implementação da cidadania comunitária, vendendo a ideia de que um estatuto de cidadão da CPLP será um elemento facilitador da integração das comunidades migrantes e da circulação entre os Estados-membros, contribuindo para o sentimento de pertença à Comunidade e para a concretização dos objetivos que estão na origem da sua fundação. Neste sentido, a CPLP reiterou o apoio ao Projeto de Convenção Quadro relativo ao Estatuto de Cidadão da CPLP, na esperança poder vir a ser adotado, assim que sejam cumpridas as reformas e formalidades legais em cada Estado-membro, o que não se vislumbra a curto-medio prazo pelas razões anteriormente enunciadas.

Consta ainda no plano político, algumas desconfianças entre os Estados relativamente a eventuais interesses inconfessos de outros membros na criação do estatuto de Cidadão da CPLP. O simples facto do Projeto de Estatuto do Cidadão da CPLP (Art. 3º) admitir a possibilidade dos cidadãos de outros Estados-membros terem os mesmos direitos políticos que os nacionais no espaço comunitário, particularmente a capacidade eleitoral passiva e ativa a nível local (Leitão, s/d, p.9), foi motivo bastante para o surgimento de reticências nesta matéria.

Nesta perspetiva, algumas das questões levantadas procuram perceber se todos os cidadãos dos Estados-membros reúnem condições objetivas para concorrer em igualdade de circunstâncias nas eleições autárquicas em qualquer um dos países. E neste sentido, a nível da classe política dos PALOP existem reservas - pensa-se, por exemplo, que mais facilmente um empresário português conquista uma comunidade em África e garante votos para si ou para um candidato que apoie do que o contrário -, justificando-se os receios com aspetos inerentes a defesa da soberania nacional.

No capítulo da Cooperação entre os Estados-membros é de assinalar que no espaço da CPLP, cresceram de modo exponencial as ações que visam aproximar as instituições e os povos dos Estados-membros da organização, seja no plano multilateral, como bilateral, quer a nível estatal como privado.

A contratação por concurso público de um Diretor de Cooperação a nível do Secretariado Executivo, com base na reforma aprovada pela VI Cimeira de Chefes de

Estado e de Governo realizada em Bissau, nos dias 16 e 17 de Julho de 2006, veio dar um novo impulso a Organização neste sector.

De igual modo, a crescente solicitação de pedidos de atribuição do Estatuto de Observador Consultivo, tem contribuído para o surgimento de novos espaços de cooperação e caminhos para uma ação concertada coletiva multilateral nos mais variados sectores de atividade, onde a sociedade civil surge como um agente ativo deste processo.

Não obstante o aumento significativo das áreas de cooperação a nível da CPLP, abrangendo praticamente todos os sectores, o certo é que as múltiplas reuniões sectoriais e as consequentes medidas e recomendações adotadas não encontram suporte a nível das direções políticas dos Estados-membros, que permita efetivamente implementá-las e fazer com que as comunidades respetivas sintam o seu efeito. No dizer da Ministra-conselheira da Embaixada de Angola em Portugal e antiga Diretora do Gabinete de Apoio à CPLP do Ministério das Relações Exteriores de Angola (MIREX), Isabel Godinho, falta consistência política nas decisões.

Por sua vez, Fátima Gonzalez (2012), Chefe de Divisão da CPLP do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal (MNE) salienta que há coisas a serem feitas em alguns sectores, mas não há realizações "espetaculares". Há muitas reuniões, muitas discussões, mas esbarra-se sempre na implementação, porque nesta fase é preciso desembolsar dinheiro.

Todavia, vão sendo registados, muito timidamente, algumas ações que resultam da cooperação intracomunitária, sobretudo a nível da celebração de acordos, como sãos os casos do Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior de Estados-membros, Acordo de Cooperação entre os Estados-membros sobre o Combate a Malaria/Paludismo, sobre o Combate o HIV/SIDA, Convenção sobre Extradição entre os Estados-membros da CPLP, Acordo de Cooperação entre Estados-membros da CPLP no domínio Audiovisual, entre muitos outros, mas que como já foi referenciado carecem de implementação prática, por conseguinte, não produzem impacto junto da opinião pública dos Estados.

Merece particular destaque para o campo da DP as iniciativas da CPLP que visam promover a livre circulação no espaço comunitário. Neste domínio, na livre circulação, têm sido desenvolvidas ações concretas, mas que ainda, a semelhança de muitas outras iniciativas, aguardam pela sua efetiva implementação prática em todo espaço comunitário, a mencionar:

- O Acordo de Concessão de Visto para Estudantes Nacionais, assinado pelo Conselho de Ministros de Novembro de 2007, o qual após ratificação poderá flexibilizar a circulação de cidadãos no espaço da CPLP que tenham como objetivo estudar. A este juntam-se mais cinco instrumentos, o Acordo de Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas (homens e mulheres de negócios, profissionais liberais, cientistas, investigadores/pesquisadores, desportistas, jornalistas e agentes de cultura/artistas); Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para a Instrução de Processos de Vistos de Curta Duração; Estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e Saída para o atendimento dos Cidadãos da CPLP, Concessão de Visto temporário para Tratamento Médico dos Cidadãos da CPLP, Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação das Autorizações de Residência para Cidadãos da CPLP.

No entanto, também a maioria destes acordos não tem passado, até agora, de boas intenções[107]. Jacob Jeremias Nyambir (Embaixador Plenipotenciário de Moçambique em Portugal) (2012) salienta que:

> «(…) devemos fazer ainda mais para corresponder com as expectativas dos nossos povos. Precisamos, por exemplo, de imprimir mais dinâmica na cooperação intracomunitária através de acções que concorram para um maior impacto a nível social e económico no espaço comunitário.»[108]

Um pouco em contraciclo, o desporto tem sido a área de cooperação que obtém resultados positivos. Comparativamente às demais iniciativas, esta tem aproximado a CPLP dos povos e comunidades lusófonas, através da realização periódica e regular dos até aqui bem-sucedidos jogos desportivos da CPLP, um pouco também por força da tradição que estes jogos têm no espaço comunitário. (CPLP, 2012b)

[107] "É lugar-comum dizer-se que a opinião pública dos países-membros da CPLP não se revê na CPLP enquanto comunidade devido essencialmente às barreiras à livre circulação das pessoas ainda existentes no interior da CPLP. Ora, a progressiva eliminação das barreiras à circulação de pessoas é um importante factor de integração dos nossos povos, reforço do sentimento de pertença e de concretização da Comunidade. De facto torna-se urgente que os Acordos de Brasília (Acordos sobre Circulação de Pessoas nos Países da CPLP) ganhem tradução efectiva na ordem interna dos Estados-membros e que sejam criados os mecanismos práticos que facilitem a sua aplicação. Cumprir-se-iam, assim, parte das expectativas criadas pelos cidadãos em relação à CPLP, tornando mais tangíveis os benefícios reais de pertença a comunidade de língua portuguesa." (Vaz, H. Revista Especial "Construindo a Comunidade", 2008, 143.).

[108] NYAMBIR, J. C. (2012). "A CPLP e os Desafios Contemporâneos". *CPLP Revista*, N.º 1, Julho/Setembro, p. 10.

Mesmo antes de a CPLP existir formalmente, já eram realizados os Jogos Desportivos. Este campeonato foi instituído em 1990, através do Acordo Multilateral de Cooperação assinado em Lisboa pelos Estados de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e S. Tomé e Príncipe, nessa ocasião o Brasil participou somente como observador.

A iniciativa tinha como meta garantir o convívio desportivo entre várias nacionalidades e fortalecer a comunidade de Língua Portuguesa. Hoje, as delegações dos Oito Estados-membros participam, de dois em dois anos, neste evento. Um dos países integrantes da Comunidade fica responsável por sediar os jogos. Portugal assumiu a primeira edição em 1992, seguiram-se a Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo-verde, Angola e Brasil, sendo que alguns países já realizaram este evento mais do que uma vez. A partir de 2008, os jogos começaram a ser realizados a oito, com a integração da delegação de Timor-Leste, nos jogos do Rio de Janeiro (Brasil), realizados neste ano.

A edição de 2012 decorreu em Portugal, mas concretamente em Mafra, de 07 a 15 Julho, com delegações de Sub-16 nas modalidades de Andebol, Atletismo, Basquetebol, Futebol e Ténis, e Sub-20 no Desporto Adaptado, um elemento que contribui de modo particular, para passar uma imagem positiva da CPLP, que visa vender a ideia de uma organização inclusiva, ainda que pouco divulgado. O Voleibol de Praia, a título experimental, realizou-se na categoria de Sub-17.

Estes jogos desportivos da CPLP têm crescido gradualmente, quer do ponto de vista de dimensão mediática, quer no número de participantes e modalidades. Tem contribuído para aproximar jovens do espaço comunitário, divulgar e passar uma imagem positiva da organização, visto que são acompanhados pelos órgãos de comunicação social nacionais, que passam todo o colorido do evento e a imagem de amizade e fraternidade entre povos do espaço comunitário.

Menos positivo é a ausência das chamadas “claques” das comunidades dos países-membros residentes. As quais, em Portugal, estão organizadas em associações, sendo bastante simples a mobilização das mesmas para envolvê-las naquelas atividades desportivas, fazendo com que estas começam a se rever e a sentirem-se paulatinamente comprometidas com a Organização.

Importa referir ainda, que na sequência dos jogos foram desenvolvidas outras iniciativas similares como a criação da Escola Internacional de Futebol dos Países de Língua Portuguesa, sedeada em Brasília, tendo o primeiro curso sido realizado em 2008

e contado com a participação de quarenta pessoas, entre professores e alunos, dos diversos países-membros da CPLP, distribuídos proporcionalmente, segundo a dimensão do Estados-membro e da sua população, de forma a favorecer a posterior disseminação dos conhecimentos adquiridos.

Outra iniciativa recente, capaz de dar frutos em matéria de DP, é o aperfeiçoamento ou aprimoramento, em 2012, do programa *CPLP nas Escolas*, saído da XXII Reunião dos Pontos Focais de Cooperação (RPFC), realizada em Fevereiro de 2012. Esta ideia havia sido discutida na reunião anterior deste órgão, inserida numa lógica de metodologias de *Educação para o Desenvolvimento* ou de *Educação para a Cidadania*. Esta questão apela à criação de mais interação e dinâmica, com o objetivo de dar formação integral às pessoas, consciencializando-as para uma melhor compreensão dos processos ligados à promoção do desenvolvimento local e global, integral e sustentável, numa lógica de interdependência e interculturalidade (CPLP, 2012c).

O projeto está subdividido em diferentes fases. A primeira das quais é de lançamento e experimentação. Tem duração de 14 meses e termina em 2014. Visa a coordenação, concertação com os Pontos Focais nomeados pelos Estados-membros, para identificação e reconhecimento de escolas-piloto em todos os países comunitários; a compilação, conceção e distribuição de conteúdos lúdicos e educacionais em domínios elegíveis e a construção da plataforma *on-line*, entre outras medidas.

A segunda fase foi projetada para um período de 12 meses (2014-2015), com a ambição de criar condições para garantir a sustentabilidade do projeto, em termos de acesso e de utilização da plataforma bem como, o alargamento do leque dos conteúdos aos professores, criando na plataforma uma base documental, para o ensino do Português em diversas áreas do saber e sua articulação com os programas letivos e os *curricula* dos Estados, entre outras iniciativas.

Dentre os objetivos perseguidos pelo programa destacam-se os seguintes: contribuir para sensibilização em torno da CPLP e dos seus objetivos; disseminar o espírito CPLP através da introdução do conceito *Educação para o Desenvolvimento*; criar grupos de interação e de troca de conteúdos em Língua Portuguesa em contexto escolar (Clubes CPLP) nos oito Estados-membros. O plano visa de igual modo, o reforço do ensino em português, bem como, da Língua Portuguesa e a promoção do uso de tecnologias de informação e comunicação.

No entanto, continua a ser necessária uma maior apropriação das iniciativas de

cooperação por parte dos países da Comunidade, cabe-lhes criar bases sólidas para desenvolver projetos no quadro comunitário, por forma a consumar-se o verdadeiro sentido cooperativo, constante dos textos fundadores da CPLP.

O Embaixador António Monteiro (2012) explica que não são os Estados, mas os Governos, sublinhando que estes nunca pensaram bem o que fazer na Organização, criaram o espaço e agora é passo a passo, um de cada vez. O Diplomata refere ainda que agora é preciso olhar os povos, as populações, os cidadãos que aí sim questiona-se «(…) isto tudo é muito bonito, mas o que se ganha com isto (…)»[109]. Neste sentido, António Monteiro considera que é preciso fazer com que as pessoas percebam a importância da CPLP, e que isto faz-se pela criação de projetos concretos que as pessoas compreendem.

As áreas de cooperação cresceram bastante nos últimos anos, porém, nem sempre alinhadas com o quadro dos objetivos de desenvolvimento de cada Estado-membro, o que cria dificuldade no mecanismo de funcionamento da cooperação multilateral intracomunitária, apelando a identificação de áreas concretas nas quais a ação conjunta dos membros poderá aportar mais-valias no apoio a implementação das estratégias nacionais nos respetivos Estados, como por exemplo no capítulo da redução da pobreza.

De acordo com Fátima Gonzalez (2012), falta estratégia a longo prazo na atuação da CPLP:

> «(…) a estratégia depende um bocadinho de quem está a frente dos destinos da CPLP, seja a nível dos Estados, seja a nível do Secretariado Executivo, isto é que acaba por tornar a acção da CPLP as vezes não tão linear como deveria ser, e andar um bocadinho em ziguezague e isto complica um bocadinho a linha de acção da CPLP, dando a ideia de que não se sabe muito bem qual a melhor maneira para se atingir determinados fins.»[110].

Fátima Gonzalez (2012) refere ainda que a CPLP deveria definir prioridades. Não se pode fazer tudo, deve-se ter noção que a área de ação é muito vasta e que os recursos são escassos, quer financeiros, quer humanos. A CPLP é uma organização constrita, com um secretariado muito pequeno. A CPLP tenta fazer um pouco de tudo e por isso se calhar não faz nada muito bem feito porque não se especializa, acabando por não haver tanto produto final. O Secretariado Executivo poderia perguntar aos Estados-membros, com este orçamento e com estes meios onde é que podemos atuar? A CPLP é um pouco arrastada para agir em todas os domínios, e esta tenta dar respostas a todas as

[109] Cf. Anexo V, p. XXXII

[110] Cf. Anexo II, p. XIX

iniciativas, em todas as áreas. Resultado, perde-se num esforço muito grande, inclusive em áreas onde poderia ter melhor prestação, tais como na promoção da língua, o que poderia fazer toda a diferença.

De acordo com Steve Bloomfield, as possibilidades para a CPLP, numa perspetiva global, passam pela troca de conhecimento e experiência, e questiona se Portugal não deveria olhar mais para o modelo económico do Brasil? Se Angola não deveria olhar para a democracia portuguesa? Se Timor-Leste não teria algo a aprender com Cabo-Verde, concluindo que todos têm muito a oferecer uns aos outros e ao resto do Mundo (Bloomfield, 2012).

Todavia, o alargamento do papel da CPLP nos processos de desenvolvimento dos seus Estados-membros requer o reconhecimento por estes da mais-valia da Organização, como agente de desenvolvimento e também o substancial reforço de recursos financeiros disponíveis para a cooperação intracomunitária.

Outrossim, apesar da CPLP carregar e como justiça, a chancela de uma organização em que há igualdade entre os Estados-membros, tem existido, entretanto, ações concertadas e isoladas de Portugal e do Brasil em situações concretas, que fragilizam a posição negocial de alguns países-membros, impondo, indiretamente, a adoção de algumas medidas, que depois encontram resistência no seu processo de ratificação e implementação nos restantes Estados-membros, pelo facto de muitas vezes não terem em conta a realidade concreta e a especificidade de alguns deles.

Armando Marques Guedes (2012), antigo Diretor do Instituto Diplomático de Portugal, afirma mesmo que a CPLP tem sido pouco mais do que um brinquedo de *wishful thinking* para o Brasil e Portugal, que oferece lugares interessantes a meia dúzia de diplomatas, e um instrumento mais útil para os PALOP e para Timor-Leste[111].

No domínio da promoção e divulgação da língua, é de salientar a decisão de se adotar como tema central da VII Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP (Lisboa, 25 de Julho de 2008) a promoção da Língua Portuguesa no Mundo. Tal trouxe novamente o assunto para o topo das prioridades da agenda institucional.

Os esforços desenvolvidos pelos Estados-membros à escala internacional, em resultado do incremento das relações económicas internacionais e da sua influência política nas regiões em que se inserem (protagonizadas pelo Brasil e por Angola na fase atual, mas também por Portugal e Moçambique, e que depois são capitalizados pela

[111] Cf. Anexo VI, pp. XXXIX

CPLP), têm produzido impacto positivo na promoção da Língua Portuguesa.

Presentemente, o Português figura como língua de trabalho na UNESCO, na OIT, UA e na SADC, mas a sua (português) presença nestas organizações ainda é tímida. (CPLP, 2012a) Nalgumas delas (na UA e na UNESCO, por exemplo), apesar de haver espaço reservado a Língua Portuguesa nos respetivos sites oficiais, o certo é que os conteúdos das respetivas páginas Web não estão disponíveis na língua de Camões, o que efetivamente limita o acesso de determinado público-alvo da CPLP, a informações que promovem a Organização e, fundamentalmente, não ajuda na promoção e difusão do português que se afigura como um dos objetivos estratégicos da Organização de Língua Portuguesa ao estabelecer a língua da Comunidade como língua de trabalho em OI. É, entretanto, importante sublinhar a este propósito a assinatura do Acordo de Cooperação entre a CPLP e a UA para a afirmação do português em África.

No quadro da admissão de Observadores Associados tem sido levado a cabo, paralelamente, ações de expansão da Língua Portuguesa, junto das populações destes Estados, sendo que há já o compromisso do Governo da República da Maurícia, um dos países que detém este estatuto, para a introdução no Instituto de Línguas local o ensino do português.

Outra iniciativa importante foi a aprovação do plano estratégico de apoio ao desenvolvimento de Timor-Leste que incorpora a componente da promoção, difusão e utilização da língua portuguesa enquanto veículo de comunicação quotidiana e enquanto língua de trabalho e de negócios, cujos pilares foram definidos no XII Conselho de Ministros da CPLP, realizado em Lisboa a 2 de Novembro de 2007, perspetivando-se uma maior difusão da Língua Portuguesa a curto-médio prazo.

A alteração dos Estatutos do ILLP e a sua integração como instituição da CPLP, bem como a revisão das quotas dos Estados-membros, a partir da reunião do Conselho de Ministros da CPLP de Luanda, em 2005, criou boas bases legais e regimentais para o arranque daquele Instituto, como verdadeiro vetor da Língua Portuguesa mas que não conheceu ainda tradução prática nas ações subsequentes dos Estados-membros.

Dentre as atribuições e objetivos do Instituto figuram a planificação e execução de programas para promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo da cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização nos *fora* internacionais. Porém, o ILLP está muito longe de atingir estes pressupostos, vivendo durante muito tempo numa situação de quase inoperância, fundamentalmente por razões de ordem financeira, mas também de falta de

enquadramento institucional estratégico como salienta Armando Marques Guedes (2012).

O IILP possui um orçamento irrisório (247.558, 73 Euros em 2012 e 247.558, 70 Euros para 2013). Para agravar a situação, os Estados-membros não pagam regularmente as respetivas quotas. No ano de 2011 apenas Portugal pagou. Os valores não satisfazem as necessidades mínimas do ILLP. Para 2013 prevê-se o pagamento por Angola de 37.133,80 € (15%), Brasil 74.267,60 € (30%), Cabo Verde 19.804,70 € (8%), Guiné-Bissau 7.426,76 € (3%), Moçambique 19.804,70 € (8%), Portugal 74.267,60 € (30%), S. Tomé e Príncipe 7.426,76 € (3%) e Timor-Leste 7.426,76 € (3%)[112].

Entre as poucas ações desenvolvidas pelo ILLP destaca-se o lançamento, em parceria com a União Latina, do concurso literário *Terminemos este Conto*[113], a 4 de Maio de 2007, em Cabo Verde, onde está sediado. O público-alvo do concurso é o universo de jovens residentes nos Estados-membros da CPLP, com idades compreendidas entre os 14 e 18 anos. Em cada um dos países é lançado um concurso nacional e constituído um Júri que seleciona um autor de renome para escrever o início de um conto que deverá ser concluído pelos concorrentes. Os vencedores dos trabalhos são premiados com viagens e integração em programas culturais onde podem partilhar experiências entre si e com outros cidadãos da Comunidade.

Outra ação assinalável no domínio da promoção e divulgação da língua é o programa *ePORTUGUÊSe* da OMS, criado em parceria com a CPLP. Trata-se de um importante meio de circulação de informação de saúde em Língua Portuguesa, a par dos idiomas oficiais desta Organização, que pelo interesse que suscitam atualmente as informações e os programas sobre saúde, surge também como elemento importante de promoção do português na arena internacional.

Ainda em relação a promoção da Língua Portuguesa, importa assinalar os passos que foram dados no sentido da implementação do acordo ortográfico. Neste momento o acordo ortográfico já foi ratificado por quase todos Estados, com exceção de Angola e Moçambique. Em Portugal assiste-se a um período de transição em que vigoram as duas grafias.

Entretanto, é pertinente conhecer os argumentos da CPLP para a necessidade de

[112] Proposta Aprovada do Orçamento do Instituto Internacional de Língua Portuguesa para o Exercício do Ano Económico e Fiscal de 2013, de 23 de Maio de 2012. (IILP, 2012)

[113] A iniciativa foi inspirada no concurso internacional *Terminemos el Cuento* criado em 1991 pela UL e destinado a estudantes da América Latina.

se fazer um acordo ortográfico. A Organização entende que o facto da Língua Portuguesa ser a língua oficial de oito Estados soberanos e ter duas ortografias, ambas corretas - a de Portugal e a do Brasil – acarreta desvantagens dentro e fora do espaço comunitário.

Entende-se também que a existência de dupla grafia limita a dinâmica do idioma e as diferenças criam obstáculos, maiores ou menores, em todos os planos em que a forma escrita é utilizada. Entre as quais, a difusão cultural (literatura, cinema, teatro); a divulgação da informação (jornais, revistas, mesmo a TV ou Internet) e as relações comerciais (propostas negociais, textos de contratos). Ou seja, dificulta a partilha de conteúdos no plano intracomunitário. (CPLP, 2008).

No plano internacional, o entendimento é o de que limita a capacidade de afirmação do idioma, provocando, por exemplo, traduções, quer literárias quer técnicas, diferentes para Portugal e Brasil.

Estes pressupostos são partilhados pelos Estados-membros, a dificuldade que leva a não ratificação do acordo por parte de alguns países da Comunidade reside em aspetos de ordem técnico-cultural, por um lado, - não atendimento no acordo de particularidades sociolinguísticas de Estados-membros, sobretudo dos PALOP -, e, por outro, em questões de natureza política que se prendem com algumas reservas relativas a uma suposta imposição do Brasil. Isto mesmo é reconhecido por representantes do Estado Brasileiro.

De acordo com o Embaixador Lauro Moreira (2010), Representante Permanente do Brasil Junto a CPLP de 2006 a 2010:

> «(…) há uma espécie, assim, de uma ferocidade, uma agressividade por parte de intelectuais portugueses – professores, universidades e tal contra o acordo. Mas de uma maneira assim quase pessoal,.. Como se dissessem, escuta lá, somos donos da língua e vocês estão querendo nos impingir uma coisa que não nos interessa.»[114]

Se for levado em conta a influência destes segmentos da sociedade (universidades, académicos, etc.), não particularizando já só o caso de Portugal, mas juntando também os casos de Moçambique e Angola, a que se acresce também os diferentes editores, sobre os decisores políticos, muitos deles também de certa forma associados a grupos de intelectuais e empresários do ramo da ciência e literatura, pode

[114] COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2010). "Lauro Moreira Entrevista", *CPLP Revista*, Transcrição (entrevista concedida a Baguett Júnior e difundida no Progrma Rostos da CPLP a 17 de Outubro 2009), p. 17

depreender-se a origem de parte das reservas de alguns Estados-membros em relação ao acordo ortográfico.

Quanto aos contra-argumentos existentes em relação a dupla grafia do português, que minimizam o problema dando como exemplo o caso do inglês, em que americanos e ingleses também escrevem de forma diferente e nem por isso esta situação cria grandes constrangimentos no espaço da *Commonwealth*[115], Lauro Moreira discorda, considerando que em relação ao português, a questão da ortografia se impõe cada vez mais[116]. Reitera a necessidade de se unificar a ortografia da Língua Portuguesa[117].

A maior parte dos Estados-membros da CPLP já ratificou o Acordo Ortográfico. Todavia, persiste ainda uma visão diferente dos Estados-membros sobre a Língua Portuguesa. Como destaca o Embaixador José Tadeu da Costa Sousa Soares, antigo Secretário Executivo-adjunto da CPLP:

> «Na realidade, cada um dos Estados-membros tem, em relação ao idioma português, uma posição no subconsciente nacional e político diferente, que afecta a sua forma de encarar as questões da língua comum. Desde a suprema confiança do Brasil e dos brasileiros, para quem o idioma que falam é um instrumento vivo e reflexo do seu tamanho de 180 milhões de habitantes, até a posição "defensiva" e conservadora de Portugal, que vê ameaças a língua surgidas de vários quadrantes; desde os países africanos, onde o português é um instrumento ao serviço da unidade nacional e de uma máquina administrativa (…), até Timor-Leste, onde a língua constitui um

[115] «(…) o Inglês escreve-se de maneira diferente, às vezes, a mesma palavra, tem variações da mesma palavra se for nos Estados Unidos ou se for na Inglaterra. …: "favour" com "our" ou se não com "or". "Centre" e "center", "theatre" e "theater". … Mas o que é mais importante é o seguinte: todas essas formas são correctas. "… Uma criança da Inglaterra que for para os Estados Unidos pode na escola primária …, elementar school, escrever do jeito que ela quisesse, tal como acontece em Inglaterra e vice-versa (…)» [COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2010), *op. cit*. p. 20].

[116] No Brasil eu escrevo eléctrico sem o "c", em Portugal eu escrevo eléctrico com o "c", embora não pronuncie, e se um estudante brasileiro escrever em Portugal eléctrico sem "c", ele vai ser chumbado. E se um estudante português escrever eléctrico com c no Brasil ele vai ser reprovado". (*Id. Ibid*., p. 19)

[117] Para reforçar a sua tese da diferenciação com a realidade do idioma inglês é o do ensino do Português em Timor-Leste, onde há professores portugueses e brasileiros. O Embaixador ficciona um caso de "um jovem timorense que quer aprender português. "…ele entra então numa escola. Se ele entrar naquela escola, naquela porta da esquerda ali, ele vai sair escrevendo tecto com c, tacto com c, baptista com p, eléctrico com c.., se ele entra na outra porta, ele vai escrever tudo isso …o tecto sem c, tacto sem c, baptista sem p, etc. etc., afecto sem c .., e o pior é que se ele, por acaso, for para o Brasil e tendo aprendido … numa escola, no Timor, o português de Portugal, quer dizer, do ponto de vista ortográfico ele será reprovado em qualquer escola do Brasil e vice-versa. (*Id. Ibid*., 19-20.).

claro elemento de diferenciação e identidade nacional.»[118]

No entanto, apesar da divisão que se faz das ações de DP em função dos eixos de atuação da CPLP é importante notar que a atividade da CPLP é orientada pelos seus Estados-membros que concertam posições, pelo menos uma vez por mês, nas reuniões ordinárias do Comité de Concertação Permanente, de modo que a concertação política diplomática, assume-se como um dos vetores centrais, apesar de muitas medidas e posições comuns adotadas não serem divulgadas por causa das características de relações e negócios estrangeiros.

Para além das ações enunciadas, têm sido desenvolvidas outras por iniciativa do Secretariado Executivo que visam dar a conhecer a CPLP, os seus propósitos e realizações, consubstanciadas em publicações de revistas, DVDs, desdobráveis, participação em exposições (Expo língua 2007, 2008, 2010, Exposição Mundial de Lisboa em 2008, que dedicou um dia à CPLP), atividades comemorativas do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP (5 de Maio) tendo a primeira edição tido lugar em Lisboa, no mês de Maio de 2008, e em 2010, foi publicado um encarte com o jornal *Le Monde Diplomatique* com o rescaldo da VIII CCEG e artigos dos Embaixadores dos Estados-membros (EM).

A estas ações, juntam-se ainda entrevistas do Secretário-Executivo e de outros responsáveis da CPLP em vários órgãos de comunicação social, semanas culturais, participação em feiras, publicação da CPLP revista, as revistas especiais alusivas ao 10º e 12º aniversário da organização, entre outras.

Porém, estas publicações pecam pelo número reduzido de tiragens. A pouca divulgação e má distribuição, não permitem que a informação que elas contêm chegue às comunidades lusófonas. Se um cidadão da CPLP não tiver a oportunidade de participar numa atividade da organização (a maioria delas "fechadas") ou visitar a sua sede, dificilmente terá acesso a este material. Estas questões contribuem para o grande défice de conhecimento por parte dos cidadãos dos Estados-membros e não só sobre a Organização.

Destas ações protagonizadas pelo Secretário Executivo, no quadro da sua estratégia de comunicação, merecem particular destaque, primeiro, o recurso às novas

[118] SOARES, J. (2006). "CPLP – Dez Anos. Balanço e Desafios". *Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa*, 10 Anos da CPLP, s/p.

tecnologias de informação para promover a Organização. A criação do site oficial da CPLP em 2008, dotou a comunicação institucional da mesma na Internet de um Portal, com vários canais (canal da Saúde, canal da Segurança Alimentar, da Inspeção do Trabalho, do Centro de Formação Médica Especializada (CFME), etc.), mini-sites e elementos multimédia, que colocam a disposição do público bastante informação sobre a Comunidade em todos as suas vertentes.

De acordo com dados disponibilizados pela Assessoria de Imprensa da CPLP, a tendência diária de acesso às páginas da CPLP tem vindo a crescer mensalmente, bem como o número de notícias veiculadas na Internet sobre a Organização.

Nas palavras do Assessor de Imprensa da CPLP, António Ilharco (2012), as notícias sobre a CPLP nos Órgãos de Comunicação Social (OCS) na Internet têm vindo a aumentar exponencialmente numa escala global, de acordo com a monitorização do Google. A marca CPLP tem verificado, desde há seis anos, uma visibilidade e reconhecimento superior à "Lusofonia" e similar à "Francophonie", uma organização de base linguística francesa com mais recursos financeiros e humanos.

A entrada da CPLP nas redes sociais em 2011, foi outra iniciativa marcante no capítulo da utilização das novas tecnologias, para desenvolver a DP da Organização. Começou-se por lançar um canal repositório de fotos e um outro de vídeo nos portais *Sapo.ao*, *Sapo.cv*, *Sapo.mz*, *Sapo.pt* e *Sapo.tl*, para além de colocar os mesmos conteúdos na plataforma YouTube, sendo que todos estes canais beneficiaram da adoção de uma imagem institucional da CPLP.

Atualmente a CPLP está também presente no Facebook com um *design* próprio para ampliar a divulgação dos conteúdos institucionais naquela que é, atualmente, a principal rede social horizontal, um dos *sites* mais utilizados a nível planetário.

A iniciativa reveste-se de particular importância do ponto de vista de DP, uma vez que as redes sociais horizontais são transversais a todos os espectros sociais, económicos, demográficos, religiosos, entre outros, e são os próprios utilizadores que fruto da sua interação vão definindo replicando a informação.

Segundo, a criação do Centro de Documentação da CPLP, inaugurado no dia 5 de Maio de 2012, situado na nova sede da organização, no Palácio do Conde de Penafiel em Lisboa, que ainda não está a trabalhar em pleno, conta com uma acervo bibliográfico ainda pequeno, mas bem organizado, por temáticas, de acesso livre, onde estudantes, professores, investigadores e outros interessados poderão encontrar material que ajudará a compreender melhor e a divulgar a Organização, sendo que os visitantes poderão

também, em função dos meios técnicos que o Centro dispõe, fazer cópias e digitalizar as matérias do seu interesse.

Terceiro, a atribuição de prémios, que promovem o interesse pela investigação sobre a língua e culturas lusófonas, bem como o reconhecimento da defesa, valorização e promoção da CPLP. Estas iniciativas são promovidas junto dos intelectuais dos Estados-membros, personalidades distintas e instituições. Neste âmbito é concedido o prémio Fernão Mendes Pinto, organizado pela Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP) em parceria com a CPLP. Destina-se a galardoar anualmente uma dissertação de mestrado ou tese de doutoramento que contribua para a aproximação das comunidades de língua portuguesa. Outro prémio é o José Aparecido de Oliveira no valor de 30. 000 Euros, instituído em 2011 e atribuído pela primeira em 2012 ao ex-Presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva.

Quarto, o movimento cultural iniciado em 2008 designado *Momento CPLP*, que se consubstancia na realização de eventos multidisciplinares, eventos culturais, desportivos e científicos, bem como debates sobre estratégias de cooperação para o desenvolvimento de sectores como a Educação, Saúde, Economia, entre outros, no espaço da Comunidade, incorporados numa atividade única, tendo a CPLP realizado em São Tomé (Outubro 2009) e em Bissau (Dezembro 2009 e Dezembro de 2010). Neste evento há ainda a componente de relação com os *media*, ao abrigo da qual a Assessoria de Imprensa da CPLP formata anúncios de televisão e rádio, e são igualmente distribuídos panfletos, painéis, lonas e t-shirts que retratam o "Momento CPLP", que visa promover e divulgar a Organização e aproximar os seus cidadãos através de um vasto e diversificado conjunto de atividades.

Quinto, a criação de casas da lusofonia em diferentes partes do Globo, tendo a primeira sido inaugurada em Portugal, na Escola Secundária de Camões, na Freguesia de São Jorge de Arroios, no dia 12 de Maio de 2007, marcando o início do projeto de expansão de pontos de reencontro com a cultura lusófona. Seguiu-se a abertura de outra, em Cachoeira, no Estado da Bahia, Brasil, a 8 de Agosto de 2007.

Apesar de não ser da exclusiva responsabilidade do Secretariado Executivo da CPLP, Este projeto conta com o seu patrocínio e acompanhamento em colaboração com a promotora, *Associação Etnia*. O mesmo aplica-se ao Museu da Língua Portuguesa, fundado em 2006, na estação da Luz, em S. Paulo, Brasil, que alcançou já a marca de milhões de visitantes, estando organizado de modo a funcionar como um ponto de encontro entre a língua, a literatura e história lusófona.

Entretanto, o impacto que causam estas ações de Diplomacia Pública da CPLP junto da opinião pública dos Estados-membros e internacional e das respetivas comunidades é mínimo, e em alguns casos mesmo quase nula, como de resto testemunham personalidades de diferentes quadrantes do espaço da CPLP.

Para o Presidente da Associação Guineense de Solidariedade Social e antigo Deputado à Assembleia da República de Portugal, Fernando Ká (2012):

> «(…) a CPLP para a comunidade africana residente em Portugal em termos práticos não existe. Ouve-se falar nos meios de comunicação social, mas em termos político, diplomático e social para as comunidades a acção da CPLP é nula, completamente nula.»[119]

Também António Tavares (2012), Presidente da Associação de Defesa dos Angolanos, Ex-Representante das Associações das Comunidades Imigrantes na Comissão Nacional de Regularização Extraordinária de Portugal e Ex-Deputado Municipal em Lisboa, considera que o discurso político (da CPLP) não se traduz em ações e que a Organização não chega as pessoas. Afirma ainda que pouco ou nada se sabe do que a CPLP faz, sublinhando que tem dificuldades em perceber qual é o impacto da existência da CPLP na sua vida pessoal e de milhões de cidadãos do espaço lusófono[120].

Na mesma senda, Armando Marques Guedes (2012) afirma que a CPLP não chega as pessoas, sublinhando que o discurso político é apenas semântico e que:

> «(…) poucos há que acreditem, depois de tanto tempo de passividade, que a CPLP levante voo. Pior, os que dela ouviram falar tendem a nela ver um mero instrumento de promoção de elites "quinto-imperiais" em discordância quanto à natureza do "Império" a criar, acrescentando que "dar o tema às sociedades civis (…) não está na agenda, pois tiraria controlo e protagonismo aos MNEs que cartelizaram a CPLP»[121]

As Doutoras Fátima Gonzalez (2012) e Isabel Godinho (2012) também concordam que a CPLP ainda não chega as populações como é desejado, entretanto, chamam atenção para um equívoco que contribui para a criação de falsas expectativas, em relação as metas que a CPLP deve atingir no que concerne a resolução de problemas concretos das populações que por sua vez a aproximariam a estas, o que leva, também, a que algumas ações da Organização sejam minimizadas.

Isabel Godinho (2012) lembra que:

> «(…) a CPLP é uma Organização de cooperação e não de integração, … a língua é um

[119] Cf. Anexo IV, p. XXVIII.

[120] Cf. Anexo III, p. XXV.

[121] Cf. Anexo VI, p. XXXIX.

> factor de unidade mas não nos permite ir muito mas longe como as nossas populações desejariam. … Não sentimos nos nossos países, em parte, a acção da CPLP exactamente por ela ser de cooperação.»[122]

Fátima Gonzalez (2012) complementa a ideia ao afirmar que às vezes as expectativas não correspondem a finalidade da CPLP, porque a CPLP não é uma organização que visa o desenvolvimento económico, ou empréstimo de valores, esta organização está assente em determinados valores como os direitos humanos, a promoção da língua, a cooperação, entre outros, porém, tudo de uma forma mais vaga, e também a concertação política diplomática e aí se avançou.

Fátima Gonzalez (2012) explica que algumas questões mais concretas são tratadas entre os Estados bilateralmente:

> «(…) eu não sei até que ponto quando as pessoas dizem que a CPLP não serve para nada e se sentem defraudadas pelas suas acções, se tem-se muito a noção que na maioria dos casos as organizações internacionais não servem para tratar questões tão concretas, do dia-a-dia, mas para enformar as acções dos Estados-membros para tentar dar uma coerência interna e internacionalmente.»[123]

Entretanto, importa frisar que esta falta de conhecimento do que realmente representa e o que se pode esperar da CPLP por parte das comunidades, das populações, também resulta da fraca divulgação da Organização e da pouca aproximação aos cidadãos do espaço comunitário e não só.

Outro aspeto assinalado por Isabel Godinho (2012) tem a ver com a juventude da CPLP. A Ministra-conselheira da Embaixada de Angola em Portugal questiona se a CPLP já terá atingido o estado de maturidade que permita aos cidadãos sentir efetivamente a sua ação:

«(…) se nós vermos o que é hoje a União Europeia, vem depois da Segunda Guerra Mundial, mas só muito mais tarde ganhou o formato que tem hoje, quer dizer que as pessoas só começam a sentir o impacto das organizações a partir do momento que elas começam a amadurecer.»[124]

Por seu lado, António Monteiro (2012) salienta que a CPLP só pode ser mais conhecida a medida que for desenvolvendo políticas concretas que toca a vida dos cidadãos e ações concretas em que os Estados-membros se apoiem e se revêm no sentido da sua projeção internacional.

[122] Cf. Anexo VII, p. XLI-XLII.

[123] Cf. Anexo II, p. XXII.

[124] Cf. Anexo VII, p. XLII.

Entretanto, quando se fala do impacto das ações da CPLP junto da opinião púbica do espaço intracomunitário é preciso ter em conta duas realidades, por um lado estão os intelectuais, os lusodescendentes, os quadros dos PALOP, com destaque para os que estudaram em Portugal (que não são poucos), estes acompanham a Organização e têm normalmente, a partida, uma posição favorável, pelo seu nível e ligação a Portugal, que queira-se ou não, ainda aparece como o primeiro País da lusofonia e consequentemente do espaço CPLP, não em termos económicos, mas históricos. Conforme salienta António Ilharco (2012): "A CPLP não é desconhecida do dito público "culto/informado.»[125]

Por outro lado, em linha com o pensamento de Ilharco (2012), estão os menos instruídos, com menos oportunidades, pertencentes as classes sociais mais baixas, que depositaram grandes esperanças na CPLP para o melhoramento do seu nível de vida, sentindo-se agora, volvidos 16 anos de existência da Organização, desapontados. Estes geralmente se colocam numa posição defensiva em relação a ações da CPLP, associando-lhes a interesses que não os seus. No dizer de Fernando Ká (2012) "… as comunidades emigrantes, mas mesmo no interior dos países, a sociedade civil, os povos, não sentem a presença da CPLP. Sabem que existe uma coisa que se chama CPLP mas não sentem o seu efeito prático"[126].

Com efeito, é sobretudo para ir ao encontro destes segmentos das populações dos Estados-membros, que devem incidir as principais políticas de aproximação as comunidades, sendo que os primeiros podem constituir veículos importantes em termos de formação de opinião favorável sobre a CPLP no seio dos últimos.

É efectivamente pela aproximação as populações mais humildes através de projetos que as beneficiam e não apenas os funcionários públicos, que a CPLP é mais conhecida, a nível comunitário, pelo "público em geral" na Guiné-Bissau e em S. Tomé, como salienta o Assessor de Imprensa da CPLP, António Ilharco (2012).

No plano internacional, António Monteiro (2012) considera que a CPLP começou a ter projeção quando as pessoas se aperceberam que dela faziam parte potências emergentes como o Brasil. Salienta também que o posicionamento de Cabo Verde e depois a independência de Timor-Leste concorreram para que a CPLP fosse uma realidade a ter em conta internacionalmente".

[125] Cf. Anexo I, p. XIII.

[126] Cf. Anexo IV, p.XXVIII.

Um bom exemplo desta tendência foi a atenção dedicada a CPLP e a Lusofonia pela edição de Outubro de 2012 da revista britânica Monocle, que trouxe como matéria de capa o tema, *Porque é o português a nova Língua do poder e dos negócios*. Este tipo de abordagem permite verificar a existência de iniciativas e potencialidades a explorar pela CPLP no domínio da DP, que entretanto, esbarram com uma serie de contrariedades como veremos a seguir.

5.2 Constrangimentos e Potencialidades

Como se viu no ponto anterior, as atividades de DP da CPLP produzem pouco impacto junto da opinião pública dos Estados-membros e internacional, não porque faltam iniciativas neste sentido, apesar de não obedecerem a uma estratégia especifica da Organização nesta área, mas, sobretudo, por existirem um conjunto de constrangimentos que põem em a causa a materialização destas iniciativas, o que não viabiliza nem estimula a Organização a explorar as potencialidades presentes neste domínio.

Relativamente aos constrangimentos que inviabilizam o sucesso das ações de DP da CPLP, e que põem em causa a aproximação da Organização aos cidadãos e a venda de uma imagem favorável junto da opinião pública, importa destacar alguns dos principais.

O primeiro constrangimento para afirmação da CPLP, no geral, e para o desenvolvimento e materialização de políticas e ações de Diplomacia Publica, em particular, tem a ver com o próprio contexto em que a Organização surgiu. A CPLP surge numa altura de grande instabilidade para os PALOP. Angola vivia um conturbado processo político assombrado por uma guerra civil de décadas, Moçambique estava a sair de uma guerra civil, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe com colossais problemas económicos e sociais, mas também políticos, ambiente que não era minimamente favorável a discussão de políticas de Diplomacia Pública, sendo a estabilidade política e económica destes países a princípal, e praticamente única, prioridade da CPLP nesta altura, premissa fundamental cuja inexistência constituiu um grande constrangimento para o projeto de construção da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Entretanto, estes condicionalismos não foram totalmente ultrapassados a nível dos PALOP, sobretudo no domínio social e económico, o que pressupõe dizer que estes Estados estão a ser construídos ao mesmo tempo que a Organização. Assim sendo, as prioridades destes Estados cingem-se na criação de condições internas para resolver os problemas das suas populações, o que passa por garantir a estabilidade política, o crescimento económico, a criação de infraestruturas, criação de receitas, consolidação das instituições, etc., fazendo com que a CPLP esteja, nesta fase, ainda mais virada para os Estados do que para as pessoas.

O segundo constrangimento decorre do facto de a CPLP ser uma organização de

cooperação e não de integração, assente na premissa da afirmação soberana dos Estados-membros em igualdade de circunstância, cujas decisões são tomadas por unanimidade, ou seja, são os Estados que impõem regras a Organização e não o contrário, o que cria entraves a efetiva implementação das ações da mesma, fundamentalmente nos processos de ratificação de decisões a nível dos Estados, tendo em conta alguns conflitos existentes entre o interesse nacional, regional e o da Comunidade, assim como com as prioridades dos Estados-membros que resultam em grande escala do estágio de desenvolvimento e das necessidades de cada um.

O terceiro constrangimento é a falta de recursos financeiros. O orçamento da CPLP é basicamente de funcionamento (CPLP, 2012e). Ver tabela 1.

Tabela 1: Orçamento da CPLP (2012)

Categorias do Orçamento	Euros
Encargos com Pessoal	1.117.250,5
Pessoal Dirigente	252.939,4
Pessoal de Secretariado	864.311,1
Fornecimentos/Serviços Terceiros	668,441,9
Aquisições em geral	557.099,9
Honorários	79.854,6
Trabalhos Especializados	31, 487,5
Atribuição de Prémios	38.110,0
José Aparecido de Oliveira	33.110,0
Fernão Mendes Pinto	5.000,0
Transição de Mandatos	43.354,5
Subsídio de Instalação	19,841,8
Subsídios de Términus	23.512,7
Custos e Perdas Financeiras	3.400,0
Investimentos	0,0
TOTAL	1.870.556,9

Fonte: Proposta Aprovada do Orçamento da CPLP para 2013, 23 de Março de 2012, p.3.

Em 2012, o orçamento da Organização foi apenas de 1.870.556,9 euros; resultante das contribuições obrigatórias dos Estados-membros (41, 808,00 para cada um) e complementares de Angola (143.834, 85 Euros), Brasil (584.927,89 Euros), Moçambique (50, 412,09 Euros) e Portugal (584.927,89 Euros), que se inserem, ambas (obrigatórias e complementares), nas contribuições ordinárias dos Estados. Outro

montante proveio das contribuições extraordinárias, nomeadamente de Timor-Leste (50.000 Euros) e do Fundo Especial 207.283, 92 euros.

Para o ano de 2013, foi aprovado, na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Julho de 2012, em Maputo, um aumento no Orçamento da CPLP na ordem dos 12,6 %, o que perfará o valor de 2.105.352, 56 Euros, incidindo (aumento) sobretudo sobre as rubricas referentes a encargos com pessoal e fornecimentos/serviços terceiros.

Para apoio ao financiamento de ações concretas da CPLP foi constituído, em 1999, o Fundo Especial da CPLP, suportado por contribuições voluntárias, públicas ou privadas, que vai permitir financiar projetos pontuais, mas que ainda não ajuda a resolver a situação de escassez de recursos financeiros em função dos poucos fundos que consegue reunir.

Ainda que se observem contribuições irrisórias, alguns Estados não assumem regularmente os seus compromissos financeiros com a Organização, sendo que em alguns casos, os próprios Estados-membros inviabilizam a receção, por parte do Secretariado Executivo, de alguns patrocínios, sem depois cobrirem o fosso que fica com a perda de determinado apoio, sobretudo de instituições privadas.

O certo é que a falta de recursos financeiros tem condicionado significativamente a realização de ações de DP por parte da CPLP. Esta situação condicionou, por um exemplo, um projeto, que nem chegou a sair da gaveta, que é o da criação de um canal televisivo da CPLP em sinal aberto, uma vez que a RTP África é um canal português, que tem uma linha editorial de acordo com os interesses de Portugal, não satisfazendo os interesses da Organização.

O mesmo sucede com outras ações menores, como por exemplo a edição regular de uma revista da CPLP. Basta referir que a "CPLP Revista" foi lançada em 2011, o número 0 saiu em Setembro daquele ano e o número 1 foi publicado apenas em Julho de 2012, quando previa-se uma periodicidade trimestral, tudo por falta de recursos financeiros para suportar os custos de publicação regular da revista.

Estes condicionalismos financeiros fazem ainda com que muitas atividades de DP levadas a cabo pelo Secretariado Executivo da CPLP se circunscrevam ao espaço territorial português. Por exemplo, o controlo de notícias e posterior envio da resenha de imprensa ainda só é possível de efetuar com base no publicado em Portugal, devido aos constrangimentos financeiros que impossibilitam a contratação de uma agência de recortes diários de imprensa nos demais países da CPLP (Ilharco, 2012).

Com estas dificuldades financeiras, que tendem a não melhorar substancialmente nos próximos tempos em função da crise económica e financeira internacional que está a afetar os Estados-membros, embora seja de um modo diferenciado, com particular incidência num dos principais financiadores da CPLP que é Portugal, torna-se irrealista pensar nesta altura em projetos com maior impacto internacional, como a introdução do português como língua de trabalho das Nações Unidas, derivado do elevado custo associado a este projeto[127]. Este investimento deparar-se-ia desde logo com a falta de interesse dos principais financiadores da ONU – as grandes potenciais – na assunção pela Língua Portuguesa deste estatuto e por conseguinte, não iriam financiá-lo, de modo que teria que ser os próprios interessados, no caso os Estados-membros da Comunidade a suportarem sozinhos esta despesa que é gigantesca, pelo menos nos primeiros anos, tal como aconteceu com a Língua Árabe.

Como salienta o Embaixador António Monteiro (2012):

> «(…) o que está a faltar é financiamento, criar-se uma estrutura sólida de financiamento e também deixar-se apenas de olhar para o que é urgente e passar-se a olhar também para o que é importante como a questão da língua.»[128]

Ainda no que toca os constrangimentos, regista-se a falta de empenho na tradução da vontade política expressa dos Estados ou Governos em ações práticas, situação que decorre, em parte, do que a CPLP representa para os mesmos. Não há um verdadeiro engajamento dos Estados-membros para a materialização das diferentes iniciativas levadas a cabo pela Organização. Conforme salienta o antigo Secretário Executivo (SE) da CPLP, Domingos Simões Pereira (2011)*:* «(…) é manifesto o hiato

[127] Para se ter uma ideia dos custos basta lembrar que as Nações Unidas tem 193 membros, tem como órgãos principais a Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho de Tutela, ECOSOC, Tribunal Internacional de Justiça e o Secretariado que é uma máquina, com milhares de funcionários, e há ainda as Comissões. Só o funcionamento destes órgãos exige um esforço colossal de tradução. Na AG são 193 membros, agora abriu-se o debate geral, em que todos os Chefes de Estado se pronunciam nas respectivas línguas, tem que haver tradutores de todas as línguas de trabalho da ONU e cada tradutor tem que falar as 6 línguas. Depois segue-se o trabalho nas comissões, seis comissões no total, 193 países ao mesmo tempo, e cada um fala numa das línguas de trabalho, tendo que haver tradutores que asseguram a tradução em todas elas, por exemplo, o da cabine de russo tem que falar todas as outras línguas e assim sucessivamente porque se aparece alguém a falar em francês, por exemplo, ele tem que traduzir do francês para russo e de igual modo com as outras línguas, para não falar dos relatórios e resoluções que devem ser traduzidos nas seis línguas de trabalhos. Por aqui pode-se medir o grande investimento que tem que ser feito e que a CPLP objectivamente não está em condições de fazer.

entre a proclamação de vontades, a formulação de intenções e o que é efectivamente realizado.»[129] (Pereira, 2011). Pereira (2012) refere também que:

> «(…) o caminho já percorrido e que tem permitido o surgimento de políticas comuns, deverá agora favorecer que estas encontrem reflexo e afirmação efectiva nas orientações públicas dos próprios Estados", referindo como exemplo que "o Plano Estratégico de Cooperação para a Saúde deve passar a corresponder a políticas públicas de Saúde definidas por cada Estado-membro a nível nacional e para o seu espaço regional de integração. Cumprido este desiderato, faltará multiplicá-lo por todas as áreas e sectores de interesse comum - a Cidadania, a Segurança, a Juventude, a Igualdade, a Formação e o Emprego, as Forças Armadas entre outros.»[130]

Outro constrangimento decorre do nível de desenvolvimento dos PALOP versus necessidades internas. O estádio de desenvolvimento dos países-membros reflete-se na eficácia da Organização, na rapidez com que se realizam os seus objetivos. Dos oito países que compõem a Comunidade, seis são Estados em vias de desenvolvimento (PALOP's e Timor-Leste), necessitando em grande escala do apoio da cooperação internacional, uma situação que também vai se estendendo a Portugal. Essa dependência externa – que o Brasil e Angola procuram contrariar – limita a capacidade de iniciativa destes nas organizações de que fazem parte, designadamente a CPLP.

Uma opinião contrária é apresentada pelo Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, Representante Permanente do Brasil junto à CPLP. Segundo este «(…) as assimetrias entre os países-membros (da CPLP), longe de constituírem um peso negativo, são um fator de estímulo a cooperação e ao trabalho da sociedade civil.»[131] O mesmo salienta que, a Comunidade trata de uma multiplicidade de temas dentro da agenda social, envolvendo países de diferentes características e experiências, o que dará margem a um rico intercâmbio na área das sociedades civis.

Esta visão é otimista, para não dizer idealista, uma vez que a CPLP, pela sua natureza, maturidade, nível de desenvolvimento dos Estados-membros, ausência de recursos, grau de afirmação internacional, entre outras características da organização, não é capaz de dar respostas oportunas e eficazes, sobre as necessidades que muitos Estados apresentam, embora muitas delas sejam básicas, tais como o combate a fome ou ao analfabetismo, razão pela qual estes não se sentem estimulados, nesta fase, em priorizar a cooperação dentro do espaço Comunitário numa perspetiva multilateral.

---

[129] PEREIRA, D. S. (2011). In CPLP Revista: *Com 15 Anos que Comunidade Temos.* Lisboa, n.º 0. p. 5.

[130] IDEM (2012). "*A CPLP é Única", CPLP Revista*, N.º 1, Julho/Setembro, p. 5.

[131] COELHO, P. M. (2012). "A CPLP e a Sociedade Civil: Caminhos Múltiplos". *CPLP Revista*, N.º1, p. 31.

A este propósito António Ilharco (2012) sustenta que a CPLP reflete o estágio de desenvolvimento dos seus Estados-membros, tanto na definição de políticas de atuação, como na sustentabilidade financeira dos projetos.

A CPLP possui descontinuidade geográfica. Os seus Estados-membros estão integrados nos respetivos grupos regionais: Portugal na União Europeia, os cinco PALOP na União Africana, a Guiné-Bissau na UEMOA e CEDEAO, o Brasil no MERCOSUL, Cabo Verde na CEDEAO, Timor-Leste na ASEAN e Angola e Moçambique na SADC e, por isso, obrigados a cumprirem os compromissos assumidos nestas organizações.

Este facto traduz talvez divergência de interesses e prioridades no seio da CPLP, pelo menos na medida em que estas organizações regionais funcionam, formal e politicamente, como polos de atração e de convergência regional, podendo dar-se o caso de dispersão de esforços e de objetivos. O constrangimento é evidente na dificuldade que os Estados-membros da CPLP têm em enquadrar juridicamente nos seus países deliberações desta Organização, em função do choque que surge, muitas vezes, com compromissos já assumidos noutras organizações de que fazem parte há mais tempo e onde têm maiores ganhos.

No caso dos PALOP, os interesses presentes nas áreas onde estão geograficamente localizados, fazem-se sentir antes mesmo do processo de independências nacionais, especialmente por parte da Inglaterra e da França. Efetivamente, estes são os países melhor colocados para tirar projeção a Lusofonia e a CPLP no continente africano. Não só porque atuam de uma forma dinâmica, conjugada e eficiente, traduzindo uma política de cooperação, mas também porque geograficamente e demograficamente a Anglofonia e a Francofonia cercam a Lusofonia e são duas formas de comunicação relevantes a nível internacional (Bernardino, 2008a).

Hélder Vaz (2008) destaca:

> «(…) em virtude da descontinuidade dos territórios que a compõem e também em consequência das normas da OMC e das regras dos mercados regionais nos quais estão inseridos diversos Estados-membros da CPLP, esta tem enfrentado alguma dificuldade em definir o âmbito e as modalidades de cooperação económica entre os seus membros.»[132]

Neste âmbito, é importante referir que podem ser destacadas vantagens. De fato:

> «(…) dispersão geográfica abre também novas janelas de oportunidade: Os Estados-

[132] VAZ, H. (2008). "CPLP- Uma Visão de Futuro" *Construindo a Comunidade*, 12 Anos da CPLP, p. 145.

> membros tornaram-se canais de comunicação privilegiados entre regiões e sub-regiões à escala planetária e, juntos, estão mais fortes no plano internacional uma vez que a nossa voz, multilateral, faz-se ouvir com mais impacto.»[133]

No mesmo diapasão está a Representante Permanente de Portugal na CPLP, Clara Borja (2012), referindo que:

> «(…) o que à partida poderia ser considerado desvantagem – descontinuidade geográfica, a pertença a organizações regionais distintas, as dissemelhanças socioeconómicas – tem sido mais do que contrabalançado pelo impulso decorrente da convicção comum de que as afinidades históricas, culturais e linguísticas podem constituir um forte motor de desenvolvimento partilhado e de solidariedade política e humana.»[134]

Inegável vantagem resultante da descontinuidade geográfica do espaço da CPLP e a consequente pertença dos Estados-membros a outras OI de âmbito regional. Mas contrariamente ao que afirma Clara Borja (2012), parecem-nos ser em menor número as vantagens, quando comparadas as desvantagens para a Organização, é, no entanto, manifesta a experiência que os países colhem nestas organizações e que depois podem utilizá-la a favor da jovem CPLP.

A Exclusão Digital de determinados agregados populacionais, patente ainda na maioria dos Estados-membros, sobretudo nas zonas periféricas e mais recônditas, é outro aspeto que "afasta" a CPLP de uma franja significativa de cidadãos dos Estados-membros, se tivermos em conta que boa parte das ações promocionais da Organização têm sido feitas, nos últimos tempos, com recurso as novas tecnologias, como aliás não podia deixar de ser nos dias que correm, não só por razões económicas, mas também, em um função da própria dinâmica internacional atual, que criou novos paradigmas de funcionamento e de comunicação das organizações.

[133] COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2011b). "CPLP Comemora 15º Aniversário Solidária na Diversidade", *CPLP Revista*, N.º 0, Julho, Setembro, p8.

[134] BORJA, C. (2012). "A CPLP tem Provado o seu Valor". *CPLP Revista*, N.º 1, p. 23.

5.3 Promoção e Desenvolvimento

No que concerne às potencialidades para alavancar a DP da CPLP, neste capítulo enumeram-se algumas das principais. Primeiro, o *Projecto Foral* (Fórum das Autoridades Locais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), atualmente inoperante, constituído a 27 de Março de 2009, em Lisboa, num encontro que reuniu cerca de duas centenas e meia de representantes dos municípios dos Estados-membros. Com sede em Lisboa, o Foral tem como principal objetivo contribuir para o fortalecimento dos laços de concertação e cooperação internacional e a criação de um espaço em que as autoridades e os cidadãos dos Estados-membros possam ganhar voz dentro da CPLP.

Este projeto encerra grande potencialidade para aproximar a CPLP da opinião pública local e menos evoluída dos países, que é por sinal o segmento mais difícil de atingir dentro dos Estados-membros. A materialização deste projeto proporcionaria a construção de um espaço autónomo, de cooperação entre os municípios e os governos locais dos países da CPLP, contribuindo para o reforço da interação entre as comunidades locais, aproximando, deste modo, a organização dos cidadãos dos Estados-membros.

O mercado lusófono é outra área a explorar mais intensamente, o empreendedorismo e o âmbito geral dos negócios toca diretamente as pessoas. Em princípio, um mercado em expansão contribui para a redução da pobreza, criação de empregos e promoção do desenvolvimento, bem como, maior oferta de bens e serviços a preços competitivos. Se a CPLP patrocinar uma maior fluidez da cooperação no domínio económico e empresarial seguramente, estará a passar uma imagem positiva a opinião pública intracomunitária sobre a utilidade e as vantagens de se apoiar o fortalecimento e consolidação da Organização. Para o efeito, podia-se começar por fortalecer o papel da Confederação Empresarial da CPLP constituída em 2009.

O mercado que a CPLP envolve cerca de 250 milhões de consumidores. O que, por si só, significa uma oportunidade para a internacionalização das economias dos seus Estados-membros, podendo assim, contribuir para a melhoria sustentada do padrão de vida das suas populações. Esta ideia é partilhada pela Representante Permanente de Portugal na CPLP, Embaixadora Clara Borja (2012), bem como por Hélder Vaz e por António Monteiro.

De acordo com as palavras de Hélder Vaz (2008), há urgência em definir um

espaço de cooperação económica e empresarial no seio da CPLP. Para o Diretor Geral da CPLP, a organização:

> «(…) será mais atractiva para os cidadãos e para as empresas na medida em que for capaz de desenvolver mecanismos de cooperação, de complementaridade e de integração entre as economias dos Estados-membros.»[135]

Por sua vez o Embaixador António Monteiro (2012) afirma que, tem que se trabalhar com mais afinco sobre a questão económica e empresarial, de modo que a CPLP possa aparecer aos olhos dos povos como fator de progressão económica.

O antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal acresce ainda que há uma tendência progressiva de afirmação internacional, mas há que trabalhar alguns aspetos, que inclui a língua, que não é apenas um fator de comunicação, mas de igual modo, um elemento de aproximação com significativa importância para economia. De acordo com António Monteiro (2012) «(…) nunca se falou tanto português no Mundo como hoje, e isto resulta do peso que alguns países ganharam na cena internacional, como Brasil, Angola, Moçambique, com os quais muitos hoje no Mundo têm interesse em falar.»[136]

A língua não é suficiente para justificar o reforço dos laços entre povos. No entanto, para obter melhor compreensão do potencial económico e empresarial da CPLP, ou mais concretamente da língua portuguesa, é necessário entrar um pouco na abordagem teórica sobre as dimensões da Organização.

De acordo com o Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho (2012), Representante Permanente do Brasil junto à CPLP, a organização é vista em duas perspetivas, por um lado, apresenta-se uma perspetiva mais tradicional, com que muitos se identificam, esta diz respeito a comunidade da língua portuguesa. Pode-se dizer que esta abordagem está na gestação da CPLP, até mesmo antes, com a criação do IILP.

Contudo, esta perspetiva, nem de longe, foi a única a enformar a CPLP, mas, em última análise, diz respeito a valorização, promoção e defesa da Língua Portuguesa e se alicerça hoje, no Plano de Ação de Brasília, adotado pela I Conferência Internacional de Língua Portuguesa, que decorreu no ano de 2010 na capital brasileira, cujos eixos principais geraram debate em torno da adoção do novo acordo ortográfico, ou ainda de um modo mais moderado, a consciencialização do valor económico da língua. (Coelho, 2012).

[135] VAZ, H. (2008), *op. cit*., p. 145.

[136] Cf. Anexo V, p. XXXI.

Por outro lado, apresenta-se uma segunda perspetiva, menos difundida e que de acordo com o autor supracitado é mais abrangente, esta inclui por certo a valorização da língua. Não obstante, esta dedica especial atenção a análise espacial da CPLP, onde procura explorar todo o potencial desse espaço em termos de cooperação, entendimento político, articulação económica, criação de oportunidades empresariais, e identificação da cidadania CPLP por meio, inicialmente, da facilitação da circulação de pessoas, além de bens e serviços nesse espaço comunitário.

Do ponto de vista tradicional, observa-se a preocupação para o crescimento de trocas comerciais como via para a criação de um "mercado da CPLP", criando-se assim uma a cooperação económica, contudo, este esforço poderá ir para além do comércio, de modo a encontrar novas fórmulas para o desenvolvimento de novos nichos de mercado, que contemplem "produtos" que vão do conhecimento/capacitação ao investimento em capital, passando pela transação de bens e serviços (Revista CPLP 2012).

Outra potencialidade mencionada como importante a ser explorada pela CPLP no campo da Diplomacia Pública concerne a um melhor aproveitamento das personalidades lusófonas que se destacam a nível mundial nas mais diversas áreas, bem como dos eventos com dimensão internacional que se realizam regularmente no espaço da Comunidade. Pode-se nesta perspetiva, a título de exemplo, ser atribuído papéis a Cristiano Ronaldo e José Mourinho como embaixadores de Boa Vontade da Organização. Ou ainda, a CPLP pode aparecer no desfile do Carnaval do Brasil representada por uma escola de Samba, como de resto já aconteceu com Angola, apenas para citar casos mais flagrantes.

Ainda nesta linha de pensamento, considera-se relevante alargar a experiência de cooperação bilateral ou iniciativas unilaterais bem-sucedidas dos Estados-membros ao âmbito multilateral, onde for possível fazê-lo, mediante uma avaliação prévia da situação e garantir recursos que viabilizem os referidos projetos. Poder-se-ia, por exemplo, a semelhança do prémio Talentos, promovido pelo MNE de Portugal, que visa premiar emigrantes portugueses que se destacam no Mundo nas mais diversas áreas, criar-se uma versão com a chancela da CPLP, abrangente a todo universo da lusofonia, no sentido mais amplo do termo.

A CPLP, no quadro da cooperação com a UA, pode associar mais a sua marca a projetos de ajuda ao desenvolvimento que abrangem não só os PALOP, como é o caso do NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento de África), por via da atração de financiamento mediante a divulgação desta iniciativa junto de outras organizações e

Estados, bem como por via da troca de experiências, formação, entre outras acções.

Observa-se de igual modo ser pertinente o desenvolvimento da componente de ajuda humanitária, através da mobilização de recursos para responder às dificuldades ou problemas que emergem no seio dos Estados-membros não só em África, uma vez que na atualidade, decorrente das consequências da presente situação económica e financeira internacional, justificam-se ações com um cariz mais social também em Portugal ou mesmo no Brasil, onde ainda existem muitas favelas e submundos.

Considera-se ainda importante, uma maior cooperação na prevenção e resolução de conflitos. A CPLP pode vincar mais a sua posição em África para além do espaço lusófono, assim, impõe-se a exploração do facto de a comunidade internacional ter um papel cada vez menos interventivo no continente neste domínio, o que leva a que os problemas africanos passem cada vez mais por soluções africanas.

Como salienta o Embaixador Vasco Brandão Ramos, Ex. Diretor de Política Externa do MNE de Portugal:

> «(…) uma organização como a CPLP deve manter como objetivo alto na sua lista de prioridades a projeção da sua imagem e o seu protagonismo na cena internacional como promotor da paz e segurança, no sentido lato do termo, não apenas no seu espaço (como fez na Guiné-Bissau, S. Tomé e Timor-Leste) mas igualmente nas regiões onde se situam os seus Estados-membros.»[137]

As comunidades lusófonas (dentro e fora do espaço da CPLP) são, seguramente, outra grande potencialidade para a DP da CPLP. A revista Monocle destaca, na sua edição de Outubro de 2012, o potencial dos 250 milhões de falantes do português dispersos pelo Mundo, que pode funcionar como um veículo para catapultar o português como a nova língua mundial do poder e dos negócios. De acordo com Steve Bloomfield (2012) são estas pessoas que vão ajudar as economias nacionais a desenvolver-se e há uma verdadeira oportunidade de tirar proveito disso.

Ainda na senda das potencialidades pode-se falar do aproveitamento do posicionamento estratégico de Timor-Leste. Timor está numa região do Mundo onde ainda há muitas comunidades influenciadas pela língua ou pela cultura portuguesa, na Indonésia, na Malásia, no Sri Lanka, para não falar da Índia. Essas comunidades não estão organizadas em Estados, mas dispersas em rede. Muitos dos seus membros são

[137] RAMOS,V (2006). "História da Instituição/Depoimento". *Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa*, 10 Anos da CPLP, p.70.

governantes ou pertencentes as elites locais – um dos principais candidatos a presidência do Sri Lanka em 2010 dava pelo apelido de Fonseca. Urge, por isso, fazer-se um estudo profundo destas comunidades – onde estão concretamente, como vivem ou se estão ligadas as suas origens, de modo a determinar-se a forma como as mesmas podem ser utilizadas no processo de divulgação e projeção internacional da CPLP e da língua portuguesa em particular.

No contexto acima mencionado, a CPLP dá sinais de consciencialização desta situação ao desenhar o plano estratégico para a expansão e consolidação do português em Timor, bem como reforçar as instituições locais, no entanto, é importante que a atuação de tal esforço seja mais abrangente.

Ao materializar-se a adoção pelos Estados-membros de um estatuto de cidadão da CPLP poderá permitir a efetiva aproximação entre os povos e a Organização, dando lugar a uma segunda geração de instrumentos de exercício de cidadania, mais efetivos e mais tangíveis, correspondendo a muitas das expectativas dos cidadãos dos Estados-membros, quer quanto a circulação de pessoas, quer no que concerne à concessão recíproca de direitos sociais, económicos e políticos.

Tratando-se de uma Organização Internacional, a CPLP quanto a sua Diplomacia Pública não deverá restringir a exploração das comunidades epistémicas, como o círculo de reflexão lusófona, projeto impulsionado pelo já falecido Professor Hernâni Lopes.

Os intelectuais renomados do espaço da CPLP devem ser convocados para participar, através do seu vasto conhecimento, na promoção da Organização e na aproximação desta a opinião pública e aos centros de decisão dos Estados-membros e de OI.

Todavia, a exploração de muitas das potencialidades presentes passa necessariamente por ultrapassar alguns dos constrangimentos enunciados no ponto anterior, tarefa que não se afigura fácil, ou pelo menos urgente para os Estados-membros cujas prioridades nesta altura, como vimos, são outras.

CONCLUSÃO

A DP é um conceito autónomo, é um instrumento de política externa que não recorre aos tradicionais meios e canais diplomáticos para atingir os objetivos definidos, agindo sobre a opinião pública estrangeira ou internacional de modo a influenciá-la no sentido desta funcionar como *lobbie* junto do respetivo centro de decisão, seja ele o Governo de um Estado ou o órgão máximo de uma Organização Internacional, a favor dos interesses de quem a (DP) desenvolve. Assume características próprias que a distinguem de outros conceitos que lhe são próximos como Diplomacia (tradicional), *soft power* e propaganda.

Distingue-se da diplomacia tradicional fundamentalmente pelo principal destinatário das suas mensagens (opinião pública estrangeira/internacional), pelo *modus operandi* - não está rodeada de secretismos e protocolos - e também pelos seus agentes que são diversificados, desde académicos, desportistas, artistas, entre outros, todos aqueles que podem ajudar a convencer o público-alvo, sendo que a componente cultural assume aqui particular importância. Porém, uma não exclui a outra, pelo contrário, complementam-se mutuamente.

Demostrou-se que a DP feita hoje, distancia-se bastante da propaganda, sendo que esta última é unilateral - dos Estados para o público-alvo, enquanto na primeira é essencial o *feedback* dos destinatários. Ficou igualmente assente que a DP é uma manifestação de *soft power*.

Concluiu-se que a DP não é apenas exercida pelos Estados unilateralmente. É também um instrumento da política externa das OI, enquanto sujeitos multilaterais.

Não são muito acentuadas as diferenças entre a DP desenvolvida pelas OI e a realizada pelos Estados unilateralmente. Porém, existem algumas dissemelhanças. Primeiro, os Estados discutem se a DP deve ser dirigida apenas ao exterior (opinião pública de outros países) ou também para o interior. No caso das OI esta questão não se coloca. A DP nas OI é dirigida tanto à audiência interna dos cidadãos dos países-membros como à audiência externa dos países não membros.

Segundo, contrariamente aos Estados, o *soft power* das OI deriva em grande medida do papel que nelas desempenham as comunidades científicas de peritos ou epistémicas (Noya, 2007).

Terceiro, os meios de comunicação globais exercem uma função fundamental na

projeção internacional das OI, pois ajudam a criar uma consciência global, mas se não for bem doseado o volume da matéria promocional, os mesmos causam fadiga na "*compaixão"* da opinião pública dos países avançados.

Quartos, alguns organismos intermediários são muito intervenientes na DP das OI e somente com a sua colaboração certos acordos são assinados. Hoje, a *supranacionalização* deu também lugar à *transnacionalização*. Criou-se uma vasta rede de relações transnacionais entre órgãos legislativos, executivos e judiciais, exigindo uma maior legitimação dos cidadãos. O que atribuiu um papel-chave as organizações transnacionais, muitas delas ONG, desde às humanitárias, passando pelos sindicatos e empregadores.

Quinto, é muito maior o impacto na projeção das OI, do que dos Estados, o desenvolvimento de políticas sociais transnacionais como as de cooperação e de apoio ao desenvolvimento, de salvaguarda da paz e da segurança, etc., nos países considerados subdesenvolvidos.

No que concerne especificamente à CPLP, existe a consciencialização sobre a necessidade de desenvolver atividades de DP, com vista a atingir os desígnios da Organização. Podem encontrar-se várias manifestações desta forma de intervenção diplomática nos seus três pilares (concertação político-diplomática, cooperação nos mais variados domínios e promoção e divulgação da Língua Portuguesa), porém, não obedecem a uma estratégia bem definida e o impacto que causam junto da opinião pública internacional e dos Estados-membros é ainda muito reduzido, apesar de crescente.

Este estado de coisas resulta de uma série de constrangimentos, onde pontificam a escassez de financiamento e o reduzido Orçamento da CPLP, bem como a falta de empenho na tradução da vontade política expressa dos Estados ou Governos em ações práticas, que condicionam toda a ação da Organização.

Assim sendo, apesar da noção da necessidade de desenvolver ações de DP para atingir-se os objetivos da Organização, a prioridade ainda é consolidar a mesma, visto que a CPLP continua a ser um projeto em fase de implementação.

Verificou-se um défice de ações de DP eficazes, com mensagens claras que alcancem a opinião pública internacional e a dos Estados-membros. Resultado, as pessoas não percebam bem o que é, ou para que serve a CPLP, fazendo com que se criem opiniões distorcidas sobre aquilo que a Organização deveria fazer e falsas expectativas em relação ao alcance dos objetivos da CPLP, assim como dos seus

recursos e competências.

De notar, que a CPLP é um espaço e um instrumento de ligação e de coesão dos seus Países e Povos. Não lhe compete resolver problemas concretos dentro dos Países-membros. Todavia, no espaço comunitário são muitos os que encararam (sobretudo a nível dos PALOP) o nascimento da CPLP como uma resposta para problemas nacionais específicos, relacionados com governabilidade, democratização e desenvolvimento sustentado. As grandes deceções em relação à CPLP resultam, em grande medida, de ideias distorcidas sobre as capacidades e alcance da própria Organização.

Como foi referenciado acima, a DP da CPLP não obedece a uma estratégia bem definida. Não possui uma planificação rigorosa e realista de acordo com os recursos com os quais a Organização pode efetivamente contar, nem objetivos concretos a atingir. As ações de DP da CPLP estão entretanto, presentes nos seus três pilares, com destaque para as ações que visam o reforço da democracia nos Estados-membros, a prevenção e resolução de conflitos, a adoção de posições comuns e a busca de apoios as suas iniciativas nas OI, a institucionalização dos estatutos de Observador Consultivo e Embaixador de Boa vontade, bem como a criação do cargo de Diretor para Ação Cultural, etc.; no estímulo ao reforço da cooperação multilateral nos mais diversos domínios, nas consultas, intercâmbios, trocas de experiência e colaboração daí resultantes, que por sua vez, facilitam e reforçam a cooperação bilateral entre os Estados-membros e, a nível internacional, dão projeção a Organização, criando ambiente favorável as ações promocionais da Língua Portuguesa que se vão levando a cabo.

Constatou-se, também, um esforço do Secretariado Executivo em, por sua própria iniciativa, desenvolver um conjunto de ações de DP como vista a promover a Organização, como a utilização das redes sociais na Internet, participação em feiras, exposições, programas de rádio e televisão, publicação de revistas, etc.. Na tentativa de contrariar os condicionalismos impostos pela escassez de recursos financeiros mas sem grande sucesso, visto que esta contrariedade põe em causa a expansão e a regularidade destas iniciativas, circunscrevendo-se, muitas delas, ao espaço territorial de Portugal.

Embora ainda tímido, regista-se algum impacto decorrente das ações de DP da CPLP, com destaque para o progresso em termos de aproximação as comunidades, particularmente as sociedades civis, fundamentalmente por via da criação do Estatuto Observador Consultivo, mas estes não têm desenvolvido um papel de multiplicadores da mensagem sobre a importância e utilidade da Organização junto das respetivas

opiniões públicas e governos, por falta de direcionamento neste sentido.

Há também evolução na projeção internacional da CPLP, em função de um esforço de cooperação desenvolvido junto de outras OI, levando a uma maior utilização e divulgação da Língua Portuguesa, sendo que hoje o português figura como língua de trabalho em diferentes OI, como a UA, SADC, OIT e UNESCO.

Entretanto, a crescente utilização do Português no Mundo não resulta unicamente do mérito da CPLP, enquanto organização multilateral, mas, sobretudo, do crescimento populacional e aumento da escolaridade nos países-membros, bem como do incremento das relações económicas internacionais de alguns desses países e da sua influência política nas regiões em que se inserem.

Quanto a repartição dos *dividendos* da DP da CPLP entre os Estados-membros, constatou-se que é feito de modo assimétrico, como de resto acontece em outras OI. A CPLP tem contribuído para reforçar o prestigio internacional e visibilidade externa dos Estados-membros de uma forma geral, mas sobretudo dos mais modestos, como S. Tomé, Guiné-Bissau ou Timor-Leste, sendo que em relação aos mais influentes (Brasil, Angola, Portugal), estes beneficiam de uma atuação em bloco em algumas situações, no panorama internacional, mas a recíproca também é verdadeira, ou seja, em função do prestígio que granjeiam a nível regional e internacionalmente, do potencial económico, militar, etc., estes países acabam beneficiando a Organização e facilitando a cooperação e a inserção desta em diferentes regiões do Mundo. Dito de outro modo, estes Estados (Brasil, Angola, Portugal) dão mais a Organização do que recebem dela.

A CPLP não é prioridade para a maioria dos Estados-membros, que estão inseridos em outras Organizações Regionais nas quais os seus interesses de Estado são melhor atendidos, sendo que para eles a participação nestas organizações é prioritária relativamente a Organização de Língua Portuguesa, de modo que não é prestada a devida atenção a última, o que depois reflete-se na pouca afetação de recursos e na não materialização ou ratificação interna dos acordos firmados em sede da CPLP, de tal sorte que muitos destes compromissos não passam de mera expressão de vontades dos Estados, contribuindo negativamente para toda ação da Organização e para o desfasamento que há entre esta e a população dos Estados-membros, condicionando, em última análise, também, a eficácia das ações de DP.

Verificou-se, ainda, que existem muitas potencialidades, a nível do espaço da CPLP e do espaço lusófono, que podem ser exploradas pela Organização para o desenvolvimento de uma DP profícua e eficaz, desde personalidades influentes

internacionalmente, atividades culturais regulares de impacto mundial, comunidades lusófonas espalhadas pelo Mundo e com capacidade de influência localmente. Porém, os condicionalismos presentes em toda a ação da CPLP não viabilizam nem estimulam a capitalização deste importante ativo em matéria de projeção e influência.

Por conseguinte, a guisa de recomendação, pode-se referir que a CPLP terá tanto mais reconhecimento interno e prestígio externo, quanto maior for a sua utilidade para os Estados-membros. Porém, inversamente, para que a CPLP possa vir a desempenhar um papel de relevo no apoio ao desenvolvimento dos Estados-membros, especialmente dos mais carenciados, será importante o reconhecimento internacional da Organização, a fim de que a CPLP possa, no conjunto dos seus órgãos e estruturas que a circundam, vir a constituir-se em parceiro importante das organizações multilaterais de apoio ao desenvolvimento, nomeadamente das agências das Nações Unidas, dos grandes doadores, dos doadores emergentes e das instituições multilaterais de financiamento, obtendo destes o necessário reconhecimento para que possa conquistar um espaço de ação, a par de outros parceiros importantes dos Estados-membros, na implementação das respetivas estratégias nacionais de redução da pobreza.

Por outro lado, a CPLP só poderá ter uma estratégia sustentável de DP ou garantir impacto real as iniciativas avulsas que vai levando a cabo neste domínio se, em primeiro lugar, os governos dos Estados-membros se esforçarem no sentido de uma maior integração na elaboração e gestão das políticas da Organização, e, a partir daí, se criar condições de financiamento e outras do fórum institucional, legislativo, material, etc., para a efetiva materialização das decisões que são adotadas em sede do mecanismo multilateral. A funcionalidade da CPLP deverá, assim, ser acompanhada por um esforço interno por parte dos Estados-membros que se devem dotar, todos, de estruturas operacionais de acompanhamento a Organização.

Em segundo lugar, as ações de DP da CPLP devem obedecer a objetivos concretos que definam claramente o que a CPLP pretende e o que é capaz de fazer: pretende-se construir um espaço comum dos que se exprimem em português? Pretende-se fortalecer a língua, na sua diversidade, e investir decididamente no ensino e na investigação? Em função destes objetivos, deve-se determinar as ações prioritárias em matérias de DP, como por exemplo: Aprofundar a aproximação entre universidades, promover o intercâmbio de estudantes, desenvolver uma comunidade científica orientada para as necessidades essenciais, etc.

Outrossim, o trabalho de divulgação da CPLP não pode estar apenas associado

ao seu Secretariado Executivo. As autoridades nacionais dos Estados-membros devem também contribuir ativamente para dar a conhecer a Organização junto dos seus cidadãos. Só com um discurso nacional empenhado na CPLP, pode a Organização penetrar de maneira mais sustentável nas audiências nacionais.

BIBLIOGRAFIA

BATORA, J. (2005). *Public Diplomatic in Small and Medium-Sized States: Norway and Canad.* Haya: Clindendael.

BEITZ, C. R. and HERMAN, T. (1973). *Peace and War*. San Francisco: W.H.Freeman and Company.

BERNARDINO, L. M. (2008a). *Estratégias de Intervenção em África. Uma Década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: Prefácio.

BERNARDINO, L. M. (2008b). "Segurança e Defesa na CPLP. Outras Perspectivas Novos Rumos". *Construindo a Comunidade, 7ª Cimeira dos Chefes de Estado da Comunidade de Países de Língua Portuguesa*, Secretariado Executivo da CPLP, Julho, pp. 16 – 47.

BERELSON, B., LAZARSFELD, P. and MCPHEE, W.(1954). *Voting*. Chicago: University of Chicago Press.

BLOOMFIELD, S (2012). Generation Lusophonia: why Portuguese is the new language of power and trade". *Monocle*, Vol. 6, pp 1-258.

BORJA, C. (2012). "A CPLP tem Provado o seu Valor". *CPLP Revista*, N.º1, pp. 22-23.

CALLIÈRRES, M. (1917). *De la Maniére de Negocier avec les Souverains, de l´utilité des Negotiations, du choix des Ambassadeurs & des Envoyez, & des Qualités Necessaires pour Reussir dans ces Employs*. Bruxelas: La Compagnie.

CALVET DE MAGALHÃES, V. (2005a). *Manual Diplomático*. (5ª Ed.) Lisboa: Bizâncio.

CALVET DE MAGALHÃES, V. (2005b). *A Diplomacia Pura*. Lisboa: Bizâncio.

CAMPOS, J. M. *et al*. (2010). *Organizações Internacionais.* (4ª Ed.). Coimbra: Coimbra Editora.

COELHO, P. M. (2012). "A CPLP e a Sociedade Civil: Caminhos Múltiplos". *CPLP*

Revista, N.º1, pp. 30-31.

COHEN, R. (2000). *Armana Diplomacy*. Baltimore: J. Hopkins University Press.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2006a). "A CPLP: O Que é e o Que Representa para o Mundo". *Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa*, 10 Anos da CPLP, pp. 52-111.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2006b). "Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (com revisões de São Tomé/2001, Brasilia/2002, Luanda/2005 e Bissau/2006)". *CPLP Organização*, Estatutos, pp. 1-15. URL: www.cplp.org [Acedido em 23 de Agosto de 2012].

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2006c). *"História da Instituição" Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa*, 10 Anos da CPLP, pp. 21-81.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2006d). *"Promoção e Difusão da Língua Portuguesa". Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa*, 10 Anos da CPLP, p.102.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2008)."Vitalidade e Dinamismo". *Construindo a Comunidade*, 12 Anos da CPLP, pp. 50-139.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2010). "Lauro Moreira Entrevista", *CPLP Revista*, Transcrição (entrevista concedida a Baguett Júnior e difundida no Programa Rostos da CPLP a 17 de Outubro 2009), pp. 3-12.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2011a). "Dia da Língua e da Cultura da CPLP", *CPLP Revista*, N.º 0, Julho, Setembro, pp. 32-35.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2011b). "CPLP Comemora 15º Aniversário Solidária na Diversidade", *CPLP Revista*, N.º 0, Julho, Setembro, pp. 6-8.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2011c). "*Plano Estratégico, Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres*" pp. 1-79. URL: www.cplp.org [Acedido em 27 de Agosto de 2012].

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2012a). "O Português na Assembleia Geral da ONU", *CPLP Revista*, N.º 1, Julho/Setembro, pp. 16-17.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2012b). "VII Jogos Desportivos da CPLP", *CPLP Revista*, N.º 1, Julho/Setembro, pp. 26-27.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2012c). "CPLP nas Escolas", *CPLP Revista*, N.º 1, Julho/Setembro, pp. 28-29.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2012d). "Missões de Observação Eleitoral da CPLP", *CPLP Revista*, N.º 1, Julho/Setembro, pp. 37-38.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2012e). "Proposta Aprovada do Orçamento da CPLP para o Ano de 2013". *CPLP*, 23 de Março, pp.1-11.

CRISTÓVÃO, F. *et. al.* (2005). *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores.

CRISTÓVÃO, F. (2008). *Da Lusitanidade à Lusofonia*. Coimbra: Almedina

CULL, N. J. (2009a). *Diplomacia Pública: Consideraciones Teoricas*. URL: http://www.apuntesinternacionales.cl/diplomacia-pu%CC%81blica-consideraciones-teo%CC%81ricas/ [acedido em 02 de Julho de 2012]

CULL, N. J. (2009b). *Public Diplomacy: Lessons From the Past*. Figueroa Press: Los Angeles.

DA SILVA, A (2003). *Textos Vários e Dispersos*. Lisboa: Âncora editora.

DAS NEVES, J. C. (2011). *Rituais de Entendimento. Teoria e Prática Diplomáticas. Apontamentos*. Lisboa: IDI – MNE.

DIAS, J. (1961). *Ensaios Etnológicos*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais.

DOS SANTOS, R. (2010). *O Soft Power Soviético. A Rádio Moscou na Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Ibtec.

DOS SANTOS, V. M. (2004). "Lusofonia e Projeção Estratégica. Portugal e a CPLP."

Nação e Defesa, N.º109, pp. 123-151.

DOS SANTOS, V. M. (2005). "Portugal, a CPLP e a Lusofonia. Reflexões sobre a Dimensão Cultural da Política Externa", *Negócios Estrangeiros*, N.º .º8, pp. 71-91.

FARIA, J. G. (2007). "As Organizações Internacionais de Hoje: de Onde e para Onde". *Negócios Estrangeiros*, N.º11.2, pp. 27-42.

FIGUEIREDO, R. e CERVILLINI, S. (1996).*O Que é a Opinião Pública*. S. Paulo: Brasiliense.

FLOR E ALMEIDA, M. R. (2003). "A Diplomacia Pública", *Negócios Estrangeiros*, N.º 6, pp. 61-72.

FONSECA, L. M. (2006). "A Aposta da CPLP", *Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa*, 10 Anos da CPLP, s/p.

FONSECA, L. M. (2008). "A CPLP nos Seus 12 Anos de Existência", *Construindo a Comunidade*, pp. 10-15.

FREIRE, G. (1963). *Novo Mundo nos Trópicos*. Lisboa. Livros do Brasil.

GILBOA, E. (2001) "Mass Communication and Diplomacy: A Theoretical Framework". *Journal of Communication Theory*. N.º3. Vol. 10. pp. 275-309.

HENRIKSON, A. (2004). "Niche Diplomacy in the World Public Arena: the Global Corners of Canada and Norway". *In* MELISSEN, J. (2005). *The New Public Diplomacy – Soft Power in International Relations*. Hampshire: Palgrave Macmillan, pp. 67-87.

HOCKING, B (2005). "Rethinking the New Public". *In* MELISSEN, J. (2005). *The New Public Diplomacy – Soft Power in International Relations*. Hampshire: Palgrave Macmillan, pp. 28-46.

LARANJEIRA, P. (1995). Amílcar Cabral sobre a Língua Portuguesa. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, *Universidade Aberta*, pp 405-408.

ILHARCO, A. (2006). "Tecnologia de Informação e Comunicação Para o Desenvolvimento". *Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa*, 10 Anos da CPLP, pp. 115 – 121.

IMPERIAL, J. A. (2006). "A CPLP e a Cooperação para o Desenvolvimento: em que medida a CPLP pode contribuir para o desenvolvimento dos Estados-membros. Um exemplo: Angola", Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade Técnica de Lisboa. Tese de Mestrado (Orientação: Adelino Torres). URL: http://www.adelinotorres.com/ [acedido em 23 de Agosto de 2012]

INSTITUTO INTERNACIONAL DE LÍNGUA PORTUGUESA (2012). "Proposta Aprovada do Orçamento para o Exercício do Ano Económico e Fiscal de 2013". *IILP*, 23 de Maio, pp.1-6.

KAPLAN, M. (1952). *Introduction to Diplomatic Strategic in World Politics*. New Y,ork: American Political Science Review.

KEOHANE, R. (1999). *Ideology and Professionalism in international institutions: insights from the work of Douglas C. North*. En J. Alt et al. (eds): Competition and Cooperation. Conversations with Nobelists about Economics and Political Science. New York: Russell Sage Fundation.

KISSINGER, H. (2007). *Diplomacia.* (3ª Ed.). Lisboa: Gradiva.

KURLANTZICK, J. (2005). "The Decline of American Soft Power". *Current History*. December, pp 419 -424.

KURLANTZICK, J. (2007). "Charm Offensive: How China's Soft Power is Transforming the World". New Haven: Yale University Press.

LAZARSFELD, P., BERELSON, B and GAUDET, H. (1944). "Administrative and Critical Communications Research". *Studies in Philosophy and Social Science*, n.º9, pp – 2-16.

LEITÃO, J (s/d). *Estudo sobre Cidadania e Circulação no Espaço da CPLP*. URL: www.cplp.org [acedido em 23 de Agosto de 2012].

LEONARD, M. (2002). *Public Diplomacy*. London: Foreign Policy Center.

LOPES, C. (2006). "A CPLP: Paradoxo Certo ou Futuro Incerto". *Pensar, Comunicar,*

MANNHEIM, J. B. (1994). *Strategic Public Diplomacy & American Foreign Policy*.

New York: Oxford.

MARGARIDO, A. (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses.* Lisboa: Livros Horizonte.

MARINI, M. (2008). *La Diplomacia Pública. Una Ocasion para Recontar la Argentina a los Italianos*. Roma: Ministero Affari Esteri – Universita per Stranieri de Perugia

MELISSEN, J. (2005). "The New Public Diplomacy: Between Theory an Pratice".*In* MELISSEN, J. (2005). *The New Public Diplomacy – Soft Power in International Relations*. Hampshire: Palgrave Macmillan, pp 3-27.

MICHALSKI, A (2005). "The EU as a soft power: the force of persuasion". *In* MELISSEN, J. (2005). *The New Public Diplomacy – Soft Power in International Relations*. Hampshire: Palgrave Macmillan, pp. 124-146.

MENDONÇA, A. S. C. (2009). "Diplomacia na Era da Informação e Gestão de Conhecimento", Departamento de Sistemas de Informação, Escola de Engenharia da Universidade do Minho. Tese de Mestrado (Orientação Isabel Maria Pinto Ramos, Guimarães). URL: www.repositorium.sdum.uminho.pt. [acedido em 12 Março de 2012]

MONGIARDIM, M. R. (2007). *Diplomacia.* Coimbra: Almedina.

MOREIRA, A. (2004) "A Diplomacia Pública", *Diplomacia e Diplomatas – Retratos, Cerimonias e Práticas*, pp. 11-17.

MOREIRA, A. (2008). *Teoria das Relações Internacionais.* (6ª Ed.). Almedina: Coimbra.

MORGENTHAU, H. (1978). Politcs Among Nations: The Struggle for Power and Peace. New York: Alfred A. Knopf.

NEVES, F. S. (2003). "Uma Questão de Estratégia Geopolítica". *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. URL: www.ciberdúvidas.com/lusofonias. [acedido em 08 de Abril de 2012]

NEVES, F. S. (2010). Teses sobre a Lusofonia. *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*.

URL: www.ciberdúvidas.com/lusofonias [acedido em 08 de Abril de 2012]

NIETO, A. (2008). "La Diplomacia Pública: Los Medios Informativos y la Cultura como Instrumentos de Política Exterior". *Estudos Politicos. Nºs 13-15, pp.149 – 163.*

NOYA, J. (2007). *Diplomacia Pública para El Siglo XXI*. Barcelona: Ariel.

NYAMBIR, J. C. (2012). "A CPLP e os Desafios Contemporâneos". *CPLP Revista*, N.º 1, Julho/Setembro, p. 10.

NYE, J. S. (2004). *Soft Power – The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (1945). "Carta das Nações Unidas". *In* Diário da República, N.º 117, Série I-A, mediante o Aviso N.º 66/91 de 22 de Maio de 1991. URL: http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm [acedido em 17 de Setembro de 2012].

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (1969). "Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados" *In* Diário da República, N.º 181, Série I-A, 7 de Agosto de 2003. URL: http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/Conv_Viena/Convencao_Viena_Dt_Tratados-1969-PT.htm [acedido em 12 de Setembro de 2012]

OVIAMIONAYI IYAMU, V. (2004). "Diplomacia Pública en la Bibliografia Actual". *Ambitos*, N.º 11-12, pags 215-136.

PEREIRA, D. S. (2011). In CPLP Revista: *Com 15 Anos que Comunidade Temos.* Lisboa, n.º0. pags 4-5.

PEREIRA, D. S. (2012). "*A CPLP é Única", CPLP Revista*, N.º 1, Julho/Setembro, pp. 4-5.

PESSOA, F. (1990). "*Livro do Desassossego".* Organização e fixação de inéditos de Teresa Sobral Cunha, Vol.II. Lisboa: Presença.

PESSOA, F. (1978) *"Mensagem"*. Lisboa: Ática.

PINTO, F. (2004). *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua*

Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades. Covilhã: Biblioteca Diplomática.

PINTO, F. (2009). *Estratégias da ou Para Lusofonia.* Prefácio: Lisboa.

PUC – RIO (2010). "Soft Power e Diplomacia Pública", *Maxwell* , N.º081, pp. 19 - 37.

QUEIROZ, C. (2009). *Direito Internacional e Relações Internacionais.* Coimbra: Coimbra Editora:

RADENOVIC, M.R. (2006). Opinião Pública Mundial: Formar ou Manipular, *Revista Prisma.com*, N.º 2, pp. 93-121 URL: http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/viewFile/614/pdf [acedido em 15 de Maio de 2012]

RAMOS,V (2006). "História da Instituição/Depoimento". *Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa*, 10 Anos da CPLP, pp.70-71.

REBELO, I. (2005). "Sobre a lusofonia, a CPLP e a Língua Portuguesa". Excerto da Entrevista prestada pelo Reitor da Universidade Lusófona Fernando Santos Neves, em Lisboa, a 23 de Março de 2005, para tese de doutoramento em Sociologia do Dr. José Pinto – 12.04.2005. In www.ciberdúvidas.com/lusofonias. Acedido em 08 de Abril de 2012.

RODRIGUEZ, A (2011). "Diplomacia Pública, Un Concepto entre Propaganda, Relaciones Públicas y Comunicación Estratégica".www.diplomacia-org. [acedido em 13 de Março de 2012]

SCHELLING, T. (1966). "Diplomacy of Violence". *War and Strife*, N.º 7, pp.240 – 247

SNOW, N. (2008). *Public Diplomacy and Strategic Communications*. New York: Routledge.

SOARES, J. T. (2006). In Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa: *CPLP - Dez Anos. Balanço e Desafios*. Lisboa. s/pag.

SEITENFUS, R. (1997). *Manual das Organizações Internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

SOCIEDADE DE AVALIAÇÃO DE EMPRESA E RISCO (2011). "A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental para Portugal". *In* Espaços Económicos e Geopolítica

SAER, Vol.11, N.º1, pp. 26-32.

SOUSA, F (2005). *Dicionário de Relações Internacionais.* (2ed) Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.

VAZ, H. (2008). "CPLP - Uma Visão de Futuro". *Construindo a Comunidade*, 12 Anos da CPLP, p. 140 - 145.

VYAS, U. (2008). "The Japan Fundation in China An Agent of Japan´s Soft Power?. *Electronic journal of contemporary japonese studies (Ejcjs)*, N. º5.

WOLF, C. e Rosen B. (2005). "Public Democracy: Lessons from King and Mandela", Policy Review, N.º133.

ANEXOS

ANEXO I – ANTÓNIO ILHARCO

(Assessor de Imprensa da CPLP. Entrevista realizada a 04/10/2012)

No séc. XXI é cada vez mais notória a influência da opinião pública na decisão dos Governos e das OI. Que tipo de ações a CPLP tem desenvolvido para divulgar as suas atividades junto da opinião pública dos seus Estados-membros?

R: A missão de dar reconhecimento e aumentar a notoriedade da CPLP tem continuado a pautar a estratégia de comunicação adotada entre a VIII CCEG (Cimeira de Chefes de Estado e de Governo), de Julho de 2010 e IX CCEG, de Julho de 2012. Apesar dos parcos recursos, o objectivo principal prendeu-se com a consolidação dos instrumentos e ferramentas actuais, ambicionando a dotação suplementar, no futuro, de ferramentas de comunicação para a componente comunicação institucional e a área das relações públicas/relações com os *media*. O Plano de Comunicação, para o biénio em causa, assentou em sete itens:

1. Comunicação On-line

Depois de em Julho de 2008 o Secretariado Executivo ter lançado uma nova ferramenta de gestão de conteúdos, dotando a comunicação institucional na Internet de um Portal, com Extranet, com capacidade infinita de criação de canais, mini-*sites* e colocação de elementos multimédia, a Assessoria de Imprensa versou a atividade no último ano no desenvolvimento de canais portal de diversos temas no âmbito da Cooperação.

O canal da Saúde, o canal da Segurança Alimentar, da Inspeção do Trabalho e do Centro de Formação Médica Especializada (CFME) da CPLP são alguns exemplos. O Portal CPLP está a beneficiar, igualmente, de um redesign, moderno, dinâmico e funcional. Todo o Portal CPLP está, a partir de Dezembro corrente, disponível nos telefones móveis, em virtude da ativação da *CPLP Mobile*. Acresce que, no âmbito da leitura de documentos on-line, o Portal CPLP será alavancado com a implementação da funcionalidade i-paper.

O acesso ao Portal da CPLP, desde a sua criação, atingiu o seu pico no mês de Julho de 2010[138], tendo como base o intervalo de tempo entre Agosto de 2006 e Julho de

[138] No último ano, o maior nº de acessos/visitantes únicos verificou-se em Abril de 2012. Na totalidade do ano, o nº de visitantes representou mais de 14 por cento do total dos 12 meses imediatamente precedentes.

2012. Nos últimos seis anos, a tendência diária de acessos às páginas eletrónicas da CPLP tem vindo a crescer mensalmente, o que comprova o crescente interesse dos utilizadores da Internet em questões da organização e permite continuar a apostar no retorno dos investimentos realizados neste segmento da Comunicação. Esta conclusão é confirmada pelas tendências do Google, que manifestam um crescimento sustentado e consolidado do volume de pesquisas sobre a CPLP, bem como do número de notícias veiculadas na Internet sobre a Organização.

A entrada da CPLP nas Redes Sociais horizontais ocorreu em Junho de 2011, acreditando que a presença eficaz nestes canais pode representar um forte contributo para a concretização dos objetivos de comunicação e marketing definidos para a marca CPLP, uma vez que tem o potencial de atingir grandes volumes de utilizadores. Para penetrar nestas estruturas sociais na Internet em que os utilizadores são ligados por relações de interdependência com base em valores, ideais, gostos, práticas, entre outros, começou-se por lançar um canal repositório de fotos e um outro de vídeo nos portais Sapo.ao, Sapo.cv, Sapo.mz, Sapo.pt e Sapo.tl, para além colocar os mesmos conteúdos na plataforma YouTube – sendo que todos estes canais beneficiaram da adoção de uma imagem institucional da CPLP.

Uma vez que as redes sociais horizontais são transversais a todos os espectros sociais, económicos, demográficos, religiosos, entre outros, e são os próprios utilizadores que fruto da sua interação vão definindo subgrupos e sub-comunidades, a CPLP entrou no *Facebook* também com um *design* próprio para ampliar a divulgação dos conteúdos institucionais naquela que é, atualmente, a principal rede social horizontal, um dos *sites* mais utilizados a nível planetário.

2. Relações com os Órgãos de Comunicação Social

As notícias sobre a CPLP nos Órgãos de Comunicação Social (OCS) na Internet têm vindo a aumentar exponencialmente à escala global, de acordo com a monitorização do Google. A marca CPLP tem verificado, desde há seis anos, uma visibilidade e reconhecimento superior à "Lusofonia" e similar à "Francophonie", uma organização de base linguística francesa com mais recursos financeiros e humanos.

Em relação às notícias CPLP veiculadas nos OCS e em outros meios, a Assessoria de Comunicação efetuou, entre Julho de 2010 e Junho de 2012, com o Secretariado Executivo – Secretário Executivo, Diretor-geral e Assessores – algumas entrevistas separadas com jornalistas da Agência Lusa, RDP África/RDP Internacional,

Jornal Hoje Macau, Jornal Ponto Final, Jornal Tribuna de Macau, TDM TV, Rádio Macau, Jornal Mundo Português, Jornal de Angola, O País (Angola), Revista Diplomática, Expresso, Diário de Noticias, Diário Económico, SOL, Público, País Positivo, País Económico, RTP África, TV Cabo Verde, RTGB e Diário de Bissau, Financial Times, RFI, BBC, Rádio Bombolom, Macau Daily (em chinês), Farmácia Distribuição, RTP2, Revista da Qualidade, Revista Pontos de Vista, Agência EFE, entre outros.

Foram prestadas declarações em diversos momentos, veiculadas informações e realizadas reportagens ou outros trabalhos na RDP ÁFRICA, ANTENA1, Rádio ONU, Rádio Voz da América, BBC, Rádio Renascença (RR), RTP1, RTP2, RTPN, TVI, SIC, SIC Noticias, TVM, TPA, TVS, RTTL, TV ZIMBO, África 21, Lusa TV, TCV, TSF, RTP África, RFI, Rádio Pindjuguiti, Rádio Bombolom, Isto é, Veja, Última Hora, Sapo Noticias, Lusa, Correio da Manhã, DWE, ANGOP, Reuters, Pravda, Voz da Rússia, Noticias de Moçambique, Agência Brasil, Diário Digital, Portugal Digital, Diário Económico, Expresso, SOL, DN, A Semana, Jornal de Angola, Liberal, Expresso das Ilhas, a Nação, Jornal de Noticias, Jornal de Negócios, Diário Económico, O Estado de São Paulo, Folha, Jornal Mundo Lusíada, PanaPress e Interpress, Revista Diplomática, O País (Angola), Novo Jornal, África 21, Agência EFE, El País, Le Monde Diplomatique, O País (Moçambique), Foreign Policy, FT e Monocle, entre outros órgãos de comunicação social.

O controlo de notícias e posterior envio da resenha de imprensa ainda só é possível de efetuar com base no publicado em Portugal, derivado aos constrangimentos financeiros que impossibilitam a contratação de uma agência de recortes diários de imprensa nos demais países da CPLP. As notícias sobre a Lusofonia e os PALOP continuaram, igualmente, a ser monitorizadas e arquivadas.

No âmbito da ativação de ferramentas, o envio da Resenha de Imprensa (apenas a meios de Portugal) para uma lista restrita está ativo desde Julho de 2006. Em Abril de 2010, iniciou-se a cobertura por esta Resenha de Imprensa dos boletins noticiosos em *prime-time* de alguns suportes portugueses de TV e Rádio. Desde 2006, começou a ser efetuada a monitorização do retorno das notícias e o controlo qualitativo e temático – este retorno demonstra a continuidade do crescimento do interesse na CPLP, quer em quantidade de notícias referentes à CPLP, quer na quantidade de vezes que o Espaço da organização é referenciado. Esta tendência de aumento de visibilidade é verificável tanto ao nível quantitativo, como no carácter qualitativo. Desde esta altura, o retorno de

comunicação da CPLP, enquanto medida de exposição/visibilidade, tem vindo a crescer a uma razão superior a 15 por cento ao ano.

No âmbito das atividades da CPLP, a Assessoria de Imprensa participou ainda em eventos com os OCS no âmbito das viagens oficiais do SE CPLP, na promoção de reuniões e eventos dos órgãos da CPLP organizados pelos aparelhos públicos dos Estados-membros ou por este Secretariado. Igualmente, o Secretariado Executivo tem vindo a conceder apoio na promoção a todos os eventos elegíveis organizados por entidades da Sociedade Civil que atuem sob a égide da CPLP ou que desenvolvam determinadas ações, uma panóplia de acontecimentos que podem ser verificados em www.cplp.org. Este apoio tem sido consubstanciado na publicação de memorandos e notas informativas no portal da CPLP, assim como nas informações prestadas aos OCS, estando os pedidos de promoção de eventos através desta assessoria a crescer exponencialmente.

3. Suportes de Comunicação

Em Setembro de 2010, elaborou-se, de acordo com um plano de comunicação prévio, todos os materiais promocionais do CFME (Centro de Formação Médica Especializada) CPLP para serem distribuídos na cerimónia de lançamento, em eventos, feiras e exposições. De igual forma, conceberam-se produtos de comunicação estáticos e estacionários para decorar o CFME com imagem própria e, em Junho de 2010, lançou-se a página internet. Foi, ainda, efetuado um documentário cuja distribuição será efetuada em DVD;

Foi publicado um encarte comemorativo do "Dia 5 de Maio, Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP" com o jornal Le Monde Diplomatique, em Maio de 2010, com o rescaldo da VIII CCEG e artigos dos embaixadores dos EM (Estados-membros), bem como uma entrevista ao SE (Secretário Executivo). Em 2011, as atividades centraram-se na promoção dos eventos públicos juntos aos Media e nas redes sociais;

O Secretariado Executivo encetou em Julho de 2010 a produção de um documentário sobre o atual mandato emanado pela VIII CCEG, tendo recolhido depoimentos. Este documento audiovisual institucional foi produzido em DVD para distribuição a partir de Julho de 2011;

O Secretariado Executivo da CPLP distribuiu, na 3ª Edição dos Dias do Desenvolvimento, em Maio de 2010, um DVD intitulado "Saúde na CPLP", bem como

o livro com o mesmo nome, duas publicações promotoras do PECS (Plano Estratégico de Cooperação e Saúde) CPLP 2009/2012;

O Secretariado Executivo da CPLP lançou, em Julho de 2011, a publicação "CPLP Revista", uma edição institucional que pretende promover o trabalho efetuado pelos órgãos da CPLP, bem como as atividades realizadas pelas organizações da Sociedade Civil debaixo do seu chapéu institucional. Esta publicação, que terá ainda uma parte dedicada aos aspetos culturais dos nossos EM, terá uma tiragem trimestral de 10.000 exemplares a ser distribuída enquanto material promocional em eventos e acontecimentos, na aviação executiva com partida de Lisboa e destino aos demais EM da CPLP;

No âmbito do processo de adesão da Guiné Equatorial, esta assessoria esboçou um projeto de plano de comunicação que poderá servir de base para promover uma opinião favorável;

Para distribuição na IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo, foi produzido um novo número da "Revista CPLP";

No âmbito das cerimónias da inauguração da Sede, produziram-se materiais promocionais à laia de brinde e elementos visuais estáticos para decoração do novo edifício;

No âmbito das cerimónias de inauguração da sede da CPLP, esta assessoria definiu ainda as artes cénicas dos espetáculos associados;

Em Julho de 2012, lançou-se a compilação de documentários institucionais denominados "Construindo a Comunidade", composto por oito documentos audiovisuais, onde se inclui um resumo das cerimónias de inauguração da Sede;

Presença em Feiras, Exposições e Eventos

Expo-língua: A CPLP esteve de novo presente na Expo-língua em 2010, o principal certame de Culturas e Línguas em Portugal. De 3 a 5 de Novembro de 2010, no Centro de Congressos de Lisboa, o Convidado de Honra nesta edição foi a União Europeia, sendo que foi dado especial destaque à diversidade linguística e cultural da Europa, onde a Língua Portuguesa é um dos idiomas oficiais. No dia inaugural deste salão internacional de Línguas e Culturas mais de dois mil estudantes e professores visitaram o expositor da CPLP, interessando-se pela organização e pela diversidade cultural dos Estados-membros, unidos pela mesma Língua.

Dias do Desenvolvimento: O SE (Secretariado Executivo) CPLP participou, também, na 4ª Edição dos Dias do Desenvolvimento, em Lisboa. No *stand*, dotado com

a imagem institucional pura, foram distribuídos diversos suportes de comunicação. A CPLP promoveu, ainda, uma sessão pública de exibição dos documentários institucionais "Saúde na CPLP" e "Pela Língua".

DOC Lisboa: A CPLP concedeu o seu apoio institucional ao DocLisboa de 2010, 2011 e 2012. Ao longo de onze dias, em 2010, o Doclisboa - Festival Internacional de Cinema reuniu em 10 salas de cinema de Lisboa, o melhor cinema documental que se faz pelo mundo, atraindo cerca de 37.000 espectadores, que assistiram à apresentação de 203 filmes e participaram nos 80 debates subsequentes. Foi criado e atribuído o Prémio Melhor Curta-metragem na Competição Portuguesa – Prémio CPLP. Em 2011, na IX Edição do Festival Internacional de Cinema – DocLisboa, o apoio institucional e financeiro ao evento foi visível na Culturgest, na Cinemateca, no Cinema São Jorge e no Teatro do Bairro Alto (para workshops), tendo-se ainda perspetivado a realização de um Ciclo I DOCTV-CPLP - exibição dos nove documentários resultantes do I DOCTV-CPLP. O DocLisboa 2012 versou a mesma estratégia de visibilidade, tendo sido atribuído o Prémio CPLP à melhor longa-metragem originária de artistas dos países de Língua Portuguesa.

Momento CPLP: De entre outros eventos institucionais onde a Assessoria de Imprensa esteve diretamente envolvida, realça-se o "II Momento CPLP em Bissau", em 2010. O "Momento CPLP" é a designação criada para os eventos multidisciplinares que a CPLP já realizou em São Tomé (Outubro 2009) e em Bissau (Dezembro 2009 e Dezembro de 2010). Nesta matéria, para criar espaços de aquisição de conhecimento mútuo durante o período dos eventos, o Secretariado Executivo e as autoridades dos países em causa desenvolveram programa diversos, que contemplaram eventos culturais, desportivos e científicos, ao mesmo tempo que se organizaram iniciativas para debater estratégias de cooperação para o desenvolvimento nos sectores da Educação, da Saúde, da Economia, entre outros, no espaço da Comunidade. Para além das relações com os *Media*, esta assessoria formatou anúncios de televisão e rádio, panfletos, painéis, lonas e t-shirts com a imagem deste "Momento CPLP.

O "Dia da Língua Portuguesa e da Cultura" decorreu em Maio corrente, tendo o Secretariado Executivo, nas cerimónias em Lisboa, em 2011 e 2012, em matéria de comunicação, coordenado a distribuição de panfletos, encartes, painéis e contactos com os OCS.

O VI Encontro de Museus teve lugar a 26 e 27 de Setembro de 2011, em Lisboa, no Museu do Oriente. Organizado pela Comissão Nacional Portuguesa do ICOM

(ICOM-PT), em parceria com a Fundação Oriente, a CPLP e a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), estabeleceram-se como principais objectivos incentivar e aprofundar a troca de experiências e o estabelecimento regular de parcerias entre profissionais e museus em países e comunidades de língua portuguesa e potenciar a sua afirmação no seio do ICOM. O Assessor de Imprensa integrou a comissão organizadora.

No âmbito das cerimónias de inauguração da sede da CPLP, esta assessoria organizou o Jantar Comemorativo, a convocação e os procedimentos de *media*, tendo articulado ainda as artes cénicas e os guiões, na vertente institucional, dos espetáculos associados.

4. Media para o Desenvolvimento

O Secretariado Executivo, a Comissão Nacional da Unesco de Portugal, a Unesco e o Gabinete de Coordenação da Luta contra a SIDA de Portugal estão a ultimar o projeto de formação de jornalistas sobre HIV/Sida, que contempla a realização de uma ação de capacitação jornalística nesta epidemia.

Esta vertente não é nova. Já em biénios anteriores, o Secretário Executivo participou e interveio no Fórum "Os Meios de Comunicação Social e o Desenvolvimento", em Setembro de 2008, no Burkina Faso. Este evento surgiu no quadro da Parceria estratégica conjunta UE-UA adoptada na Cimeira Europa-África de 2007 e contou com o apoio institucional da CPLP. Acresce que**,** o Secretariado Executivo da CPLP, a Comissão Nacional da UNESCO em Portugal, o Gabinete para os Meios de Comunicação Social de Portugal (GMCS) e o Centro Protocolar de Formação Profissional de Jornalismo (CENJOR) organizaram um "Seminário de Jornalismo Eleitoral – Cobertura jornalística de eleições", de 4 a 9 de Junho de 2009, em Lisboa. Tendo como destinatários dois (2) jornalistas de cada um dos países africanos membros da CPLP. Esta capacitação em cobertura jornalística de eleições desenvolveu-se através de um programa intensivo ministrado no CENJOR, culminado com o acompanhamento de ações de encerramento da campanha e com a cobertura do ato eleitoral das Eleições Europeias.

Este seminário teve como objetivos específicos**: c**apacitar/renovar os conhecimentos dos jornalistas participantes em matéria das disciplinas fundamentais para o bom cumprimento da função da Comunicação Social;

Capacitar os jornalistas em observação eleitoral, procurando garantir o relato fidedigno do sufrágio, na sua expressão livre e genuína do sentido do voto.

Os participantes no seminário – jornalistas do Jornal de Angola, Rádio de Cabo Verde (RCV), Televisão de Cabo Verde (RTC), Televisão da Guiné Bissau (TVGB), Jornal Nô Pintcha, Jornal "O País" de Moçambique, Televisão de Moçambique (TVM), RTP África e Televisão de S.Tomé e Príncipe (TVS) - acompanharam as eleições europeias, beneficiando de uma formação profissional específica e concentrando os seus esforços na observação do ato eleitoral europeu e na sua conformidade com o quadro legal e com os procedimentos definidos pelas autoridades constitucionais.

Na 66ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, a Assessoria de Imprensa do SE CPLP reuniu com o departamento de língua portuguesa da Rádio ONU, com o qual estabeleceu a intenção de executar no curto prazo, se possível, três projectos, dando desta forma mais substância ao acordo de cooperação cultural e jornalístico firmado entre o então Secretário Executivo, Luís Fonseca (2008), e o diretor da Divisão de Notícias e Media da ONU, Ahmad Fawzi, em Abril, em Nova Iorque. Em primeiro lugar, fixou-se o interesse em desenvolver, sob coordenação editorial do SE CPLP e reportagem da Rádio ONU, dois documentários (um áudio e um vídeo) sobre a Estratégia da CPLP para os Oceanos.

Em segundo lugar, com o objetivo de promover a troca de conteúdos, de facilitar a informação relativamente ao que se passa na nossa comunidade para que ela seja transmitida pelos órgãos das Nações Unidas e, também, para proporcionar aos cidadãos lusófonos uma maior circulação de informações sobre esta organização internacional, fixou-se com a Rádio ONU a possibilidade de transmissão de peças/reportagens de rádio efetuadas por esta Assessoria de Imprensa da CPLP naquele meio das Nações Unidas, incluindo-se a criação de um canal rádio no Portal da CPLP - projeto atualmente em fase de elaboração.

Em terceiro lugar, foi comunicado à AI (Assessoria de Imprensa) do SE CPLP o fim do programa de estágios para jovens jornalistas de Língua Portuguesa na Rádio ONU. Nesta matéria, foi identificada a necessidade premente de captar fundos para financiar um correspondente/colaborador em Língua Portuguesa em Genebra e para o subsídio de um estágio na sede em Nova Iorque. O SE CPLP e a Rádio ONU alinharam, ainda, as colaborações futuras desta divisão das Nações Unidas nos produtos de comunicação da CPLP, nomeadamente, na "Revista CPLP".

5. DOCTV CPLP

A Assessoria de Imprensa do Secretariado Executivo da CPLP está a acompanhar o projecto DOCTV CPLP, tendo vindo a cooperar na sua promoção junto aos Media e ao Público em geral, disponibilizando informações no canal próprio criado no Portal CPLP.

6. Novas Ferramentas de Comunicação

O Secretariado Executivo desenvolveu uma proposta de projecto de reforço da visibilidade da Cooperação, assente no Audiovisual, aprovada em 2012 e cuja operacionalização está actualmente em curso. O objetivo global é aumentar a divulgação das atividades de cooperação da CPLP bem como, subsidiariamente, dos restantes órgãos estatutários da Comunidade, contemplando a aquisição de instrumentos de comunicação audiovisual e a disseminação dos conteúdos por eles produzidos com a máxima cobertura geográfica, dando resposta às preocupações levantadas na XXIV Reunião de Pontos Focais de Cooperação (RPFC) e ratificadas pela 151ª Reunião do Comité de Concertação Permanente da CPLP.

Os objetivos específicos são: registar em vídeo e transmitir ao vivo as sessões de abertura, encerramento e conferências de imprensa dos órgãos da CPLP; produzir conteúdos institucionais temáticos de qualidade e promover o amplo acesso a estes conteúdos pelos cidadãos dos Estados-membros através da sua visualização no Portal da CPLP e nas redes sociais; recolha no terreno de acervo audiovisual sobre os projetos de cooperação da CPLP e atividades conexas, desde que contemplados no âmbito do orçamento proposto pela presente proposta; desenvolver um espaço virtual de acesso às imagens registadas (um servidor residente no SE CPLP), sendo que o SE CPLP vai estabelecer contactos com todas as entidades elegíveis, ou seja, com Televisões Públicas e Privadas, do espaço intra-CPLP e extra-CPLP, e ainda com as webtv de referência na Internet, para informar da possibilidade de efetuar o descarregamento dos conteúdos institucionais supracitados e da sua livre utilização e consequente disseminação.

Mas igualmente, transmitir ao vivo pela Internet todos os eventos elegíveis realizados na sede da CPLP ou em outro local, desde que existam condições de acesso à Internet e os mesmos se insiram no âmbito do orçamento proposto pela presente proposta; produzir anúncios (spot) promocionais da atividade de Cooperação da CPLP;

fortalecer as ligações com a Sociedade Civil, uma vez que a sua associação às atividades de Cooperação da CPLP vai beneficiar de um grau de alavancagem mediática devido à disseminação de conteúdos audiovisuais registados pelo SE CPLP no evento/atividade; e atrair atenções para a concretização de projetos de Cooperação, através da produção sistemática de conteúdos.

E no âmbito internacional em prol de uma imagem positiva da organização? A DP da CPLP tem conseguido influir nos processos de decisão de Estados e Organizações a favor da causa e dos objetivos da comunidade lusófona?

R: A atuação da CPLP referida no ponto anterior atinge as populações lusófonas fora das suas fronteiras uma vez que os OCS estrangeiros em língua portuguesa são sempre contemplados na habitual divulgação. De igual forma, os OCS em língua estrangeira são quotidianamente informados das atividades da CPLP, uma organização que não é desconhecida do dito público "culto/informado". Um bom exemplo foi a edição esclarecedora da publicação britânica Monocle, de Outubro de 2012, subordinada ao tema "Porque é o Português a nova Língua do Poder e dos Negócios". Dois bons exemplos foram a atuação concertada (em português, inglês e francês) associada à promoção da Estratégia de Segurança Alimentar da CPLP (em 2011/2012) e da Saúde (PECS-CPLP, 2009), duas estratégias reveladoras de um consenso internacional sobre o seu sucesso.

Concorda que a "imagem" da CPLP (do todo) reflete a "imagem" conjunta dos seus Estados-membros (das partes)?

R: Sim. A CPLP reflete, naturalmente, o estágio de desenvolvimento dos seus Estados-membros, tanto na definição de políticas de atuação, como na sustentabilidade financeira dos projetos.

3. O discurso político traduz-se em ações ou, pelo contrário, contribui de modo significativo para que a organização não chegue efetivamente às pessoas?

R: Os países da CPLP possuem em comum uma língua, unificada por um Acordo Ortográfico, uma extensa base cultural, mais de quinhentos anos de história partilhada e quase quinze anos de cooperação e concertação multilateral. As vastas áreas oceânicas sob as respetivas jurisdições dos Estados-membros prometem recursos importantes para a estabilidade futura dos países, para o fortalecimento das suas

relações e para uma estratégia de segurança internacional. O mar, os recursos marítimos e a Estratégia para os Oceanos da CPLP auguram todo o sentido para os seus Estados-membros neste século XXI. A concertação política diplomática ao nível da CPLP foi visível na eleição de Portugal para membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, em detrimento do Canadá, e do favoritismo brasileiro para um lugar permanente em 2012.

Os países da CPLP estão geograficamente dispersos. Como tal, pertencem a diferentes espaços de integração regional e podem servir de porta de entrada no Mercosul, na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e, em princípio, na ASEAN. Em mais de trinta e cinco capitais do mundo, o grupo de embaixadores residentes tem vindo a reunir-se regularmente. A visibilidade da CPLP tem aumentado, diretamente correlacionada com a sua capacidade de intervenção e influência nos Estados-membros e, também, com os seus progressos enquanto grupo em vários domínios, de que são exemplo os exercícios militares "Felino".

A atual existência de cerca de cem redes CPLP da sociedade civil em diversos domínios, os avanços na cidadania e circulação de pessoas apesar dos limites impostos pelos espaços de integração regional, a construção do Estado de Direito Democrático, a cooperação na Educação, a defesa e promoção da língua portuguesa no mundo, e a possível coordenação estratégica de políticas entre os países acabará por impulsionar o conhecimento mútuo, gerador de confiança e potenciador de novos mercados.

Os Estados-membros, pelo trabalho da CPLP, têm vindo a aumentar a capacidade dos seus aparelhos públicos. A vertente económica começou, há dois anos, a ser consubstanciada, podendo os Estados-membros da CPLP obter alternativas importantes para as suas Economias e deter vantagens políticas comparativas no diálogo com alguns atores internacionais face aos demais países extra CPLP.

Face ao que precede, o trabalho de divulgação da CPLP não pode estar definitivamente associado à divulgação apenas pelo seu Secretariado Executivo. As autoridades nacionais dos Estados-membros devem ser os primeiros a incluir a CPLP nas suas prioridades e a darem a conhecer esse facto aos seus cidadãos. Só com um discurso nacional empenhado na CPLP, pode a organização penetrar de maneira mais sustentável nas audiências nacionais.

Como reage às críticas segundo as quais a CPLP não tem capacidade mobilizadora, que "não chega às pessoas" e que as comunidades lusófonas desconhecem as suas atividades?

R: A CPLP é sobejamente conhecida nos públicos ditos "cultos/informados", dentro e fora das suas fronteiras, pecando no reconhecimento aprofundado pelas populações em geral uma vez que as suas atividades não são cronicamente direcionadas/sentidas para estes públicos. Honrosas exceções são a notoriedade da CPLP, por exemplo, na Guiné Equatorial (Estado interessado em aderir à CPLP) e na Guiné-Bissau (Estado-membro onde a atuação da CPLP se faz sentir no dia-a-dia devido à instabilidade política que o país tem vivido).

Se concorda, quais os fatores que poderão estar na génese do desfasamento entre instituição/populações?

R: As populações classificadas como público-em-geral sentem/conhecem melhor as instituições que influenciam o seu quotidiano, como por exemplo as instituições que as governam e as organizações regionais e sub-regionais que impõem diretrizes balizadoras da sua vida em sociedade. A CPLP, pelas suas características de organização de cooperação entre Estados e de concertação politica e diplomática, acaba por ser mais conhecida pelo público-em-geral apenas nos países em que desenvolve projetos sentidos/direcionados à população, como é exemplo a Guiné-Bissau ou mesmo São Tomé e Príncipe, países membros com projetos direcionados à intervenção/capacitação de cidadãos comuns e não apenas de funcionários públicos. A criação da Direção de Acão Cultural e Língua Portuguesa, ocorrida em 2011 no Secretariado Executivo, veio trazer uma nova dimensão para aproximação ao cidadão comum, cujos efeitos devem ser visíveis brevemente.

Todos os Estados-membros da CPLP têm hoje laços com importantes comunidades de emigrantes e descendentes de emigrantes, em quase todos os países e em todos os continentes. Como tem sido aproveitado este potencial no capítulo da promoção da organização e da língua portuguesa em particular?

R: Os órgãos de comunicação social detidos/direcionados para as comunidades emigrantes oriundas dos países da CPLP radicada em Estados estrangeiros são

habitualmente informados das atividades da CPLP. Pela falta de recursos financeiros necessários para colmatar distâncias geográficas não é possível efetuar quaisquer outras iniciativas.

«A opinião pública é um fator que pode influenciar poderosamente o caminho a seguir e, bem assim, o ritmo com que pode avançar. O envolvimento dos artistas, cientistas, pensadores, políticos, jornalistas e outros formadores de opinião no debate e na reflexão sobre os caminhos da CPLP é, pois, fundamental para criação de uma opinião pública favorável.» (Luís Fonseca, 2006, In CPLP: Pensar, Comunicar, Atuar em Língua Portuguesa, s/p.)

Comente a afirmação seguinte tendo em conta a realidade atual da CPLP

R: É um facto. A CPLP tem, sob o seu "chapéu", cerca de uma centena de associações profissionais constituídas, como é um bom exemplo a Federação dos Jornalistas de Língua Portuguesa, criada com o apoio institucional em 2010. Estas redes de profissionais nos mais diversos domínios já estão a realizar reflexões e a apropriar-se da Comunidade, indicando caminhos concretos para otimizar a atuação sectorial.

Realça-se, porém, que muitas destas iniciativas, quer contem com apoio interno do Secretariado Executivo quer sejam da exclusiva responsabilidade das entidades externas, envolvem a elaboração de um projeto e a disponibilidade efetiva de recursos humanos e materiais. A influência direta deste Secretariado Executivo junto a formadores de opinião está, grosso modo, limitada pela inexistência de recursos financeiros.

De acordo com a Declaração Final do Fórum da Comunicação, realizado à margem da Cimeira Constitutiva da CPLP, em 1996, considerou-se pertinente realçar "o papel insubstituível que os meios de comunicação, em particular os nacionais, têm na consagração da nova Comunidade em cada país e nas respectivas diásporas e na sua afirmação no contexto da aldeia global". Nesta data, ao nível das agências noticiosas, foi criado um procedimento de partilha de conteúdos entre as agências dos Sete na altura. (ANGOP, RAIOBRAS, CABOPRESS (agora denominada Interpress), ANG, AIM, LUSA e STPPRESS) para fazer circular livremente a informação entre as agências, cooperar no plano técnico, na formação profissional e nas redes de telecomunicações.

A promoção do diálogo e da diversidade cultural nos países da CPLP foram os

objectivos do projecto de criação de uma plataforma de partilha entre televisões públicas de países de língua portuguesa. A mesa-redonda decorreu de 5 a 7 de Março de 2007, em Lisboa. Organizada pela CPLP, pela UNESCO, pela Comissão Nacional de Portugal da UNESCO e com o apoio do Instituto de Comunicação Social, reuniu responsáveis das televisões de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé Príncipe e Timor-Leste.

O Secretariado Executivo da CPLP lançou ainda um desafio para o futuro: a criação de um serviço televisivo comum que abranja toda a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e possa ser veículo de imagem dos Estados-membros e voz dos seus cidadãos nas diásporas e no Mundo.

Nesta mesa-redonda, os Órgãos Públicos de Televisão (OPTV) reafirmaram e reforçaram o compromisso para uma colaboração multilateral. Não descurando o que já foi realizado desde 1996, os OPTV decidiram utilizar com maior frequência a estrutura da Net RTP (serviço Up-link) para partilharem conteúdos, tendo-se identificado a necessidade de criação de um ponto focal de contacto para optimizar a capacidade tecnológica deste canal por satélite. Igualmente, foi evidenciada a necessidade do reforço da capacidade técnica e editorial, da existência de um aumento de partilha de conteúdos entre os OPTV dos países da CPLP, e directamente entre cada um dos diferentes Operadores Públicos de Televisão, com base na experiência e infra-estrutura disponibilizada pela RTP.

Que balanço se pode fazer das iniciativas da CPLP nestes domínios?

R: O projeto de uma televisão da CPLP continua uma das prioridades, porém difícil de concretizar devido às necessidades financeiras associadas. Porém, para intensificar as plataformas de disseminação de conhecimento mútuo, o Secretário Executivo Murade Murargy reuniu, em Outubro de 2012, com representantes das agências Lusa, Angop e Inforpress. As agências noticiosas de língua portuguesa, com alcance global, lançaram as bases para a criação de uma plataforma de informação conjunta, numa decisão resultante da quinta assembleia-geral da Aliança das Agências de Informação de Língua Portuguesa (ALP), em Setembro de 2012. Esta iniciativa vai, com certeza, alavancar exponencialmente o conhecimento mútuo das realidades nacionais e a apropriação dos objetivos da CPLP.

Muitas vezes a falta de visibilidade da CPLP é justificada com a falta de recursos que gera um círculo vicioso, ou seja, sem recursos não há visibilidade e sem visibilidade não existirá a necessária afetação de recursos. Concorda?

R: Parcialmente. A visibilidade da CPLP tem crescido a uma taxa muito superior às dotações orçamentais anuais, sendo que o reconhecimento/notoriedade advém do trabalho da organização e não de reforços financeiros. O acréscimo orçamental iria permitir desenvolver novos projetos, ampliando o alcance da divulgação e alavancando a visibilidade.

«Investir em novas tecnologias nos Estados-membros da CPLP assumiu-se como o objectivo primordial da Comunidade mais acentuadamente desde o ano 2000. Foi no início do Terceiro Milénio que a CPLP e a UNESCO assinaram um acordo de cooperação nos domínios da Educação, Cultura, Comunicação, Ciência e Tecnologia, sendo também parceiros na promoção da diversidade cultural, da tolerância, do diálogo e na cooperação.» (Ilharco, A., 2006, p.115).

Qual é o grau de implementação deste acordo na atualidade?

R: A cooperação com a Unesco tem-se desenvolvido a um bom ritmo, destacando-se a associação às Comemorações do Dia da Língua Portuguesa, a 5 de Maio, e outros projetos como as formações de jornalistas em HIV/SIDA, em jornalismo de observação eleitoral e na concretização de plataformas de partilha de conteúdos como instrumento de disseminação de conhecimento mútuo, da qual foi exemplo o encontro de plataformas de partilha entre OPTV, em 2007.

Qual a viabilidade de se criar um Departamento de DP na CPLP (a nível do Secretariado), para implementar e conduzir diretamente a estratégia comunicacional e de promoção da imagem da organização?

R: Não creio ser necessária. A CPLP deverá começar por reforçar o seu departamento de Comunicação, exíguo em recursos financeiros e humanos, tendo como prioridade principal a comunicação intra Estados-membros. A DP, enquanto comunicação extra Estados-membros CPLP, por ter um óbvio carácter mais pontual, não necessitará de ser reforçada caso seja possível colmatar as necessidades de recursos para a comunicação em geral.

ANEXO II: FÁTIMA GONZALEZ

(Chefe de Divisão da CPLP do MNE de Portugal. Entrevista realizada a 16/09/2012)

No séc. XXI é cada vez mais notória a influência da opinião pública na decisão dos Governos e das OI. Que tipo de ações a CPLP tem desenvolvido para divulgar as suas atividades junto da opinião pública dos seus Estados-membros? E no âmbito internacional em prol de uma imagem positiva da organização? A DP da CPLP tem conseguido influir nos processos de decisão de Estados e Organizações a favor da causa e dos objetivos da comunidade lusófona?

R: O que a CPLP tem feito? Menos do que podia e mais do que devia, a CPLP ainda é muito jovem, ainda está na sua adolescência no âmbito das relações internacionais e não tem muitos meios, e os orçamentos têm muitos constrangimentos. Porém, a CPLP tem crescido e está a entrar em quase todas as áreas.

A divulgação da sua atividade se calhar não é a área em que a CPLP tem investido mais, mas eu também acho que se calhar é melhor ir fazendo alguma coisa para depois divulgar obra feita. Por outro lado, o orçamento é reduzido e não há dinheiro para promover este tipo de atividades infelizmente.

Se calhar há algum défice de divulgação. Nós temos a consciência de que se formos perguntar as pessoas o que é a CPLP elas não sabem exatamente o que é, para que serve, e nem o que faz.

Não há muitos meios para alterar o quadro. Foi dado um passo importante para alterar esta situação com a nova sede, para atrair pessoas, realizar eventos, etc. A quando da inauguração falou-se da CPLP pelo menos uma semana, tal como acontece nas cimeiras. Mas eu acho que isso também não é só um problema da CPLP, as outras OI quando vão trabalhando e fazendo também nada aparece, mas a CPLP também é uma organização pequena, até pelo número dos seus membros.

O esforço de aproximação à sociedade civil tem em conta uma estratégia de DP, ou seja, pretende através da sociedade civil dos Estados-membros da CPLP chamar a atenção dos respetivos Governos e da comunidade internacional para a importância da organização, para a necessidade de apoiá-la?

R.: Determinadas OI, como a OTAN, com características muito próprias de

defesa, devem ter um cuidado especial com a opinião pública, com a forma como chegam, como se vendem a opinião pública, para não criar anti-corpos na sociedade, há determinadas intervenções da OTAN susceptíveis de criar celeumas, não é o caso da CPLP, deste ponto de vista poderá não sentir tanta necessidade desta DP.

A CPLP sente esta necessidade e tem investido mas só em determinados contextos como nas comemorações do Dia da Língua.

A entrada de um novo Diretor Geral para a área da Cultura, Dr. Luís Kandjimbo, reflete que a CPLP sentiu esta necessidade, que o sector não estava bem, e ele agora vai coordenar a ação cultural e a comunicação, e isto pode efetivamente aproximar a CPLP da sociedade civil, das comunidades. Ter alguém só para esta área demonstra que se pretende ter uma ação mais continuada.

Em termos de DP, como avalia a questão do III Pilar da CPLP, da promoção e afirmação da língua portuguesa interna (dentro dos Estados-membros) e internacionalmente?

R: Toda a questão da língua está concentrada no IILP (Instituto Internacional de Língua Portuguesa), a promoção, divulgação e expansão da língua também deve ser feito dentro dos Estados e por estes juntos das diferentes OI através da formação, etc.

O IILP é o elo mais fraco da CPLP, o orçamento é muito muito reduzido, precisa de mais meios para a ação gigantesca que tem. No entanto a nível do Ministério (MNE de Portugal) quem trata desta questão é o Instituto Camões.

A cultura é sempre vista como coisa marginal, e quando não há dinheiro no Orçamento o primeiro sítio a cortar é na cultura. O IILP tem Orçamento próprio, bastante reduzido, mas é o último sítio onde a Organização vai reforçar as verbas disponíveis e o ILLP acaba sendo o parente pobre. As contribuições dos Estados-membros são pequenas e irregulares. Por exemplo quando fomos pagar a quota de Portugal de 2012, verifiquei que só Portugal tinha pago a quota referente a 2011, e eu não sei como o IILP funcionou em 2011.

Não sei se o IILP consegue desenvolver ações para além do seu funcionamento interno.

Um dos objetivos da CPLP é tornar a Língua Portuguesa numa língua de trabalho das nações Unidas, hoje os Ministros dos Estados-membros quando vão a Assembleia Geral falam em português. Agora era importante para este fim que todos os países aplicassem o acordo ortográfico.

«(…) não só há falta definição mas também falta de empenho, porque a falta de definição leva a que não haja empenho na medida em que não se sabe o que se quer e só se pode querer o que se sabe » (Ida Rebelo, 2005, p.5). A pouca visibilidade internacional da CPLP resulta da falta de definição de objetivos concretos ou da falta de estratégia?

R: A avaliação da visibilidade da CPLP depende muito de que lado é que se vê a CPLP e de que País é que se vê. Eu vejo a CPLP como uma organização multicultural, multirracial, multinacional, multitudo e dá-me uma ideia de riqueza dos nossos povos e culturas, mas haverá eventualmente quem olhe como uma organização pobre, com países subdesenvolvidos ou feita a imagem e semelhança do Brasil, mas a forma como as pessoas vêm é muito condicionada pela sua origem.

Falta de empenho em ver e explorar as grandes vantagens de pertencer a organização e a consequente não afetação de recursos é verdade, mas a questão também pode ser vista de outro ângulo.

Não há falta de vontade política, há racionalidade. Onde é que vendemos mais, onde podemos obter mais mais-valias, mais capacidades, mais apoios para as nossas causas nacionais? é junto da nossa família aborígene. Todos os países-membros estão na organização por vontade própria, isto reflete que têm alguma coisa a ganhar com isso, mas também têm que fazer as suas escolhas e estas devem ser racionais.

Como em todas as OI os objetivos não são muitos lineares, a CPLP tem objetivos estabelecidos podem é não estar linearmente especificados, mas da forma em que estão não obstaculiza a que haja forma de os atingir.

A estratégia é que se calhar falta um bocadinho, não sei se tem uma estratégia para longo prazo, a estratégia depende um bocadinho de quem está a frente dos destinos da CPLP, seja a nível dos Estados, seja a nível do Secretariado Executivo, isto é que acaba por tornar a ação da CPLP as vezes não tão linear como deveria ser, e andar um bocadinho em ziguezague e isto complica um bocadinho a linha de ação da CPLP, dando a ideia de que não se sabe muito bem qual a melhor maneira para se atingir determinados fins.

O que a CPLP deveria fazer é definir prioridades, não pode fazer tudo, deve ter noção que a área de ação é muito vasta e que os recursos são escassos, quer financeiros, quer humanos. A CPLP é uma organização muito pequena, tem um secretariado muito pequeno. A CPLP tenta fazer um pouco de tudo e por isso se calhar não faz nada bem porque não se especializa acabando por não haver tanto produto final. O Secretariado

deveria perguntar aos Estados-membros o seguinte: com este orçamento e com estes meios onde é que podemos atuar.

A CPLP as vezes é um pouco arrastada pela sociedade civil que quer agir em todas as áreas e a organização vai tentando dar respostas a todas as iniciativas, em todas as áreas, perdendo-se as vezes um bocadinho num esforço muito grande, inclusive em áreas onde poderia ter uma melhor prestação, fazer a diferença, por exemplo na promoção da língua.

Existe o conselho empresarial, está a se criar o conselho económico. Está a se dar um passo maior do que as pernas, é desejável, mas até que ponto os Estados estão preparados. Neste especto os países são tão diferentes, possuem capacidades tão diferentes, mercados tão diferentes, e depois constituir-se num, não sei bem no que pode resultar. Se lhe dá alguma mais-valia não sei. Acho que os empresários não precisam da CPLP para criarem parcerias.

A integração dos países membros da CPLP em outras organizações regionais constitui mais ou menos valia para a mesma (CPLP)? Condiciona o efetivo empenho dos Estados-membros na organização de Língua Portuguesa?

R: A CPLP não pode competir com as outras organizações em que os seus Estados-membros estão inseridos, nem em termos económicos, nem de organização, na medida em que nestas os laços são muitos mais fortes e têm a ver com a proximidade geográfica e com questões económicas, são os primeiros espaços de pertença dos países, outro cimento que os une - espaço geográfico de pertença e questões económicas -, não é o mesmo campeonato da CPLP, usando linguagem futebolística. Porém, a descontinuidade geográfica também tem mais-valias.

Os Estados-membros podem trazer vantagens destas organizações para CPLP, a experiência, apoios por parte de outros organismos, transformar este eventual *hand cup* que no fundo é uma mais-valia - pertencer a diferentes espaços - e criar uma comunidade baseada na cultura e na língua e fazer disso o nosso cimento aglutinador.

A descontinuidade geográfica, as assimetrias em termos de desenvolvimento não facilitam a integração, já é muito difícil a integração para outras organizações que não possuem estes condicionalismos, quando mais para a CPLP. O maior exemplo hoje de integração é a UE que já tem 60 anos, mas só afim de 40 anos é que começou a integrar-se, apesar das intenções. Mas para a CPLP o atual ainda parece ser o melhor modelo de funcionamento.

Entretanto, a dispersão geográfica dos Estados-membros também poderá influenciar na sua projeção.

O quê é que os Estados-membros ganham com a sua pertença a CPLP?

Os Estados-membros ganham dentro da CPLP sobretudo reconhecimento internacional pelo facto de pertencer a Comunidade, é algo que os distingue, para alguns países em outras organizações são só mais um, mas não é o caso do Brasil no Mercosul, ou Angola e Moçambique na SADC. A pertença a CPLP é um toque de qualidade. Mas também podem ganhar dividendos económicos se quiserem criar um mercado, oportunidades, podem, por exemplo, no âmbito da livre circulação.

Qual é o empenho de cada um na promoção e afirmação da Organização Internacionalmente?

R: Há coisas a serem feitas em alguns sectores, mas não há realizações espetaculares. Há muitas reuniões, muitas discussões. Esbarramos sempre na implementação, porque nesta fase é preciso desembolsar dinheiro. Uma das áreas que tem avançado é a da juventude e do desporto.

As várias reuniões da CPLP produzem muitos papéis, falta materialização. No domínio da defesa há ações notáveis, há intercâmbio de bolsas, etc.

A CPLP está estabelecida, tem os seus contactos, faz a divulgação das ações nos momentos particulares como o dia da língua, o dia da constituição da organização, e noutros dias tem o trabalho normal de uma organização.

A implementação das decisões tem a ver também com a forma legal que estes ganham, se são acordos ou não, depois seguem-se os processos de ratificação. Alguns processos são fáceis, outros são muitos complicados, as vezes por razões políticas, - queda do Governo -, técnicas - alteração da legislação interna -, falo de Portugal.

E como para entrar em vigor é necessário que quatro países a ratifiquem, e as vezes é complicado, mas isso não acontece apenas na CPLP, em outras organizações isto também acontece muito. Para mais, em todos os Estados-membros há muita burocracia.

Como reage às críticas segundo as quais a CPLP não tem capacidade mobilizadora, que "não chega às pessoas" e que as comunidades lusófonas desconhecem as suas atividades?

R: As vezes as expectativas não correspondem a finalidade da CPLP, porque a CPLP não é uma organização que visa o desenvolvimento económico, ou empréstimo de valores ou coisa assim, a CPLP está assente em determinados valores como os direitos humanos, a promoção da língua, a cooperação, etc.. Mas tudo de uma forma mais vaga, e também a concertação política diplomática e aí também se avançou.

Algumas questões mais concretas são tratadas entre os Estados bilateralmente, eu não sei até que ponto quando as pessoas dizem que a CPLP não serve para nada e se sentem defraudadas pelas suas ações, se tem-se muito a noção que, na maioria dos casos, as OI não servem para tratar questões tão concretas, do dia-a-dia, mas para enformar as ações dos Estados-membros para tentar dar um coerência interna e internacionalmente.

A divulgação é um caminho de dois sentidos, as pessoas têm também que procurar a organização para se informar. A organização está na Net e tem um site bastante atualizado.

A criação dos estatutos ou figuras de Observador Consultivo e Embaixadores de Boa Vontade aproximou efetivamente a organização da sociedade civil (dos Estados-membros e não só)? Quais foram os resultados obtidos até agora?

R: A constituição de observadores consultivos aproximou efetivamente a CPLP da sociedade civil de todos os sectores e de todos os países da CPLP, que manifestam interesse em trabalhar com a CPLP. O que a CPLP tem solicitado quando se tratam de pedidos para observadores consultivos de organizações que existem em vários países, como por exemplo Associação de Contabilistas Portugueses, é: Se existir também associação de contabilistas brasileiros, angolanos, etc., que eles se juntem primeiro e só depois apresentarem um pedido único de observador consultivo, é uma riqueza maior. Isto é uma vitória da CPLP que não é visível. A questão agora é porquê que estas organizações sentem este poder de atracão por parte da CPLP? Isto é positivo porque reflete o interesse em trabalharem uns com os outros e de fazerem alguma coisa.

Isto foi notório durante a realização do I Fórum da Sociedade Civil no ano passado, no Brasil, com representantes das mulheres, dos sindicatos, etc;. Os resultados estavam para ser apresentados na Cimeira de Maputo deste ano mas não foram, mas será realizado um segundo o que já reflete alguma coisa.

Nos termos dos estatutos da CPLP só podem ser admitidas cinco candidaturas a

observadores consultivos e este ano houve sete, tiveram de ser retiradas duas. Há reuniões da sociedade civil, há várias manifestações de organizações da sociedade civil para cooperar com as suas congéneres de outros países da comunidade, na área de formação, troca de experiências, mas muitas vezes as pessoas não sabem bem onde se dirigir, quem contactar.

Todos os Estados-membros da CPLP têm hoje laços com importantes comunidades de emigrantes e descendentes de emigrantes, em quase todos os países e em todos os continentes. Como tem sido aproveitado este potencial no capítulo da promoção da organização e da língua portuguesa em particular?

R: A utilização dos vários lusófonos espalhados pelo Mundo para promover a língua portuguesa, antes de ser uma obrigação da CPLP, acho que é uma obrigação dos Estados, de quem as diásporas no exterior fazem parte.

A CPLP tem investido em Timor-Leste onde o português é falado por um número muito reduzido de pessoas, para fazer o renascer o português neste país, mas através de um pedido do próprio Timor, que pretende que o português seja um fator de união. Depende muito da iniciativa dos próprios Estados, que depois é seguida pela CPLP.

ANEXO III: ANTÓNIO TAVARES

(Presidente da Associação de Defesa dos Angolanos, ex-representante das associações das comunidades imigrantes na comissão nacional de regularização extraordinária, ex-deputado municipal de Lisboa. Entrevista realizada em 12/09/2012)

«(…) uma organização como a CPLP deve manter como objetivo alto na sua lista de prioridades a projeção da sua imagem e o seu protagonismo na cena internacional como promotor da paz e segurança, no sentido lato do termo, não apenas no seu espaço (como fez na Guiné-Bissau, S. Tomé e Timor-Leste) mas igualmente nas regiões onde se situam os seus Estados-membros.» (Embaixador Vasco Bramão Ramos, Ex-Director de Política Externa do MNE, 2006. In CPLP: Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa, p.70)

Concorda que a "imagem" da CPLP (do todo) reflecte a "imagem" conjunta dos seus Estados-membros (das partes)?

R: Concordo com o Embaixador Vasco Brandão Ramos, porque de facto a imagem da Organização não reflete em todo a imagem dos Estados-membros, porque ao analisarmos a CLP devemos ver no mínimo em duas perspetivas: a) Os interesses do Estados b) Os interesses dos povos ou das comunidades destes Estados-membros. E como tal a defesa intransigente da imagem da CPLP também deve ser defendida nas organizações em que cada Estado-membro faça parte que não seja somente o espaço da CPLP, assim como nas regiões onde os Estados-membros estão inseridos. Por isso não consigo concordar com a não entrada da Guiné Equatorial na CPLP, até ao momento.

A criação dos estatutos ou figuras de Observador Consultivo e Embaixadores de Boa Vontade aproximou efetivamente a organização da sociedade civil (dos Estados-membros e não só)? Quais foram os resultados obtidos até agora?

R: Pode ajudar a aproximar, mas o critério de atribuição deste título de Embaixador de Boa vontade assim como outros títulos, nunca foram bem claros e isto pode permitir a esquemas, vassalagens e algumas vezes soa a paternalismos exacerbados.

O discurso político da CPLP traduz-se em ações ou, pelo contrário,

contribui de modo significativo para que a organização não chegue efetivamente às pessoas?

R: Sou da opinião que o discurso político não se traduz em ações, o que obviamente não chega as pessoas. Aliás pouco ou nada se sabe sobre o que a CPLP faz ou melhor tenho dificuldades em perceber qual é o impacto da existência da CPLP na minha vida pessoal e de milhões de cidadãos do espaço lusófono.

Como reage às críticas segundo as quais a CPLP não tem capacidade mobilizadora, que "não chega às pessoas" e que as comunidades lusófonas desconhecem as suas atividades? Se concorda, quais os fatores que poderão estar na génese do desfasamento entre instituição/populações?

R: Sim concordo. Porque os interesses dos povos nunca foram tidos em conta e o mais grave é que os políticos da CPLP ainda não conseguiram ultrapassar os traumas da descolonização.

O fator essencial que está na génese deste desfasamento entre instituição e população é que os políticos lusófonos ainda não conseguiram descolonizar as mentes. É importante a descolonização das mentes.

Falarei do espaço português como exemplo. Nunca foi aproveitado, por falta de interesse e pelos motivos já focados acima. Vou explicar melhor e exemplificando. a) A cantora cesária Évora para ser uma excelente cantora do top mundial teve que iniciar a sua carreira musical em Paris, depois de ter experimentado em Portugal e ter vivido alguns anos em Portugal. b) Ronaldinho Gaúcho, depois do Estrela da Amadora o ter recusado (ainda bem.....se não acabaria como Mantorras) acabou por ser uma estrela no Futebol Club de Barcelona. N exemplos poderiam ser dados. Sinto que o espaço ao sucesso é vedado em função da cor da epiderme.

Os políticos portugueses vêm a CPLP como um espaço de promoção de negócios, não há interesse algum na promoção da língua portuguesa, o interesse é dinheiro. Ex: analise a entrevista do Dr. Marques Mendes na TPA internacional durante 1 hora em momento algum fez referência a comunidade angolana em Portugal ou seja para eles os angolanos em Portugal não existem, alias o Dr. Marques Mendes como todos os outros nunca falaram com um negro e como líder do partido se calhar deve ter falado para obter votos dentro do partido, que há muitos negros.

O fator promoção da língua portuguesa, pouco ou nada diz. O interesse é económico-financeiro.

A opinião pública é um factor que pode influenciar poderosamente o caminho a seguir e, bem assim, o ritmo com que pode avançar. O envolvimento dos artistas, cientistas, pensadores, políticos, jornalistas e outros formadores de opinião no debate e na reflexão sobre os caminhos da CPLP é, pois, fundamental para criação de uma opinião pública favorável.» (Luís Fonseca, 2006, In CPLP: Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa, s/p.)

Comente esta afirmação tendo em conta a realidade atual da CPLP.

R: A política externa dos Estados não muda em função das opiniões dos artistas ou cientistas, isto na perspetiva de Portugal, e o exemplo disto é que há mais de 20 anos falou-se de políticas de integração, para as comunidades imigrantes residentes em Portugal, hoje as discussões continuam a ser as mesmas ou seja em pouco ou nada as opiniões mudarão o percurso da história.

«(…) não só há falta definição mas também falta de empenho, porque a falta de definição leva a que não haja empenho na medida em que não se sabe o que se quer e só se pode querer o que se sabe.» (Ida Rebelo, 2005, p.5) A pouca visibilidade internacional da CPLP resulta da falta de definição ou da falta de estratégia?

R: Na verdade sente-se que a CPLP anda a deriva e tentam fazer algo na maior parte das vezes sem qualquer conteúdo ou seja a CPLP tem uma diplomacia do croquete que é o faz de conta, entrevistas, receções etc., etc. Daí a falta de definição e obviamente a falta de empenho.

Considerava-se, ainda em 1994, que a falta de vontade política e o primado incontornável dos interesses individuais dos Estados contribuíram para desarticulação dos países que integram hoje a CPLP. Comente a seguinte declaração da época:

«Creio que tudo isto acontece porque não há um projecto de grande folgo que consubstancie os interesses de curto e longo prazo dos sete países de língua portuguesa. A criação e funcionamento de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, para vingar e frutificar, terá de envolver não só os políticos dos nossos países, mas também – e principalmente – as nossas sociedades civis. Temos que, antes de tudo, compreender esta necessidade e interiorizá-la, a fim de servir de motor propulsor das nossas respectivas políticas nacionais em todos os domínios".

(Vicente Pinto de Andrade, 1994, p.40)

R: Sou de opinião que nunca existiu qualquer articulação de políticas entre os países que integram hoje a CPLP. Concordo com o Professor Vicente P. Andrade, que é necessário engajar a sociedade civil, é esta que engrandece a organização.

Sente que os políticos e a sociedade civil dos Estados-membros ainda não interiorizam esta necessidade? Os passos dados pela organização no sentido de mobilizar esforços e vontades não têm sido suficientes? Por que razão?

Já interiorizaram esta necessidade de galvanizar a sociedade civil. Mas por outro lado os interesses dos Estados não são coincidentes, nem existe o espirito político de interajuda politica, económica e social. Infelizmente, acho que ainda há ajustes de conta quanto ao processo de descolonização. Por tudo isto estamos pendentes nas questões históricas. Sou de opinião que se deve manter como se está e daqui por 50 anos os nossos filhos e netos resolverão da melhor maneira as relações de amizade no espaço lusófono.

Qual a viabilidade de se criar um Departamento de DP na CPLP (a nível do Secretariado), para implementar e conduzir diretamente a estratégia comunicacional e de promoção da imagem da organização?

R: Não concordo. Acho que o importante é vontade política de facto. Vontade política que traga mudanças na vida das pessoas e para tal não é necessário recursos. As comunidades residentes dos PALOP em Portugal, exceto a Cabo Verdiana, não votam porque as entidades portuguesas não lhes interessa que tal situação aconteça, mas é curioso que no aeroporto fazem uma passagem ou um corredor para o cidadão da CPLP como se fosse importante, aliás quando chego de Luanda levo em média cerca de 1 hora na fila, de corredor especial não tem nada. Na minha opinião se deve refazer e repensar o espirito da CPLP e deixar-se de ser um faz de conta, porque os Estados gastam muito dinheiro para nada.

ANEXO IV: FERNANDO KÁ

(Presidente da Associação Guineense de Solidariedade Social e Ex-deputado à Assembleia da República de Portugal. Entrevista realizado a 27/08/2012)

O discurso político traduz-se em ações ou, pelo contrário, contribui de modo significativo para que a Organização não chegue efetivamente às pessoas? Como reage às críticas segundo as quais a CPLP não tem capacidade mobilizadora, que "não chega às pessoas" e que as comunidades lusófonas desconhecem as suas atividades? Quais os fatores que poderão estar na génese do desfasamento entre instituição/populações?

R: A CPLP para a comunidade africana residente em termos práticos não existe. Ouve-se falar nos meios de comunicação social, mas em termos práticos, políticos, diplomáticos e sociais para as comunidades a ação da CPLP é nula, completamente nula. O que existe, é o que alguns países fazem pelas suas comunidades, sobretudo Cabo Verde. Os dirigentes Cabo-Verdianos quando se deslocam a Portugal, por exemplo, vão sempre auscultar as comunidades.

Todos os Estados-membros da CPLP têm hoje laços com importantes comunidades de emigrantes e descendentes de emigrantes, em quase todos os países e em todos os continentes. Como tem sido aproveitado este potencial no capítulo da promoção da organização e da língua portuguesa em particular?

R: A CPLP não é ainda, digamos assim, uma comunidade que tem interesse para comunidade emigrante, nem mesmo em termos diplomáticos, e podia fazer muita coisa pela imigração mas infelizmente não faz e isto é uma realidade.

Penso que não só das comunidades emigrantes, mas mesmo no interior dos países, a sociedade civil, os povos, não sentem a presença da CPLP. Sabem que existe uma coisa que se chama CPLP mas não sentem o seu efeito prático. Deveria haver abertura para a livre circulação de pessoas e bens no espaço da CPLP, porque só assim é que faz sentido haver uma Comunidade, a sociedade civil tem que se identificar com esta comunidade. A CPLP tem sido vivida ainda a nível dos políticos, ainda não passou para sociedade civil.

A CPLP enferma de uma série de problemas não declarados, o Brasil está e não está, Portugal enquanto potência colonizadora sofre de alguns complexos. Os portugueses ainda não conseguiram se libertar dos fantasmas do colonialismo ao contrário dos ingleses, dos franceses, que lideram fortemente as suas comunidades, como a Comomwealth, a francofonia. E depois Angola que também podia fazer muito pelas Comunidades mas que também não está muito interessada, Angola não está virada para aí. Portugal, por exemplo, bate-se pela integração económica, social e política dos seus imigrantes nos países de acolhimento e Angola também podia fazer isto e não o faz.

Nenhum país dentro da CPLP quer assumir uma posição de acordo com a sua capacidade e desprezam os emigrantes, deixando-os ao "Deus dará". Nós nos sentimos desprotegidos em relação aos novos governantes e a CPLP.

Falta vontade política de uma coordenação de uma política e um compromisso sério, há uma espécie de guerra fria de quem vai liderar o processo. O dinheiro é importante, mas o mais importante é haver um plano, estratégia. Há coisas que se podem fazer sem dinheiro. Por exemplo, não é preciso dinheiro para sensibilizar o Governo português a prestar maior apoio a população.

ANEXO V: ANTÓNIO MONTEIRO

(Antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Entrevista realizada a 19/09/2012)

No séc. XXI é cada vez mais notória a influência da opinião pública na decisão dos Governos e das OI. Que tipo de ações a CPLP tem desenvolvido para divulgar as suas atividades junto da opinião pública dos seus Estados-membros?

R: É necessário dar um novo impulso a CPLP junto da opinião pública para que seja mais conhecida e mais apreciada. É evidente que a CPLP só pode ser mais conhecida a medida que desenvolve políticas concretas que toca a vida dos cidadãos.

Hoje nos aeroportos dos Estados-membros encontramos corredores especiais para cidadãos da CPLP, mas de seguida lembramo-nos que não há uma livre circulação dentro do espaço da CPLP.

A CPLP está a ser construída e hoje muito mais gente percebe a CPLP do que antes dentro dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

Entendo que a globalização vai beneficiar a CPLP, no sentido de que vai aproximá-la de povos com os quais tem afinidades, e a CPLP tem esta vantagem de não ter um Estado dominante, como a Commomweath que tem a Inglaterra a cabeça ou France Afrique ou Francofonia, que é França mais África e a CPLP não é Portugal mais América Latina ou Brasil e África.

Mas respondendo mas concretamente a sua pergunta, devo dizer que é necessário que a CPLP se empenhe mais no sentido de desenvolver ações concretas em que os Estados-membros se apoiem e se revejam no sentido da sua projeção internacional. Isto no plano intracomunitário.

E no âmbito internacional em prol de uma imagem positiva da organização? A DP da CPLP tem conseguido influir nos processos de decisão de Estados e Organizações a favor da causa e dos objetivos da comunidade lusófona

R: No plano internacional, a CPLP foi vista inicialmente de uma maneira um pouco cética, as pessoas achavam que o mundo da língua portuguesa não era qualquer coisa para ir muito longe, havia dificilmente interesses comuns entre o que era a África, o que era Portugal e o que era o Brasil. Na verdade, o que foi determinante para a

criação da CPLP foi o aumento da cooperação entre os cinco, os PALOP e Portugal. Viu-se que afinal apesar da colonização era possível estabelecer-se uma boa cooperação. O Brasil nesta altura não olhava muito para os cinco, mas olhava para Angola.

A CPLP começou a ter projeção internacional quando as pessoas se aperceberam que dela faziam parte potências emergentes como Brasil, o posicionamento de Cabo Verde e depois a independência de Timor-Leste, concorreram para que a CPLP fosse uma realidade a ter em conta internacionalmente.

Seguiu-se o momento que a Organização passou a ter mais intervenção internacional, nomeadamente junto da ONU e de outras OI, particularmente africanas. Mas tem que se fazer mais. Há ainda um défice internacional, que advém também de algumas debilidades que a CPLP tem, sobretudo em matéria de financiamento.

Mas há uma tendência progressiva de afirmação internacional, entretanto, há que trabalhar alguns aspetos como por exemplo a língua, que não é apenas um fator de comunicação, mas também um elemento de aproximação e com importância para economia. Penso que nunca se falou tanto português no Mundo como hoje. Isto resulta do peso que alguns países ganharam na cena internacional, como Brasil, Angola, Moçambique, com os quais muitos hoje no Mundo têm interesse em falar.

Concorda que a "imagem" da CPLP (do todo) reflete a "imagem" conjunta dos seus Estados-membros (das partes)?

R: Tem havido a preocupação dos Secretários Executivos da CPLP com a visibilidade internacional da organização, mas esta tem resultado em maior escala das ações de alguns Estados-membros e beneficiando também da própria conjuntura internacional. A própria descontinuidade favorece neste sentido e o peso internacional que o Brasil adquiriu, e a estabilidade política e a evolução dos outros Estados, sendo a Guiné-Bissau o grande problema atual da organização.

A intervenção da CPLP na Guiné-Bissau pode ser positiva, mas também negativa. O facto de o conflito se repetir sistematicamente põe também em causa a capacidade da CPLP para resolver a situação.

No entanto, tem que se trabalhar com mais afinco a questão económica e empresarial para que a CPLP possa aparecer aos olhos dos nossos povos como fator de progressão económica.

Qual é o entendimento dos próprios Estados-membros em relação a esta matéria e qual o empenho de cada um na promoção e afirmação da Organização Internacionalmente?

R: Em relação ao interesse dos Estados, acho que não são os Estados, mas os Governos, estes nunca pensaram bem o que fazer na Organização, criou-se o espaço e agora é "step by step", um passo de cada vez. Agora é preciso olhar os povos, as populações, os cidadãos que aí sim questionam "isto tudo é muito bonito, mas o que se ganha com isto?"

«(…) não só há falta definição mas também falta de empenho, porque a falta de definição leva a que não haja empenho na medida em que não se sabe o que se quer e só se pode querer o que se sabe» (Ida Rebelo, 2005, p.5) A pouca visibilidade internacional da CPLP resulta da falta de definição de objetivos concretos ou da falta de estratégia?

R: Não partilho muito desta visão, primeiro a CPLP foi criada em 1996, portanto é jovem, Roma e Pavia não se fizeram num dia, quanto a objetivos claros, que organização internacional tem objetivos claros? A ONU tem objetivos claros? Para além da carta que estabelece algumas diretrizes e que depois cumpri-as. A francofonia que entusiasma muita gente tem objetivos claros? A Commomwealth para além de ter uma Rainha e aquele folclore tem objetivos claros? Penso que os objetivos claros da CPLP são desenvolver aquilo que já está definido, a parte económica, a língua, desenvolver os países.

Acho que o que está a faltar é financiamento, criar-se uma estrutura sólida de financiamento e também deixar-se apenas de olhar para o que é urgente e passar-se a olhar também para o que é importante como a questão da língua. Quando há uma situação como a entrada Guiné Equatorial, deixa-se de olhar ao resto e só se está focado naquilo. Mas isso acontece com todas, a nível das Nações Unidas, quando surge um conflito como o da Síria a questão da redução da pobreza, por exemplo, fica para trás.

O que a CPLP dá aos Estados-membros?

R: A CPLP é um fundo de coesão que abre portas aos Estados para outros mercados, uma atuação comum dá projeção internacional, projeção de espaço. Os Estados mais pequenos (Timor, Guiné-Bissau) encontram uma projeção que se calhar

não teriam noutras organizações, há muita solidariedade, amparo mútuo em momentos difíceis, apesar disto vir já de longe.

A integração dos países membros da CPLP em outras organizações regionais constitui mais ou menos valia para a mesma (CPLP)? Condiciona o efetivo empenho dos Estados-membros na organização da Língua Portuguesa?

R: Eu vejo nisto uma vantagem notável, nomeadamente a inserção no contexto regional e internacional. A CPLP não deve ter medo da concorrência nem deve ser fechada, mas deve centrar-se em alguns fatores como a língua. Mas é nos dois sentidos, em alguns casos pode a integração dos Estados-membros em outras organizações regionais beneficiar a CPLP e noutros não.

ANEXO VI: ARMANDO MARQUES GUEDES

(Académico e Ex. Director do Instituto Diplomático do MNE de Portugal. Entrevista realizada a 11/08/2012)

No séc. XXI é cada vez mais notória a influência da opinião pública na decisão dos Governos e das OI. Que tipo de ações a CPLP tem desenvolvido para divulgar as suas atividades junto da opinião pública dos seus Estados-membros?

R: Próximo do zero, e quando o faz com odor passadista, infelizmente.

E no âmbito internacional em prol de uma imagem positiva da organização? A DP da CPLP tem conseguido influir nos processos de decisão de Estados e Organizações a favor da causa e dos objectivos da comunidade lusófona?

R: Claro que não. Nem tem, em boa verdade, realmente tentado. Não é para isso que funciona, fá-lo com fitos autofágicos dos que a têm em mão.

"(…) uma organização como a CPLP deve manter como objectivo alto na sua lista de prioridades a projecção da sua imagem e o seu protagonismo na cena internacional como promotor da paz e segurança, no sentido lato do termo, não apenas no seu espaço (como fez na Guiné-Bissau, S. Tomé e Timor-Leste) mas igualmente nas regiões onde se situam os seus Estados-membros." (Embaixador Vasco Bramão Ramos, Ex-Director de Política Externa do MNE, 2006, p.70)

Concorda que a "imagem" da CPLP (do todo) reflete a "imagem" conjunta dos seus Estados-membros (das partes)?

R: Nem por isso, mas não é isso que afirma o meu Amigo e Embaixador VBR. Embora ajudasse que assim fosse mais o caso. O que ele diz é que fazê-lo a tornaria mais visível porque mais internacional e regionalmente útil. Embora tal implicasse a afetação de mais recursos que ninguém está disposto a dar. Não vejo o Brasil querer perder protagonismo nacional com a excelente ajuda ao Haiti, para o partilhar com a CPLP, nem Portugal na Guiné-Bissau, nem Angola na África Central.

Qual é o entendimento dos próprios Estados-membros em relação a esta matéria e qual o empenho de cada um na promoção e afirmação da Organização Internacionalmente?

R: Variáveis, claro. E ténues.

A criação dos estatutos ou figuras de Observador Consultivo e Embaixadores de Boa Vontade aproximou efetivamente a organização da sociedade civil (dos Estados-membros e não só)? Quais foram os resultados obtidos até agora?

R: Não. Mas houve ganhos políticos e económicos para algumas das personalidades envolvidas. Transformou-se numa simples rede de interesses.

O esforço de aproximação à sociedade civil tem em conta uma estratégia de DP, ou seja, pretende através da sociedade civil dos Estados-membros da CPLP chamar a atenção dos respetivos Governos e da comunidade internacional para a importância da organização, para a necessidade de apoiá-la?

R: Não, pretende apenas manter viva a imagem de que os "donos" da CPLP estão a esforçar-se de uma maneira democrática.

O discurso político traduz-se em ações ou, pelo contrário, contribui de modo significativo para que a organização não chegue efetivamente às pessoas?

R: É meramente semântico e pretende tão-só poder dizer que se tentou.

Como reage às críticas segundo as quais a CPLP não tem capacidade mobilizadora, que "não chega às pessoas" e que as comunidades lusófonas desconhecem as suas atividades?

R: Concordo com elas e tenho pena que assim seja.

Se concorda, quais os fatores que poderão estar na génese do desfasamento entre instituição/populações?

R: Falta de vontade dos "donos" do projeto CPLP.

Todos os Estados-membros da CPLP têm hoje laços com importantes comunidades de emigrantes e descendentes de emigrantes, em quase todos os países e em todos os continentes. Como tem sido aproveitado este potencial no capítulo da promoção da organização e da língua portuguesa em particular?

R: Quase zero.

Qual é a atualidade da seguinte declaração:

«Os Estados são dirigidos por Governos que têm as suas próprias agendas e prioridades, que podem variar com a situação interna ou internacional e que nem sempre coincidem com cada momento em matérias como aquelas de que depende o sucesso de uma organização como a CPLP. (…) Como é sabido, dos oito países que integram a Comunidade, seis são Estados em vias de desenvolvimento, necessitando, por isso, em grande medida, do apoio da cooperação internacional. Essa dependência de ajuda externa – a que Portugal e o Brasil procuram responder de maneira altamente significativa – limita a sua capacidade de iniciativa nas organizações de que esses países fazem parte, designadamente a CPLP. (…) Noutros casos, os estrangulamentos resultam das dificuldades que alguns Estados experimentam em conciliar certos objectivos da CPLP com outros compromissos internacionais.» (Embaixador Luís de Matos Monteiro Fonseca, 2006, s/p)

R: Acrescentaria ao que escreveu o meu Amigo e Embaixador Luís Fonseca, o facto de pequenas cliques controlarem a CPLP dentro dos 8 MNEs.

«Durante a X reunião do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em Luanda, em Junho de 2005, os Estados-membros aprovaram uma resolução que cria os grupos da CPLP, constituídos por um mínimo de três representantes dos países da Comunidade junto a Governos ou OI. Estes grupos visam garantir a coordenação de posições relativamente a interesses comuns, assegurar a representação da CPLP em conferências, seminários e reuniões internacionais (mediante solicitação do Secretariado Executivo), efectuar diligências conjuntas, quando aplicável, intercambiar informações sobre a realidade política e governamental do país onde se encontra, apoiar a realização de eventos organizados no âmbito da CPLP e divulgar as actividades e realizações da

Comunidade.» (CPLP, 2008, p. 68)

Qual é a realidade atual destes grupos e quais os resultados do trabalho que desenvolvem para complementar a política cultural da Comunidade, bem como para a promoção da CPLP junto das populações dos Estados-membros e a nível da comunidade internacional?

R: Tem sido fraca e pouco convincente.

O número de lusófonos e de grafia portuguesa está a crescer rapidamente no espaço da CPLP e no Mundo. Nos Estados-membros da Comunidade, os progressos da escolarização e do combate ao analfabetismo faz regredir a percentagem de população que não tem o português, pelo menos, como segunda língua. Paralelamente, dedica-se maior atenção ao ensino dos crioulos e línguas nacionais nos países africanos de língua oficial portuguesa e em Timor-Leste. No Mundo o número de lusófonos aumenta pelo efeito conjugado do crescimento demográfico da maioria dos países membros da Comunidade e da difusão do ensino da língua portuguesa em países estrangeiros da América Latina, Europa, África e Ásia. A vitalidade e o prestígio internacional da língua portuguesa são ilustrados por plêiades de escritores e artistas, populares e eruditos, cuja fama ultrapassa de longe o espaço da CPLP, ou mesmo o contexto regional. Uma apropriação criativa e descomplexada da "língua do colonizador" por jovens novelistas, poetas e cantores africanos está a enriquecer o património cultural comum e a fazer aumentar a diversidade de falas, sotaques, modismos e gírias, o que é próprio a toda a língua viva. (CPLP, 2006d, p.102).

Comente. A CPLP controla de alguma forma este processo? Que resultados foram alcançados até ao momento?

R: A CPLP não consegue liderar um processo que tem pouco interesse para as elites estaduais que dele se veem como "donos".

Porque é que a língua portuguesa, a sexta no mundo em número de populações, não é a sexta mais falada?

R: Porque quem poderia potenciá-la nada ganha em fazer esse esforço. Ganha mais em manter as coisas em lume brando, como tem sido o caso.

Em termos de DP, como avalia a questão do III Pilar da CPLP, a promoção

e afirmação da língua portuguesa interna (dentro dos Estados-membros) e internacionalmente?

R: Um desastre.

De que forma o impasse existente em relação ao acordo ortográfico condiciona a promoção e internacionalização da língua portuguesa, particularmente a introdução da mesma como língua de trabalho nas principais OI a escala mundial?

R: É irrelevante. Infelizmente. Transformou-se numa mera arma política de arremesso, sem qualquer utilidade senão ofensiva nas guerras intestinas de vários dos Estados da CPLP.

Qual é a realidade actual do IILP. Afirma-se como um verdadeiro vector de promoção da língua portuguesa, falta estratégia, dinheiro ou as duas coisas?

R: Falta enquadramento institucional estratégico. Fiz uma palestra com eles em Cabo Verde e sentia-se.

«A opinião pública é um factor que pode influenciar poderosamente o caminho a seguir e, bem assim, o ritmo com que pode avançar. O envolvimento dos artistas, cientistas, pensadores, políticos, jornalistas e outros formadores de opinião no debate e na reflexão sobre os caminhos da CPLP é, pois, fundamental para criação de uma opinião pública favorável.» (Luís Fonseca, 2006, s/p.)

Comente esta afirmação tendo em conta a realidade atual da CPLP?

R: Claro. Como em quase tudo o que é institucional. Mas não há nem incentivos nem credibilidade para essa credibilização "democrática". A CPLP tem donos, que dela não querem largar mão.

«(…) não só há falta de definição mas também falta de empenho, porque a falta de definição leva a que não haja empenho na medida em que não se sabe o que se quer e só se pode querer o que se sabe» (Ida Rebelo, 2005, p. 5). A pouca visibilidade internacional da CPLP resulta da falta de definição ou da falta de estratégia?

R: Ambas.

Considerava-se, ainda em 1994, que a falta de vontade política e o primado incontornável dos interesses individuais dos Estados contribuíram para desarticulação dos países que integram hoje a CPLP.

«Creio que tudo isto acontece porque não há um projecto de grande folgo que consubstancie os interesses de curto e longo prazo dos sete países de língua portuguesa. A criação e funcionamento de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, para vingar e frutificar, terá de envolver não só os políticos dos nossos países, mas também – e principalmente – as nossas sociedades civis. Temos que, antes de tudo, compreender esta necessidade e interiorizá-la, a fim de servir de motor propulsor das nossas respectivas políticas nacionais em todos os domínios". (Vicente Pinto de Andrade, 1994, p. 40)

Sente que os políticos e a sociedade civil dos Estados-membros ainda não interiorizam esta necessidade? Os passos dados pela organização no sentido de mobilizar esforços e vontades não têm sido suficientes? Por que razão?

R: Sim e não. Porque há poucos que acreditem, depois de tanto tempo de passividade, que a CPLP levante voo. Pior, os que dela ouviram falar tendem a nela ver (e bem) um mero instrumento de promoção de elites "quinto-imperiais" em discordância quanto à natureza do "Império" a criar. Dar o tema às sociedades civis, como o quer o meu Amigo VPA, não está na agenda, pois tiraria controlo e protagonismo aos MNEs que cartelizaram a CPLP.

Muitas vezes a falta de visibilidade da CPLP é justificada com a falta de recursos que gera um círculo vicioso, ou seja, sem recursos não há visibilidade e sem visibilidade não existirá a necessária afetação de recurso. Concorda?

R: Sim. Mas trata-se um círculo fácil de romper para o Brasil ou Angola, que o não faz pois nisso não veem vantagens.

A integração dos países membros da CPLP em outras organizações regionais constitui mais ou menos valia para a mesma (CPLP)? Condiciona o efectivo empenho dos Estados-membros na organização de Língua Portuguesa?

R: Naturalmente que sim. Mas não tem havido esforços concertados que se vislumbrem para o potenciar. A CPLP tem sido pouco mais de um brinquedo de wishful thinking para o Brasil e Portugal, que oferece lugares interessantes a meia dúzia de

diplomatas, e um instrumento mais útil para os "Cinco" africanos e para Timor-Leste. Não condiciona, mas abre vias para uma maior colaboração, que se entrevê sobretudo no caso dos Cinco.

Qual a viabilidade de se criar um Departamento de DP na CPLP (a nível do Secretariado), para implementar e conduzir diretamente a estratégia comunicacional e de promoção da imagem da organização?

R: Toda a viabilidade, e o maior interesse. Devia o lugar de Secretário Executivo ser um órgão, o de Secretário-Geral, ademais, o tipo de rotatividade que tem tido intensifica o uso por Estados-membros e elites em proveito próprio. O desenho é mau, embora bom como ponto de consenso dos objetivos de quem o fez e nele entrou.

Como vamos indo, a CPLP será visível se e quando uma entidade externa maior ver nisso proveito e a tomar de assalto. A OTAN e os EUA poderiam fazê-lo: quase toda a CPLP está a Sul do Trópico de Câncer, no Oceano Atlântico.

ANEXO VII: ISABEL GODINHO

(Ministra-conselheira da Embaixada de Angola em Portugal e antiga Diretora do Gabinete para a CPLP do Ministério das Relações Exteriores de Angola. Entrevista realizada a 23/09/2012)

A integração dos países membros da CPLP em outras organizações regionais constitui mais ou menos valia para a mesma (CPLP)? Condiciona o efetivo empenho dos Estados-membros na organização de Língua Portuguesa?

R: A CPLP é uma organização de cooperação e não de integração, atenção, a dispersão geográfica também não abona a favor da integração. Os países estão em África, na América, na Europa e na Ásia. Esta diversidade geográfica faz com que os países estejam integrados em organizações regionais e sub-regionais, onde têm compromissos que devem assumir.

Isto interfere e não interfere, é que quando um País faz parte de uma organização dança a sua música, passe a expressão, é o caso de Portugal, entrou para o União Europeia, recebeu os fundos, fez estradas, etc. Lembro-me quando estava cá (Portugal) a estudar deitava-se sardinha e tomate, a UE estabelecia metas de produção, quer dizer tu perdes parte da tua soberania. Pode ser uma mais-valia se olharmos para o colher de experiência, por um lado e, por outro lado, para a concertação política diplomática em várias organizações. Hoje em dia no maior palco da diplomacia que é as Nações Unidas tu não consegues vender uma ideia isoladamente, se não os grandes, os cinco membros do Conselho de Segurança, mas também eles concertam entre si, só não conseguem levar a China. É difícil fazer passar os seus desideratos de forma isolada, portanto os blocos regionais jogam um papel importante.

Como reage às críticas segundo as quais a CPLP não tem capacidade mobilizadora, que "não chega às pessoas" e que as comunidades lusófonas desconhecem as suas atividades?

R: A língua é sim um fator de unidade mas não nos permite ir tão longe como as nossas populações pensam. Eu penso que há aqui um equívoco. Instituições desta natureza não são instituições de integração e nem convergem para tal, veja a francofonia, a Commomwealth e mesmo a organização ibero-americana, e as vezes a

confusão está aí.

Não sentimos nos nossos países em parte a ação destas organizações porque elas não são de integração mas de cooperação. Isto é um aspeto, outro aspeto importante é que tudo tem um tempo, se nós vermos o que é hoje a União Europeia, vem depois da Segunda Guerra Mundial, mais ou menos na década de 50, e só muito mais tarde ganhou o formato que tem hoje, quer dizer que as pessoas só começam a sentir o impacto das organizações a partir do momento que elas começam a amadurecer, será que a CPLP já atingiu o estado de maturidade que permita a nós cidadãos senti-la? Um exemplo - isenção de vistos, neste momento há acordos bilaterais entre Estados-membros, e a nível da CPLP há apenas em passaportes diplomáticos e de serviço. Se nós extinguirmos a necessidade de vistos nos passaportes ordinários se a calhar a população haveria de sentir que afinal a CPLP existe, mas há outros condicionantes, por exemplo no caso de Angola, o Estado não defende esta abertura neste momento por razões objetivas - teve 30 anos de guerra, tem que consolidar a paz, tem que consolidar as suas fronteiras, questões que não permitem.

Mas existem ainda outras questões dentro da Organização. O documento apresentado em Portugal, em 2002, sobre o estatuto de cidadão lusófono envolvia a livre circulação, voto nas eleições autárquicas, etc.

Há determinados envolvimentos que produzem perda de soberania. Facilmente Portugal podia colocar três, quatro empresários, na altura estava na mão de cima, e serem eleitos nos nossos municípios, será que o inverso também aconteceria?

Não há consenso também em relação a algumas questões-base. A terminologia que Angola utiliza oficialmente não é países lusófonos mas países de expressão portuguesa, porque lusófono é o português, nós (angolanos) somos uma simbiose daquilo que a colonização nos deu, daquilo que é nosso e daquilo que vimos adquirindo, porque a cultura é uma identidade dinâmica não é estática e a cultura caracteriza a cidadania. Não é errado falar-se em países lusófonos, mas não há consenso nesta matéria e muitos dirigentes angolanos preferem não usar esta terminologia. Uma coisa é falar português, outra coisa é ser cidadão lusófono.

Hoje não é só Angola que levanta reserva em relação ao estatuto de cidadão lusófono. Existe um parecer técnico do Jurista angolano, Dr. Marques de Oliveira, que também não recomenda.

Concorda que a "imagem" da CPLP (do todo) reflete a "imagem" conjunta

dos seus Estados-membros (das partes)? Qual é o entendimento dos próprios Estados-membros em relação a esta matéria e qual o empenho de cada um na promoção e afirmação da Organização Internacionalmente?

R: A CPLP é algo que eu também estou a estudar, o facto de não ser uma organização de integração, ou de cooperação regional, cujos fatores que une os Estados é a língua e cultura, é preciso definir bem o quê que queremos.

A CPLP ainda não se reencontrou, não digo que não há interesses comuns, há, como defender a paz, luta contra o terrorismo, mas em relação aos interesses mais pequenos nós ainda não nos reencontramos, em parte porque cada Estado tem a sua agenda, e em segundo lugar cada um de nós está integrado em outras organizações regionais e sub-regionais. É preciso encontrar uma plataforma política. O problema está nos políticos, fazem-se reuniões, aprovam-se resoluções, mas não há o comprometimento e o engajamento político, ou se há ainda é muito débil. Os Chefes de Estado têm que dizer "nós queremos e vamos", não é só dizer nós queremos e não vamos. Mas para ir é preciso dinheiro.

E o outro aspeto são precisamente os recursos financeiros. Até bem pouco tempo os principais doadores da CPLP eram Portugal e Brasil, Portugal está a ficar para trás naturalmente.

Em termos de DP, como avalia a questão do III Pilar da CPLP, a promoção e afirmação da língua portuguesa interna (dentro dos Estados-membros) e internacionalmente?

R: Na plataforma da presidência de Angola da CPLP, uma das questões era a língua – língua nas OI. Pela experiência que tive em Nova Iorque é uma utopia pensar pôr a língua portuguesa por exemplo nas Nações Unidas. Não é uma Utopia porque não é permitido, não, é uma utopia porque são necessários recursos e a organização não tem recursos. Sabe como é que o Árabe entra nas Nações Unidas? Porque foi subsidiado durante anos, mais de cinco anos, pelos países árabes.

Para pôr uma língua nas Nações Unidas é preciso muito dinheiro, não tenho aqui valores, mas a título de exemplo, a ONU tem 193 membros, tem como órgão principais AG, CS, Conselho de Tutela, ECOSOC, Comissão de Consolidação da Paz (Peacebuilding Comission), Secretariado que é uma máquina, com milhares de funcionários, depois temos as comissões de manutenção de paz. Mas vamos por de parte as comissões. Só o funcionamento destes órgãos, na AG são 193 membros, agora abriu

o debate geral, em que todos os Chefes de Estado se pronunciam, tem que haver tradutores de todas as línguas de trabalho da ONU e cada tradutor tem que falar as 6 línguas, depois segue-se o trabalho nas comissões, seis comissões, 193 países ao mesmo tempo, e cada um fala numa daquelas línguas e tem tradutores que asseguram a tradução em todas, por exemplo o da cabine de russo tem que falar todas as outras línguas e assim sucessivamente, porque se aparece alguém a falar em francês por exemplo, ele tem que traduzir do francês para russo e de igual modo com as outras línguas, então está a ver o quanto custa ter tradutores em seis ou sete salas ao mesmo tempo onde estão mais de 193 países a falar, para não falar dos relatórios e resoluções que devem ser traduzidos nas seis línguas de trabalhos.

Como vê é preciso muito dinheiro, quem dá este dinheiro? Quem são os maiores contribuintes da ONU? São os países grandes, será que eles estão interessados em dar este dinheiro com a crise que se despoletou em 2008, bancar a formação de tradutores, que não só traduzem em direto, mas também documentos, são necessários milhões de dólares. O árabe foi primeiro financiado pelos próprios e só depois as Nações Unidas assumiram isto.

Mas já temos o português na UA, na SADC, que é uma conquista.

«(…) não só há falta de definição mas também falta de empenho, porque a falta de definição leva a que não haja empenho na medida em que não se sabe o que se quer e só se pode querer o que se sabe» (Ida Rebelo, 2005, p. 5) A pouca visibilidade internacional da CPLP resulta da falta de definição ou da falta de estratégia?

R: A vontade política existe nas palavras, existe nos discursos, mas não passa à prática. É preciso passar à prática. Termos Conselho de Ministros duas vez por ano, cimeiras de dois em dois anos, e o que sai de lá não se materializa. No caso da CPLP não diria até vontade política mas força política, e não temos meios.

Há que consolidar, fazer funcionar as instituições da CPLP, o próprio secretariado debate-se com problemas de verbas, é preciso afinação das instituições. No entanto também temos coisas positivas, a CPLP já tem institucionalizado um bom número de reuniões sectoriais. Nestas reuniões sectoriais o que acontece? Nem todos os sectores conseguem fazer aprovar projetos e materializá-los, em alguns consegue-se noutros não. Isto devido também aos diferentes estádios de desenvolvimento dos nossos países. O que o Brasil precisa não é o mesmo que a Guiné precisa, aquilo que Portugal

precisa não é o mesmo que Cabo Verde precisa nem que Angola precisa. Esta diferença de estádio de desenvolvimento também condiciona muita coisa. E cada um tem as suas prioridades.

A consolidação institucional deve ser feita também a nível dos órgãos de apoio ou acompanhamento a CPLP dentro dos Estados-membros. Não estamos na mesma passada, ainda não falamos a mesma a "língua", depende da prioridade e importância que cada um dá a CPLP na sua política externa. Por exemplo não temos a CPLP na ONU como um bloco de concertação, ali naquele palco de política internacional a CPLP não aparece como um grupo de concertação, mas falamos em concertação político-diplomática. Os países posicionam-se a favor de outros blocos a que pertencem, por exemplo Portugal posiciona-se do lado da UE, e não tem outra alternativa.

A CPLP é para ir se construindo, temos que nos consolidar e nos despir de alguns complexos para termos uma organização com cabeça, tronco e membros.

Portugal e Brasil, porque eram os maiores contribuintes do fundo de cooperação da CPLP, definiam como se havia de executar um e outro projeto, independentemente de quem os apresentasse. Financiavam os projetos que eles queriam e que iriam promover.

Que outros fatores poderão estar na génese do distanciamento atualmente existente entre a CPLP e as populações dos Estados-membros?

R: Há a preocupação de levar a CPLP até as populações, até a opinião pública, e há alguma coisa a ser feita, por exemplo na área da juventude e desportos é notável, com a realização de jogos desportivos regularmente. Quer dizer que as pessoas lembram-se da CPLP quando há uma ação, quando há uma reunião, quando há os jogos. Tudo isto é um processo, a organização tem que se consolidar como tal. A livre circulação poderá um dia acontecer, mas ainda não é o momento.

A organização deve sim existir, porque a cultura de um povo é a identidade de um povo, a língua converge-nos para algo comum e devemos aproveitar, mas não deve ser do dia para noite.